

FR. AMIOT

A MISSA E SUA HISTÓRIA

sei e creio

ENCICLOPÉDIA DO CATÓLICO NO SÉCULO XX

FLAMBOYANT

sei e creio
ENCICLOPÉDIA DO CATÓLICO NO SÉCULO XX

A MISSA E SUA HISTÓRIA

FRANÇOIS AMIOT

★

É o sacrifício da Missa o centro do cristianismo. E quem, a favor ou contra, interior ou exteriormente não se interessa pelo Cristianismo? Quem, portanto, de uma forma ou de outra, se não interessa pela Missa?

É o sacrifício da Missa o centro do cristianismo. E quem, a favor ou contra, interior ou exteriormente, por ele se não interessa? Quem, portanto, de uma forma ou de outra, se não interessa pela Missa?

Bem isto se patenteia pelo papel que, incrédulos e cristãos, por hábito, lhe atribuem: a Missa é como o próprio Cristo, um sinal de contradição. Independentemente, mesmo, do seu valor religioso, representa um critério de ordem sociológica, e estende, em nossos países, uma linha de demarcação moral. Há os que a ela não vão, e os que para ela se dirigem; aqueles que, diariamente, a procuram; outros apenas aos domingos.

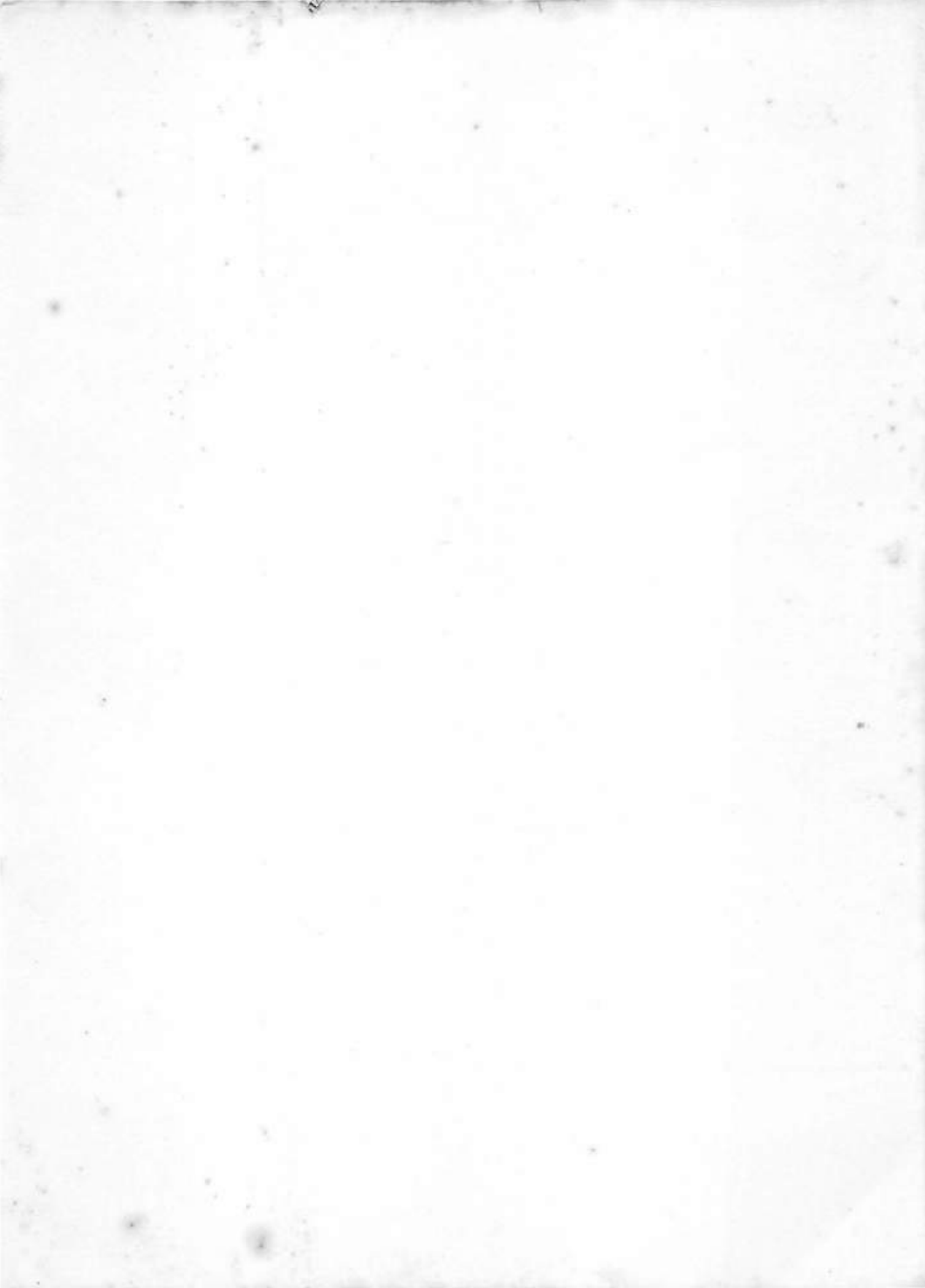
Que irão lá, porém, eles fazer? Que da Missa compreenderão crentes e incrédulos, católicos "de conveniência" ou mesmo fervorosos? Não falemos do problema do latim, nem do conhecimento do mistério da Eucaristia e da teologia do Sacrifício, dos quais possui cada um vagas noções. E aquele homem que algo lá representa, a pronunciar palavras, por vezes repetidas em comum, que faz gestos bizarros, revestido de anacrônica indumentária e, contudo, familiares, qual o seu significado e donde provém? Tal o hábito de assistir a tais cerimônias que nem mais se lhes presta atenção.

"A Missa e sua História" que o sábio exegeta e historiador sulpiciano, Amiot, acaba de compor, especialmente, para a "ENCICLOPÉDIA DO CATÓLICO NO SÉCULO XX", conduz-nos às suas origens, expondo-nos o seu desenvolvimento até a época de São Gregório. A segunda parte, bem mais importante, segue, passo a passo, o desenrolar da missa romana, atual, iluminando-a à luz da história. Assim é que, cada palavra e cada texto apresentam-se esclarecidos na plenitude do sentido histórico e teológico.

Depara-se-nos, então, uma triplíce história ou explicação histórica: a da formação da Missa, a da Missa em si mesma e a da História que é a Missa.

★

LIVRARIA EDITORA
FLAMBOYANT



DÉCIMA PARTE — A IGREJA EM SUA LITURGIA E EM SEUS RITOS

A MISSA E SUA HISTÓRIA

FRANÇOIS AMIOT, PROF. DO SEMINÁRIO DE S. SULPÍCIO

Titulo do original francês:
HISTOIRE DE LA MESSE

JE SAIS — JE CROIS
ENCYCLOPÉDIE DU CATHOLIQUE AU XXÈME SIÈCLE

LIBRAIRIE ARTHÈME FAYARD — PARIS

1958

Direitos para a lingua portuguesa adquiridos pela
LIVRARIA EDITORA FLAMBOYANT
Rua Lavradio, 222 — São Paulo
que se reserva a propriedade desta tradução.

A MISSA E SUA HISTÓRIA

FRANÇOIS AMIOT

Prof. do Seminário de S. Sulpício

Tradução das
RELIGIOSAS DA COMPANHIA DA VIRGEM

SEI E CREIO
ENCICLOPÉDIA DO CATÓLICO NO SÉCULO XX

DÉCIMA. PARTE
A IGREJA EM SUA LITURGIA E SEUS RITOS

FLAMBOYANT

PREFÁCIO

Isto é o meu corpo entregue por vós.
Isto é o cálice da nova Aliança em
meu sangue, diz o Senhor. Tôdas as
vêzes que tomardes meu corpo e meu
sangue, fazei-o em memória de mim.
(Comunhão do Domingo da Paixão).

O Papa Pio XII, na encíclica *Mediator Dei*, de 20 de Novembro de 1947, define a santa liturgia “o culto público que nosso Redentor presta ao Pai como Cabeça da Igreja; é também o culto prestado pela sociedade dos fiéis a seu Chefe e, por Ele, ao Pai eterno; é, numa palavra, o culto integral do Corpo místico de Jesus Cristo, isto é, da Cabeça e dos seus membros”.

Essa definição, cheia da mais elevada doutrina, vale em sumo grau para a missa, que é o próprio sacrifício de Jesus Cristo, prolongando o do Calvário e oferecido pelo ministério da Igreja. A oferta invisível do Cristo é manifestada pela ação da Igreja, antes de tudo pela consagração, que o torna presente sobre o altar, com a perfeição das disposições que o animavam na cruz e que obtiveram a redenção do mundo. O culto prestado ao Pai pelo Cristo, o culto prestado ao Cristo e ao Pai pela Igreja são inseparáveis e encontram no sacrifício da missa sua expressão mais completa.

A missa é o centro do culto divino, da homenagem prestada a Deus pela Igreja — a oração por excelência da Igreja, e do Cristo por ela oferecido a Deus — a ação de graças e o louvor perfeito — a fonte privilegiada dos dons divinos e das graças da redenção, sobretudo para aqueles que dela participam de maneira completa pela comunhão eucarística.

A Igreja quis cercar de ritos e orações êsse ato essencial do seu culto, afim de que seja realizado por seus filhos com o sumo respeito que se impõe, com o auxílio das luzes da fé e com o máximo

fruto. Ela providenciou para isso, tanto pelas orações e leituras preparatórias como pela liturgia propriamente sacrificial, a comunhão e a ação de graças final. É esse conjunto de fórmulas e de gestos veneráveis que o presente volume quer estudar à luz da história. Merecem toda a nossa atenção, por sua antigüidade, beleza e valor doutrinal e santificador. Os desenvolvimentos recebidos no correr dos séculos permitiram melhor compreender a sua significação e a ela mais útilmente se associar.



O caráter da presente coleção interdiz toda demonstração de erudição. A aparelhagem técnica foi, pois, reduzida ao mínimo. Visou-se, no entanto, nada omitir do essencial e evitar as simplificações arbitrárias, sem que tivesse sido sempre possível trazer a justificativa minuciosa das soluções adotadas para alguns problemas obscuros. Queira o leitor confiar e, caso queira entregar-se a um estudo aprofundado, recorrer à bibliografia no final deste volume. Não se falou das liturgias orientais, que serão objeto do volume III desta coleção, senão na medida em que elas dão lugar a comparações úteis e facilitam a compreensão da missa romana. Sobre esse ponto, desde já se poderá consultar com fruto N. Denis-Boulet, *Euchariste* e a recente reedição por D. Botte de Baumstark, *Liturgie comparée*.

As traduções dos textos litúrgicos são em parte novas, em parte tiradas de dois missais bem conhecidos, o da abadia de Haute-combe e o Missal Bíblico de todos os dias. A tradução do Ordinarário da Missa deve muito à publicada por D. Botte e adotada pelo Centro parisiense de Pastoral Litúrgica.

Seminário de S. Sulpício
Corpus Christi, 1956.

A MISSA ANTIGA

CAPÍTULO I

GOLPE DE VISTA SÔBRE AS ORIGENS

A CEIA — SÃO JUSTINO — A ANÁFORA DE HIPÓLITO — O “DE SACRAMENTIS” — OS SACRAMENTÁRIOS — OS “ORDINES ROMANI”.

A Missa é a repetição da última ceia, durante a qual o Cristo entregou aos seus Apóstolos os mistérios do seu corpo e do seu sangue, preludiando, assim, o sacrifício cruento do Calvário. O mais antigo relato da Ceia, anterior aos Evangelhos de S. Mateus, S. Marcos e S. Lucas, é o de S. Paulo, na 1.^a Epístola aos Coríntios, XI, 23-29, escrita em Éfeso, na primavera de 55 ou 56.

Porque recebi do Senhor o que vos transmiti: O Senhor Jesus, na noite em que foi entregue, tomou o pão, e, depois de dar graças, partiu-o e disse: Isto é meu corpo, que se dá por vós; fazei isto em memória de mim. E, do mesmo modo, depois de cear, tomou o cálice, dizendo: Este cálice é o Novo Testamento no meu sangue; tôdas as vêzes que o beberdes, fazei isto em memória de mim. Pois tôdas as vêzes que comerdes êste pão e beberdes êste cálice, anunciareis a morte do Senhor, até que Ele venha.

Assim, pois, quem come o pão ou bebe o cálice do Senhor indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e então coma do pão e beba do cálice; pois aquele que, sem discernir, come e bebe o corpo do Senhor, come e bebe a sua própria condenação.

Esse antigo trecho é rico em doutrina. Coloca a Eucaristia em ligação estreita com a Paixão. Uma aliança nova e definitiva é concluída entre Deus e os homens, no sangue de Jesus. Sua imolação foi místicamente antecipada à última Ceia. É dada ordem aos Apóstolos, e implicitamente a seus sucessores, que celebrem a Eucaristia em sua memória, lembrança, tão mais eficaz quanto será proclamação incessante da morte redentora, tornando-a, de certo modo,

presente, até o dia em que o Cristo voltar, na glória do seu segundo advento. Enfim, grande pureza de alma se impõe para tomar parte num rito tão sagrado como a recepção do corpo e sangue do Senhor.

O relato de S. Lucas é mais ou menos semelhante, como se poderia esperar de um companheiro de S. Paulo. Assinala nitidamente a inclusão da Eucaristia na ceia pascal. S. Mateus e S. Marcos têm, com relação ao cálice, uma fórmula um pouco diferente: "Isto é o meu sangue, o sangue da aliança". Já não colocam a entrega do cálice depois da ceia; as duas consagrações são aproximadas, sem menção de nenhum intervalo, tal como a disciplina não tardará a impor; a refeição já parece relegada a segundo plano, até de todo desaparecer.

O louvor divino ou ação de graças, a que S. Paulo se refere, e que deriva do ritual judaico, receberá, pelo contrário, desenvolvimentos que lhe darão relêvo tão assinalado que o nome de Eucaristia será dado, muitas vezes, ao conjunto da celebração. Disso possuímos exemplo característico, ainda que sua finalidade eucarística não seja certa, nos capítulos IX — X da *Didaché* ou *Doutrina dos Apóstolos*, precioso pequeno escrito da primeira metade do século segundo. Um outro elemento, as leituras sagradas, acompanhadas do canto dos salmos, tirado do serviço da sinagoga no sábado, não tardará a caracterizar as reuniões judeu-cristãs e a ocupar um lugar preparatório que precederá a oferta propriamente dita do sacrifício eucarístico. Essa evolução já é muito visível na célebre divisão dada por S. Justino, pelo ano 150, nos capítulos LXV — LXVII da sua *Primeira Apologia*. Fala êle, em primeiro lugar, da liturgia eucarística dos recém-batizados, em seguida expõe o desenrolar da liturgia dominical.

LXV — Depois de haver batizado aquêle que crê e que se juntou a nós, conduzimo-lo ao lugar onde estão reunidos aquêles a que chamamos nossos irmãos. Oramos juntos, com fervor, por nós mesmos, pelo (novo) iluminado e por todos os demais, onde quer que se encontrem, para obter, nós que conhecemos a verdade, a graça de vivermos na prática do bem e de guardarmos os mandamentos, a fim de merecermos a salvação eterna. Damo-nos, uns aos outros, o ósculo da paz, uma vez terminadas essas orações. Leva-se, então, àquele que preside a assembléia dos irmãos, pão e um cálice de água e vinho. Êle os toma e louva e glorifica o Pai de tôdas as coisas, pelo nome do Filho e do Espírito Santo. Em seguida, faz uma longa ação de graças (ou eucaristia) por todos êsses bens que êle se dignou nos conceder. Quando termina as orações e a ação de graças, todo o povo presente aclama, dizendo: Amém, palavra hebraica que significa: assim seja. Tendo o presidente dado graças e todo o povo respondido, aquêles dentre os nossos a que chamamos diáconos

distribuem, a cada um dos assistentes, o pão, o vinho e a água consagrados e levam-nos aos ausentes.

LXVI — A êsse alimento chamamos "*Eucaristia*". Ninguém tem o direito de participar dela se não crer na verdade da nossa doutrina, se não houver recebido o batismo de remissão dos pecados e de regeneração e se não viver segundo os preceitos do Cristo. Pois não tomamos êsse alimento como pão ou uma bebida vulgar. Mas, assim como, pela palavra de Deus, Jesus Cristo nosso Salvador tomou carne e sangue para nossa salvação, também o alimento consagrado pela fórmula de oração que vem dêle, — e que nutre, para transformá-los, nosso sangue e nossa carne —, é o sangue de Jesus encarnado. Eis o que nos foi ensinado. De fato, os Apóstolos, em suas Memórias, a que chamamos "*Evangelhos*", relatam que Jesus lhes ordenou que fizessem assim: Ele tomou pão, deu graças e disse: "Fazei isto em memória de mim; isto é o meu corpo". Igualmente, tomando o cálice, deu graças e disse: Isto é o meu sangue". E deu-os só a êles. Os perversos demônios imitaram essa instituição nos mistérios de Mithra: aí se apresenta pão e um cálice d'água nas cerimônias de iniciação, com fórmulas que conheceis ou poderíeis conhecer.

LXVII — Depois disso, continuamos sempre a renovar entre nós essas lembranças. Aquêles que têm bens vêm em auxílio dos indigentes e nós nos prestamos mútua assistência. Em tôdas as nossas ofertas, bendizemos o Criador de tôdas as coisas, por seu Filho Jesus Cristo e pelo Espírito Santo. No chamado dia do sol, todos, nas cidades ou no campo, se reúnem num mesmo lugar. Lêem-se as Memórias dos Apóstolos ou os escritos dos Profetas, na medida em que o tempo o permita. Quando o leitor termina, o presidente toma a palavra para exortar (a assistência) e incitar à imitação daquelas belas coisas. Em seguida, levantamo-nos todos juntos e oramos. Terminada a oração, como já o dissemos, é trazido pão e vinho com água. Aquêles que preside dirige igualmente a Deus orações e ações de graças, na medida em que o pode, e o povo responde pela aclamação: Amém. Então se realiza a distribuição e a divisão dos alimentos consagrados, com cada um; e se envia aos ausentes a sua parte, pelos diáconos. Os que estão na abundância, e querem dar, dão o que lhes aprez. A soma recolhida é entregue ao presidente, que assiste os órfãos, as viúvas, os que são indigentes em consequência de doença ou qualquer outra causa, os prisioneiros e os estrangeiros de passagem; numa palavra, êle socorre todos os necessitados. Reunimo-nos, todos, no dia do sol, porque é o primeiro dia, em que Deus transformou as trevas e a matéria para criar o mundo. Foi, também, nesse mesmo dia que Jesus Cristo, nosso Salvador, ressuscitou dos mortos. Foi crucificado na véspera do dia de Saturno e, no dia seguinte a êsse, isto é, no dia do sol, apareceu aos apóstolos e aos discípulos.

O interesse dessa descrição é evidente. Aí se vêem desenhar os lineamentos principais do serviço encarástico: leituras do Antigo Testamento e leitura das *Memórias dos Apóstolos* ou *Evangelhos*, nome que aparece aqui pela primeira vez na antigüidade cristã — homília e oração após as leituras — oferta do pão e do vinho misturado à água por uma fórmula solene em que domina o pensamento da ação de graças — comunhão e envio da Eucaristia aos

ausentes, pelo ministério dos diáconos. A assembléia se associa, por aclamações, àquele que preside e, no fim, por esmolas na intenção dos pobres, mas não, ao que parece, levando o pão e o vinho ao altar. A fé na presença real do corpo e do sangue de Cristo nos elementos consagrados é nitidamente afirmada. Enfim, é no dia do sol, o domingo, que a liturgia é celebrada, em memória da ressurreição do Salvador.

Ainda que esclarecedora sôbre muitos pontos, a Apologia de S. Justino não nos transmite nenhum texto das fórmulas usadas, sem dúvida porque são improvisadas pelo celebrante, que "dirige a Deus orações e ações de graças quanto pode". Essa liberdade persistirá por muito tempo, mas se poderá supor que a mais solene das orações terá sido cuidadosamente preparada e não entregue, pelo menos na maior parte das vezes, ao acaso da inspiração do momento. Como quer que seja, chegaram até nós vários textos antigos; projetam uma viva luz sôbre o estado primitivo daquilo a que chamamos o cânon da missa, isto é, a oração central que enquadra a consagração. Na antigüidade, lhe é dado o nome de anáfora, de duas palavras gregas que significam elevar, oferecer. Reproduzimos aqui a de Santo Hipólito, sacerdote de Roma, cuja ambição o tornou, primeiro, anti-papa, mas que, depois morreu, reconciliado com a Igreja e mártir, em 235. É tirada do seu opúsculo "*A Tradição Apostólica*", que a traz logo em seguida à oração para a sagração de um bispo.

"O Senhor esteja convosco.

E que todos respondam: E com teu espírito.

Para o alto os corações! — Nós os voltamos para o Senhor.

Demos graças ao Senhor — É digno e justo.

Nós vos damos graças, ó Deus, por vosso Filho bem-amado, Jesus Cristo, que enviastes nestes últimos tempos como Salvador, Redentor e Mensageiro da vossa vontade, êle que é vosso Verbo inseparável por quem tudo criastes, nele pondo vossas complacências, êle que enviastes do céu ao seio de uma Virgem e que, tendo sido concebido, se encarnou e se manifestou como vosso Filho, nascido do Espírito Santo e da Virgem; êle que cumpriu a vossa vontade e que, para vos adquirir um povo santo, estendeu as mãos, enquanto sofria, para livrar do sofrimento os que crêem em vós.

Enquanto êle se entregava voluntariamente ao sofrimento para destruir a morte e romper as cadeias do diabo, calcar aos pés o inferno, iluminar os justos, estabelecer o testamento e manifestar a sua ressurreição, tendo tomado pão e vos tendo dado graças, disse: Tomai, comei, isto é o meu corpo rompido por vós. Do mesmo modo o cálice, dizendo: Isto é o meu sangue derramado por vós. Quando fizerdes isto, fazei-o em memória de mim.

Lembrando-nos, pois, da sua morte e da sua ressurreição, nós vos oferecemos o pão e o vinho, dando-vos graças por nos haverdes julgado dignos de estar diante de vós e de vos servir. E nós vos rogamos que envieis vosso Espírito Santo à oferenda da Santa Igreja. Concedei, reunindo-os, a todos os santos que a recebem, sejam repletos do Espírito Santo para fortalecer a sua fé pela verdade, a fim de que vos louvem e glorifiquemos por vosso Filho Jesus Cristo, por quem tendes glória e honra, ao Pai e ao Filho, com o Espírito Santo, em vossa Santa Igreja, agora e nos séculos dos séculos. Amém. (Trad. Botte, pág. 30-33, col. "Sources chrétiennes", ed. du Cerf, 1946).

O leitor terá reconhecido facilmente, nessa anáfora de linha simples e pura, a ordem geral do atual cânon da missa, fazendo abstração do Sanctus e dos Mementos. Após o diálogo inicial do Prefácio, a ação de graças pela Encarnação do Filho de Deus e pela Paixão. Em seguida, a menção dos frutos da Paixão e o relato da Ceia. Em último lugar, a afirmação de que a Igreja age em conformidade com o mandamento do Senhor, fazendo memória, ao mesmo tempo, da sua morte e da sua ressurreição e oferecendo o pão e o vinho consagrados. Em consequência, ela pede a Deus que envie o Espírito Santo sobre a sua oferenda, a fim de que seus filhos sejam fortalecidos na fé e, por Jesus Cristo, louvem sem fim a adorável Trindade. Nessas poucas linhas, tudo, quase tudo está dito: comemoração do sacrifício do Calvário, oferta da Igreja unida à do Cristo, numa nota dominante de louvor e ação de graças pelo mistério redentor, que continua no altar, e para a glorificação da Trindade.

Desde o meado do século III.^o, e sobretudo a partir do édito de Milão, que assinala, em 313, o fim das primeiras perseguições, o formulário e o cerimonial se amplificam, tanto para a ante-missa e as orações de intercessão pela Igreja como para a anáfora. As liturgias se diversificam no oriente e no ocidente ⁽¹⁾, caracterizando-se estas últimas por uma variedade maior de fórmulas no correr do ano litúrgico. Na liturgia romana, o latim substitui, progressivamente, o grego, a ante-missa e as outras partes variáveis se organizam, enquanto o cânon se aproxima da forma atual. Pelo fim do século IV.^o, Santo Ambrósio de Milão, no *de Sacramentis*, coleção de catequeses para os recém-batizados, cita a parte central do cânon, um pouco mais curta do que o texto de nosso missal, mas,

(1) V. Jungmann, "Missarum sollemnia", I, 60-78 e na enciclopédia "Liturgia", pág. 763-766, as anáforas de Serapião, bispo de Thmuis, no Egito, e das "Constituições Apostólicas"; uma e outra remontam ao IV.^o século.

substancialmente, idêntica (2). Em breve se acrescentam as outras orações do cânon atual, e parece provável que o cânon recebeu do papa Gelásio (492-496) sua forma completa; falta somente o Memento dos mortos, que é posterior.

As orações ditas pelo celebrante e que, exceto o cânon, são tôdas variáveis, vieram até nós em livretos chamados *Sacramentários* (*Liber Sacramentorum*, *Sacramentarium*). Três se referem à Missa romana, o Leoniano, o Gelasiano e o Gregoriano.

O sacramentário leoniano não é uma coleção oficial; parece datar das proximidades do ano de 540, mas contém um certo número de textos cujo estilo e valor doutrinal permitem seja atribuído a S. Leão Magno (440-461). Possuímos dêle apenas um manuscrito, que data do século VII.^o e que, infelizmente, está incompleto; faltam-lhe as missas de Natal, em meado de abril. Cêrca de duzentas fórmulas do nosso missal provêm desse sacramentário. Contém êle um número surpreendente de missas em honra de santos ilustres como S. Lourenço e S. Pedro e S. Paulo.

O *sacramentário gelasiano* não pode ser atribuído com certeza ao papa Gelásio (492-496), salvo, talvez, quanto à ordem geral e a certas fórmulas. Tem valor oficial e chegou até nós, sob sua mais antiga forma, num manuscrito do início do século VIII.^o. Dá, sucessivamente, as missas do tempo do Natal e de Páscoa, depois as dos santos, finalmente as missas dominicais com o cânon e numerosas missas votivas. Muitos elementos galicanos aí estão incorporados; os de origem romana datam, no máximo, do VI.^o século. Existe um outro tipo de gelasiano, representado por vários manuscritos; é o gelasiano franco, ou gelasiano do século VIII.^o, que contém elementos gregorianos.

O *sacramentário gregoriano*, em seu estado atual, deriva do exemplar, infelizmente perdido, que o papa Adriano enviou a Carlos Magno, a seu pedido, em 785 ou 786. Êsse protótipo era obra de S. Gregório, e os estudos de liturgia comparada permitiram descobrir-lhe o teor; os manuscritos que possuímos não são anteriores ao século IX.^o; contém numerosos elementos romanos antigos e elementos galicanos acrescentados por Alcuino. O texto primitivo, destinado às missas papais solenes, não continha as missas dos domingos comuns. Alcuino tomou-as ao gelasiano, acrescentando muitas peças adaptadas ao temperamento gaulês, mais lírico e imagi-

(2) Texto em Jungmann, I, 82.

nativo do que o sóbrio gênio romano. Êsse suplemento acabou passando nos livros romanos.

Ao lado dos sacramentários, houve, em breve, *leccionários* para as epístolas e os evangelhos e *antifonários* para as partes cantadas pela Schola. O hábito, pouco a pouco tomado pelos celebrantes, de ler as partes da missa que não lhes estavam reservadas, resultou, na idade média, na formação de *missais plenos*, antepassados do nosso "*missal romano*, que reúnem, num só livro, o conteúdo do sacramentário, do leccionário e do antifonário.

Devem ser ainda mencionados os "*Ordines romanī*", que descrevem minuciosamente a ordem da missa papal e constituem um complemento indispensável aos textos litúrgicos. Possuimos tôda uma série dêles, que se distribui do VII.º ao XIV.º séculos, sendo que alguns concernem a missa episcopal. O mais importante é o publicado por Mabillon sob o título de *Ordo Romanus I* e que remonta ao final do VII.º século. Êsse texto é que vai ser nosso guia principal na exposição da missa romana pelo tempo de S. Gregório, momento particularmente importante na evolução da liturgia.

O termo missa, pelo qual designamos o ato essencial do culto divino, com os ritos e orações que o enquadram, é de uma etimologia bem inesperada. Vem do latim *missa*, que significa despedida. No fim da ante-missa ou parte preparatória, era feita a despedida dos catecúmenos, candidatos ao batismo e, por vêzes, também, a dos penitentes públicos. Terminado o santo sacrifício, o resto da assembléia é despedida, por sua vez: segunda despedida ou missa, donde o nome de missa dado ao conjunto e, às vêzes, nos textos latinos, o de *missarum solemnīa*, no plural, solenidade das despedidas. Essa denominação, tomada a um elemento muito visível, mas exterior, prevaleceu no ocidente. É verdade que tinha ela, talvez, na origem, uma ressonância mais profunda; então, se sentia mais vivamente quanto o batismo e o conjunto da iniciação cristã colocavam os fiéis à parte, fazendo dêles os membros da Igreja e exigiam a despedida, no momento da celebração dos santos mistérios, daqueles que não haviam recebido essa iniciação ou se haviam tornado indignos dela. No entanto, pode lamentar-se tenham caído em desuso expressões mais antigas, bem mais saborosas e significativas: as de fração do pão, tirada dos Atos dos Apóstolos — de sinaxe ou assembléia — ceia do Senhor — eucaristia — liturgia ou serviço divino por excelência — oblação — comunhão — santo sacrifício. Só esta última é, ainda, de uso freqüente.

CAPÍTULO II

A MISSA PAPAL NO TEMPO DE S. GREGÓRIO MAGNO

O pontificado de S. Gregório (590-604), importante sob tantos aspectos, o é particularmente no que se refere à ordem do culto divino. Ninguém ignora o que deve o canto tradicional da Igreja a êsse grande Papa. Talvez se saiba menos que, salvo quanto a pontos secundários que foram objeto de adições ou ampliações, deu êle, ao conjunto da missa, a sua forma definitiva. É muito útil estudar como foi a missa celebrada em seu tempo e pouco depois dêle, até o início do século VII.^o, tomando como referência o *Ordo Romanus I*. Não se trata, com isso, de fazer arqueologia com o pensamento de voltar atrás, o que a encíclica de Pio XII reprova expressamente. O estudo dos ritos antigos deve ser ordenado à aquisição de um conhecimento mais esclarecido e profundo da missa atual, pondo em relêvo traços essenciais aos quais se devem dirigir, de preferência, nossa inteligência e nossa piedade.

O Papa vem, solenemente, a cavalo, do palácio do Latrão, acompanhado do clero que deve officiar com êle. Nos dias de penitência, dirige-se a uma primeira igreja onde se realiza a *collecta* ou reunião do povo; daí se vai, ao canto das ladainhas dos santos, à igreja da *estação* (1), onde êle celebrará a missa. Nos outros dias, é para essa última igreja que se dirige imediatamente o cortejo pontifical e lá se reúne o povo. No *secretarium* ou sacristia, o papa e seus ministros se revestem dos paramentos litúrgicos. Durante êsse tem-

(1) Celebram-se ainda, em Roma, as estações da quaresma nas mesmas igrejas que no tempo de S. Gregório.

po, um acólito acompanhado de um subdiácono leva ao altar o livro dos Evangelhos. Quando tudo está pronto, o papa faz sua entrada na igreja ao som do Intróito, precedido por sete acólitos com suas tochas acesas e por aqueles que levam os turíbulos, e ladeado por dois diáconos. Junto do altar, apresentam-lhe uma parcela das *Sancta*, pão consagrado na missa presente que ele venera se inclinando. Dá o ósculo da paz a um bispo, a um sacerdote e aos diáconos. Em seguida se prosterna sobre um tapete para uma curta oração silenciosa; beija o altar e o livro dos Evangelhos, e faz sinal à schola que termine o intróito.

Durante o canto do Kyrie, o papa se dirige ao trono, colocado para além do altar, no fundo da ábside. Rezará voltado para o oriente, portanto diante do povo, se a ábside fôr do lado do ocidente, de costas para o povo, se do lado do oriente. Manda terminar o Kyrie e, entoa o Gloria, se o houver. Terminado êsse hino, o pontífice saúda a assistência e canta a coleta ou oração.

A êsse suntuoso prelúdio sucede o que se pode chamar o officio das leituras. Um subdiácono sobe à tribuna ou púlpito e lê a epístola. Um membro da schola o sucede e executa, alternando com os cantores, o gradual e os outros cantos intermediários, elementos de parada e de meditação. O evangelho lido em último lugar, é, como convém, cercado de uma solenidade maior. O diácono pede a bênção do papa, beija o livro deposto no altar e se dirige ao púlpito precedido do incenso e de duas tochas. Terminada a leitura, um subdiácono dá a beijar ao clero o texto sagrado. Às vêzes ha uma homília depois do Evangelho; parece que a despedida ou *missa* dos catecúmenos já caiu em desuso.

O papa saúda novamente a assembléia e acrescenta um *Oremus*, que não é mais seguido de nenhuma oração. Logo acólitos e diáconos estendem uma toalha sobre o altar, até então desnudado, e se procede ao ofertório. À entrada da nave, o papa recebe, com o arqui-diácono, as oferendas da nobreza. Um dos seus assistentes ou outros clérigos fazem o mesmo com relação ao povo. Enquanto isso, a schola canta o salmo de ofertório. Terminada a oferenda, o papa, que lavou previamente as mãos, deixa o trono e vai ao altar. Ai depõe sua oferenda pessoal ao lado dos pães e do cálice necessários à consagração, trazidos pelos arqui-diácono. Recita a secreta que é, naquela época, a única oração de oferenda.

A oferta feita por todos realizou entre o clero e o povo uma bela e religiosa unidade. Vai-se acentuar ainda mais agora, que o papa está no altar, cercado de seus assistentes e mais próximo dos fiéis. Todos se vão associar estreitamente à oração consecratória que o pontífice começa logo.

Como nos séculos precedentes, essa oração reveste a forma de uma ação de graças; é uma eucaristia no sentido grego da palavra. Os latinos preferem o termo prefácio, que não significa absolutamente prelúdio, mas fórmula proferida diante de uma assembléia: *prae fari, praefatio, oração solene*. Ela se inicia pelo diálogo muito antigo do *Sursum corda*, que introduz uma oração de louvor e de ação de graças: *Gratias agamus; Vere dignum et justum est... semper et ubique gratias agere*. Essa oração é uma homenagem de gratidão a Deus pelo benefício da redenção, onde se insere o relato da Ceia e que termina por uma doxologia ⁽²⁾: *omnis honor et gloria*, digno correspondente do *Vere dignum* inicial. O conjunto recebeu o nome de Cântico ou regra, por seu caráter mais ou menos invariável. Seu teor é, hoje, o mesmo. Falta aqui, somente, o rito da elevação e, como dissemos acima, o Memento dos mortos.

O papa tem, atrás de si, os bispos, sacerdotes e diáconos; os subdiáconos estão diante dele, do outro lado do altar, de costas para os fiéis. Pronuncia as palavras do cânon em voz alta, inclusive a consagração, que ainda não é assinalada por nenhum rito particular. Chegada a doxologia final, o arqui-diácono eleva o cálice, que ele segura pelas asas, com um pano, acentuando, desse modo, a solene conclusão da anáfora.

O *Pater* com o *Libera* que o segue iniciam a preparação à comunhão. Foi S. Gregório quem determinou ao *Pater* esse lugar imediatamente depois do Cântico. Então, o papa dá o ósculo da paz a seus assistentes, que o transmitem ao clero e, em seguida, ao povo: expressão de unidade e fraternidade cristã, bem colocada antes de receber o corpo e o sangue de Cristo. Depois, procede-se à fração, pois, naquela época, se consagram pães comuns. O papa começa por separar um fragmento de hóstia, que ele deixa no altar sobre uma patena e volta a seu trono. O arqui-diácono coloca o cálice do lado direito, sob a guarda de um sub-diácono. Põe as hóstias consagradas em sacos de linho que os acólitos têm suspensos ao pescoço.

(2) Assim se chama uma fórmula de louvor dirigida às três Pessoas divinas.

Estes se aproximam dos bispos, dos sacerdotes e dos diáconos, aos quais é confiada a incumbência de romper os outros pães. Esse rito, muito em relêvo, toma um certo tempo e se realiza em silêncio, no tempo de S. Gregório; a partir do papa Sérgio, no século seguinte, canta-se então o *Agnus Dei*. Durante a fração, coisa bem interessante, funcionários da cõrte pontifícia pedem ao papa o nome dos notáveis que êle deseja receber à refeição que se seguirá e transmitem imediatamente seus convites.⁽³⁾ Segue-se a comunhão, acompanhada do canto de um salmo, como a procissão de entrada e o ofertório.

É levado ao papa o fragmento de pão consagrado deixado no altar. Êle o separa em duas partes, coloca uma delas no cálice e comunga com a outra; depois, o arquidiácono lhe apresenta o cálice onde toma um pouco de vinho consagrado. Os bispos, sacerdotes e diáconos vêm, então, receber, das mãos do papa, a comunhão sob a espécie de pão e o arquidiácono lhes dá o precioso Sangue. Depois, é a vez dos fiéis. O papa deixa o trono e dá êle próprio a comunhão à nobreza e o arquidiácono, o cálice; voltando ao trono, dá a comunhão aos ministros inferiores do altar. A mesma função é desempenhada em relação ao povo, pelos sacerdotes e diáconos; os que não comungam podem retirar-se. Recebe-se a Eucaristia de pé, na mão direita colocada sobre a esquerda e, para as mulheres, coberta a mão por um véu. Cada qual se dá a comunhão sob a espécie do pão, depois, num cálice que o diácono apresenta, toma por meio de um pequeno tubo, um pouco de vinho comum ao qual se juntaram algumas gotas do precioso Sangue. Já se esboça a tendência à comunhão sob uma só espécie.

Quando tudo está terminado, o papa volta ao altar e recita uma oração de ação de graças ou pós-comunhão. Um diácono despede a assembléia pelo *Ite missa est*. O papa se retira em cortejo, abençoando à sua passagem o clero e os fiéis.

É fácil encontrar, em nossa missa atual, a ordem dessa missa antiga, que permanece visível no meio das adições posteriores. Esses complementos estão repartidos por três momentos da ação litúrgica: a zona do início, antes de subir ao altar — a zona do ofertório, em que as orações de oferenda do pão e do vinho se multiplicaram —

(3) Haveria nisso uma sobrevivência da refeição fraternal ou ágape que conclui, na origem, a celebração eucarística?

a zona da comunhão, em que a preparação e a ação de graças receberam, igualmente, ampliações.⁽⁴⁾ Basta fazer abstração desses elementos recentes para encontrar, quase intacta, a missa gregoriana. Um contemporâneo do santo papa que assistisse hoje a um pontifical solene não se perderia se lhe fôsse dadas umas palavras de explicação. Talvez desejasse um ambiente mais acentuado de unanimidade e de participação ao sacrifício pela oração comum e a recepção geral da Eucaristia, valores essenciais que acabaram por se apagar um pouco, mas que a renovação litúrgica está, felizmente, em caminho de encontrar de novo.

(4) A comparação com as outras liturgias e, particularmente, com as liturgias orientais, seria, aqui, cheia de interesse. V. o volume 111 e N. Denis-Boulet, "Euchariste", págs. 126-152.

A MISSA ROMANA ATUAL À LUZ
DA HISTÓRIA

CAPÍTULO III

ORDEM GERAL

Entre os missais plenos, mencionados atrás, o *Missal da Cúria Romana*, elaborado no século XIII, tem particular importância, não só por sua origem, mas porque foi largamente difundido pela Ordem de S. Francisco. Entretanto, êsse missal não impediu, no correr da Idade Média, uma extrema variedade de ritos e fórmulas na liturgia da missa. Nosso missal atual é obra de uma comissão constituída por Pio IV, conforme o desejo expresso pelo Concílio de Trento, e cujo trabalho foi terminado sob seu sucessor S. Pio V. O missal de S. Pio V foi publicado e tornado obrigatório a 14 de julho de 1570; só as ordens religiosas ou as dioceses que possuissem uma liturgia datando de mais de duzentos anos eram autorizadas a conservá-la. Todos não se aproveitaram dessa concessão, como fêz a diocese de Lyon. Graças à imprensa, o missal de S. Pio V realizou uma unificação que quase todos desejavam. Tem por base o missal da Cúria romana. As modificações a êle trazidas por Clemente VII e Urbano VIII, depois por S. Pio X, quase nada mudaram dos textos do ordinário da missa e do cânon, assim como dos ritos e cerimônias; consistiram, sobretudo, em retoques do calendário, o estabelecimento de novas festas e mudanças de rubricas. Os missais que os bispos franceses haviam mandado estabelecer nos séculos XVII e XVIII e que só se diferenciavam do missal romano quanto às partes próprias das missas (cantos, leitura e orações) não sobreviveram à volta à liturgia romana, realizada durante o século XIX, principalmente sob a influência de D. Guéranger. Assim se pôs fim a uma excessiva diversidade (quase tôdas as dioceses francesas tinham uma liturgia particular) cujos inconvenientes eram evidentes. No entanto, deve-se convir que a reforma foi demasiada-

mente radical e que poderiam ter sido conservados textos belíssimos e, por vezes, muito antigos, particularmente prosas, que certas dioceses obtiveram da Santa Sé conservar em parte.

Quem quer que se dê ao trabalho de examinar um missal latino poderá ler, no início, a bula de S. Pio V, os breves de Clemente VIII e Urbano VIII, a constituição de Pio X. Em seguida, encontrará o calendário, as rubricas gerais com as correções trazidas em seguida à reforma de Pio X, os ritos a observar na celebração da missa, descrição minuciosa e muito precisa que, em conjunto, é obra de Burchard, cerimoniário pontifício no início do século XVI, depois elevado ao episcopado; inspirou-se nos antigos *Ordines Romani*. Vêm, finalmente, as instruções sobre os defeitos que se poderiam apresentar na celebração da missa. O missal propriamente dito começa por orações de preparação e de ação de graças, em grande parte facultativas, depois do que dá as missas do próprio do tempo, isto é, dos domingos, da quaresma e das grandes solenidades. O ordinário da missa, com os prefácios e o cânon, é habitualmente inserido entre a vigília pascal e a missa de Páscoa (por vezes depois dos domingos que se seguem a Pentecostes). Ao próprio do tempo se seguem missas especiais às festas dos santos, ou próprio dos santos, depois o comum dos santos para as festas que não têm missa particular. Concluindo, as missas votivas, diversas orações, na maioria belíssimas e as missas dos mortos. Muitas vezes se acrescentam alguns apêndices, sobretudo bênçãos e, naturalmente, as missas próprias da diocese ou da ordem religiosa a que o missal se destina. O conjunto constitui um incalculável tesouro cujas riquezas nos esforçaremos por destacar.



Um exame, ainda que rápido, do ordinário da missa permite facilmente perceber o seu plano.

A ante-missa, ou missa dos catecúmenos, se distingue nitidamente da missa propriamente dita ou missa dos fiéis, que começa com o ofertório.

A ante-missa é formada por um prelúdio que vai do início à coleta e pelo ofício das leituras. O prelúdio é um primeiro serviço de Deus, serviço pela oração; compreende:

as orações da confissão, expressão do arrependimento;

o Kyrie, expressão de desejo e súplica;

o Glória, hino em louvor a Deus;

a coleta, oração solene de petição que conclui as orações precedentes.

Deus responde, por assim dizer, a nossa oração pelo ensinamento que nos traz a sua palavra: serviço de Deus pela leitura. Aí se distingue:

a epístola,
os cantos intercalados, tirados principalmente dos salmos;
o evangelho, leitura final mais solene;
em certos dias, a pregação comenta as leituras
e a profissão de fé do Credo coroa o conjunto.

Depois dessa preparação espiritual e intelectual, a Igreja pode oferecer o sacrifício do Cristo; é a missa propriamente dita, em que se distinguem, muito naturalmente, três partes:

o ofertório ou preparação do sacrifício; o pão e o vinho são trazidos ao altar e apresentados a Deus num conjunto de ritos e orações que a secreta termina;

a consagração ou sacrifício propriamente dito; nossos dons se tornam o corpo e o sangue do Cristo no curso da grande oração eucarística que compreende o prefácio e o cânon;

finalmente, na comunhão, recebemos nossos dons transformados e, por eles, a vida divina; esse banquete sacrificial comporta uma preparação: Pater, fração, ósculo da paz, orações antes da comunhão — o próprio ato da comunhão — a ação de graças: pós-comunhão, despedida, bênção e orações finais. (1)

Essa moldura do sacrifício eucarístico não deixa de ser complexa; a compreensão da missa pede que se distingam os traços essenciais, um tanto mergulhados em elementos adventícios que, evidentemente, não são sem valor, mas cujo caráter secundário deve ser acentuado. O novo Ordo da semana santa parece, aliás, anunciar simplificações.

A verdadeira piedade só pode ganhar com um exame detalhado da missa baseado na história; ele fará com que se destaque a continuidade da tradição, seu valor teológico e religioso, e ajudará a participar de maneira mais esclarecida e fecunda do sacrifício do altar.

(1) Encontrar-se-á em Parsch, "La Sainte Messe", pág. 44, um quadro sugestivo das diferentes partes da missa.

CAPÍTULO IV

A ANTE-MISSA. AS ORAÇÕES INICIAIS

Não falaremos aqui da *coleta* que se realizava em Roma, nos dias de penitência; reunião numa igreja distinta daquela onde se devia celebrar a missa. Lá havia um intróito seguido de uma oração, depois se dirigiam todos em procissão ao canto das ladainhas, rumo à igreja da estação ⁽¹⁾ onde se cantava a missa. Nos domingos e dias de festa, o papa se dirigia diretamente à igreja onde ia officiar. É a êsse último caso que nos referimos.

AS ORAÇÕES AO PÉ DO ALTAR

Vimos atrás que, na época de S. Gregório, o papa, chegando processionalmente ao altar, contentava-se em se prosternar um instante e orar em silêncio antes de ir para o trono. Essa prostração silenciosa ainda é usada na sexta-feira santa. A partir do século XI, aparecem ritos diversos de preparação.

Antes de se paramentar, o pontífice recita salmos penitenciais cujo número variou; atualmente, ha cinco e sua recitação é obrigatória para o bispo quando celebra solenemente; é facultativa para êle nos outros casos e sempre para os simples sacerdotes. Nessa mesma época, a procissão de entrada e chegada são acompanhadas, sobretudo nas igrejas francas, pela recitação de *apologias* ou orações de confissão, em que o celebrante confessa a sua indignidade e pede perdão de suas faltas. Compreendem o salmo *Judica me*, um

(1) A palavra "estação" designava um pòsto militar em país estrangeiro. O cristão é soldado de Cristo e a Igreja adotou êsse têrmo para a reunião numa igreja determinada onde o papa celebrava a missa.

confiteor alternado seguido de uma absolvição e alguns versículos e orações, dentre as quais a oração *Aufer a nobis*, ainda em uso. Inocêncio III.^o inseriu-as no missal da Cúria romana, até que S. Pio V as tornou obrigatórias. Parece que, até o século XII, eram recitadas na ida para o altar. É lícito pensar que a prática atual da missa dialogada lhe dê demasiado relêvo; são orações privadas e é paradoxal dar aos fiéis, nesse momento, seu máximo de participação. Ainda mais, conserva-se muitas vezes êsse diálogo na missa cantada, o que é pròpriamente um contrasenso, uma vez que se deve, então, cantar o intróito.

Desde o século XIV, o celebrante começa por um solene sinal da cruz, com a fórmula *In nomine Patris...* que lembra a da ablução batismal e une, de certo modo, o batismo e a eucaristia. É um belo ato de fé, um sinal de pertencer a Cristo. A ligação entre os dois sacramentos é ainda mais acentuada na aspersão de água benta que regularmente precede, nas paróquias, a missa dominical, ao canto do *Asperges me* ou, no tempo pascal, do *Vidi aquam*: evocação do batismo e pedido de purificação das manchas contraídas depois dêle.

O salmo *Judica me* se segue imediatamente, enquadrado pelo quarto versículo *Introibo*, muito bem escolhido, e que dá um caráter jubiloso a êsse belo poema em que se exprime um ardente desejo de ter acesso ao Templo de Deus e de louvá-lo, a fim de ser protegido dos inimigos sempre temíveis. Durante a quinquena da Paixão, às missas do tempo se suprime o salmo do qual só se guarda o estribilho, sem dúvida porque êste serve de intróito ao primeiro domingo da Paixão; essa supressão se terá estendido aos dias seguintes. O mesmo nas missas dos defuntos. O versículo *Adjutorium*, pedido de auxílio divino, muitíssimas vezes empregado na liturgia romana, introduz o *Confiteor*.

O *Confiteor* alternado que se segue tem evidente caráter penitencial. Sucessivamente, sacerdote e seus assistentes reconhecem as suas faltas, imploram o perdão e pedem, uns pelos outros, a ajuda de suas orações. Sob sua forma atual, um pouco longa, vem da Idade Média. Pode-se nêle ver uma cena de julgamento em que o pecador se acusa em presença de Deus e dos santos mais ilustres e, em seguida, uma cena de intercessão, onde apela para a sua mediação. O *Indulgentiam* é uma fórmula de absolvição deprecatória que parece ter sido por muito tempo considerada como sacramental, pelo menos para os assistentes (é evidente que o sacerdote não se poderia absolver a si mesmo); é claro que ela não encerra hoje

intenção sacramental, mas os sentimentos de arrependimento que esse conjunto supõe podem obter o perdão das faltas leves.

Alguns versículos de salmos e o *Dominus vobiscum* se acrescentam ao *Confiteor*, depois do que o sacerdote sobe ao altar dizendo a bela oração *Aufer a nobis*, antiga coleta que já se encontra no sacramentário leoniano; é um novo pedido de perdão antes de abordar o santo dos santos do sacrifício eucarístico; completa, entre o mundo e o santuário, a transição a que se destinam essas orações preliminares.

O primeiro gesto do celebrante, chegado ao altar, é osculá-lo com respeito; a partir do século XIII, repeti-lo-á muitas vezes, no curso da missa. Primitivamente, esse gesto era silencioso; ainda o é na sexta-feira santa, depois da prostração inicial. Aqui, segundo uma tendência muito natural a acentuar o gesto por uma fórmula, ele é acompanhado da oração *Oramus te*, relativamente recente (século XI ou XII); basta o fato de que, no fim, ela se exprima no singular para permitir supô-lo, pois as fórmulas antigas são sempre no plural. É uma homenagem explícita às relíquias colocadas na pedra do altar, mas, também, uma homenagem ao próprio Cristo que o altar simboliza; o ósculo é como um ósculo da Igreja ao Cristo, a aceitação da união a seu sacrifício. Na missa pontifical, o bispo beija, também, o texto do Evangelho que, durante a procissão, o sub-diácono leva diante de si e que, como se disse, outrora, assistido por um acólito, ele colocava sobre o altar antes da entrada solene. O uso, conservado em algumas dioceses, de fazer com que o servente da missa rezada leve o missal dirigindo-se para o altar diante do celebrante, é uma lembrança muito oportuna da entrada do Evangelho. Do mesmo modo, a veneração das *Sancta* ao chegar ao altar perdura em nossos dias quanto ao bispo, que faz breve visita à capela do Santíssimo Sacramento, antes de chegar ao altar principal onde celebrará a missa.

Uma primeira incensação da cruz e do altar se encontra aqui, desde o século XI; não foi introduzida nas missas de defuntos que têm apenas uma solenidade restrita. Sabe-se qual era o uso do incenso no culto mosáico. Entre os romanos, levava-se incenso diante dos cônsules; fêz-se o mesmo para os bispos. Passou-se, em seguida, a incensar pessoas e objetos, particularmente o altar sobre o qual se vão realizar os santos mistérios; assim se lhe dá um novo sinal de respeito.

O INTRÓITO

Pode-se crer que, primitivamente, pelo menos para as missas não estacionais, a entrada da procissão se fazia em silêncio, o que lhe devia dar um caráter um tanto austero; ainda é assim na sexta-feira santa. Por isso, em breve se quis solenizá-la por um canto. É possível que tenha sido dêsse modo desde o século V.^o, mas o canto só no século VI.^o parece ter tomado a forma antifonada de um salmo com estribilho ou antifona, repetida após cada versículo ou grupo de versículos executados por dois coros. As missas estacionais, precedidas de uma procissão ao canto das ladainhas, o intróito não tinha razão de ser; por isso não há intróito na missa da vigília pascal. Entretanto, mais tarde se introduziu mesmo nessas missas: assim nos dias da Purificação, das Cinzas e dos Ramos.

Estabeleceu-se, pouco a pouco, o uso de só cantar o intróito depois da chegada dos oficiantes ao altar, sobretudo quando o trajeto desde a sacristia era curto. A edição vaticana do Gradual reagiu contra êsse erro e indica que o intróito deve ser executado durante o caminho para o altar. O novo ordo da semana santa pede que, para a missa da quinta-feira santa, se dê à procissão um percurso um pouco mais amplo, que dê tempo de cantar vários versículos do salmo e de repetir várias vezes a antifona.

O fato de que, na maior parte das igrejas, a procissão de entrada se tenha tornado muito curta teve por resultado a redução do salmo a um só versículo, seguido do *Gloria Patri* ⁽²⁾; veremos mais adiante que, no ofertório e na comunhão, o salmo desapareceu completamente e que só a antifona subsistiu.

A diminuição do salmo deve também ser devida ao desenvolvimento da melodia sobre a qual é cantada a antifona, pelo menos a partir do século X. Essas melodias muito ornadas não podem, evidentemente, ser executadas a não ser por uma schola, mas resta ao povo a possibilidade de se unir ao canto do versículo e da doxologia. Elas são notáveis pela solenidade, variedade e adaptação ao texto que é ressaltado com extraordinária maleabilidade. Numerosas são as obras-primas. Citemos, quase ao acaso, o austero *Ad te levavi* do primeiro domingo do Advento, o alegre *Gaudete* do ter-

(2) Doxologia de origem oriental e que foi primeiramente usada como protesto contra o arianismo.

ceiro domingo do Advento, o exultante *Puer natus est* da terceira missa do Natal, o *Domine ne longe facias* do domingo de Ramos, ao mesmo tempo doloroso e confiante — o *Resurrexi* de Páscoa com sua serenidade tãda interior, o triunfante *Viri Galilaei* da Ascensão, o amplo e magestoso *Spiritus Domini* de Pentecostes. Fácil seria multiplicar os exemplos; aí temos um inestimável tesouro musical e espiritual.

A antífona é, normalmente, tirada do salmo que ela enquadra: assim é para a missa de meia-noite, os domingos da quaresma e muitas outras missas. Do primeiro ao décimo sétimo domingo depois de Pentecostes, segue-se de um modo geral, a ordem do salterio, a começar pelo salmo XII. Em vários casos, o texto provém de outros livros da Bíblia citados mais ou menos livremente: profetas (missa do dia de Natal, S. João Batista), epístola da missa (terceiro domingo do Advento, Ascensão, S. Pedro), evangelho (vigílias de S. João Batista e de S. Pedro); mais raramente é de composição eclesiástica: *Gaudeamus* de Todos os Santos, *Salve sancta Parens* das missas da Santíssima Virgem. O *Requiem* dos defuntos é tirado do IV livro de Esdras (apócrifo).

O intróito é como a abertura do drama; anuncia o mistério ou a festa como o Invitatório de Matinas, mas de um modo mais prolixo, trazendo uma idéia orientadora que contribui para a compreensão da missa e indica a sua intenção sobrenatural. O fato de cantá-lo é de excelente psicologia (que se pense, por exemplo, no papel do côro na tragédia antiga). Presta-se muito bem, texto e melodia, à meditação. Com beleza foi comparado a um arco de triunfo no cimo de uma via romana... Algumas vêzes, deu o nome à missa. Muitos de nossos contemporâneos nem de longe suspeitam disso, quando lêem em seus calendários, sem bem compreendê-las, as palavras *Reminiscere*, *Oculi*, *Lactare* ou *Quasimodo*.

Faz-se o sinal da cruz no início do Intróito porque êle constitui o verdadeiro começo da missa. O celebrante deve atualmente recitá-lo, assim como os outros trechos lidos ou cantados que não lhe são reservados. Pode-se considerar que existe aí uma deplorável influência da missa privada sobre a missa solene; o sacerdote dá a impressão de se isolar da assembléia da qual é o chefe. Talvez se tenha considerado, quando apareceram os missais plenos, que êles formavam um todo e que deviam ser recitados sem omissão. Ou então, nas igrejas de vastas dimensões, se terá tomado o hábito de fazer dêsse modo por causa da dificuldade de ouvir bem. O recente

Ordo da semana santa, segundo o qual o celebrante deve contentar-se com escutar as leituras, insinua uma reação contra êsse estado de coisas. Mesmo que essa reação prevaleça, pode-se perguntar se muitos celebrantes não preferirão ler, pelo menos com os olhos, todos os textos do missal, cuja audição é muitas vezes deficiente, mesmo com os progressos da sonorização, mesmo quando a dicção dos leitores pouco deixa a desejar.

O KYRIE ELEISON

O Kyrie é de origem oriental e foi conservado em grego no momento de sua introdução no ocidente, pelo século V, provavelmente pelo papa Gelásio; talvez se origine de Jerusalém. Constituiu, primeiramente, a resposta a uma ladainha; a cada invocação ou indicação de uma intenção formulada pelo diácono se respondia: Kyrie eleison, Senhor, tende piedade⁽³⁾. A incorporação do Kyrie à missa parece ter coincidido com a supressão da oração pelas diferentes necessidades da Igreja, ou *oratio fidelium*, que se colocava no ofertório e que tinha o mesmo objetivo. É característico que o ofício da sexta-feira santa, que começa pelas leituras e que não tem Kyrie, tenha conservado as orações solenes após a leitura da Paixão. As invocações a que correspondia o Kyrie desapareceram primeiramente nos dias ordinários, depois nos ofícios solenes, pelo tempo de S. Gregório. Quando a missa era precedida de uma procissão com ladainha, o Kyrie não tinha razão de ser; ainda hoje, na vigília pascal, o Kyrie que termina as ladainhas serve para a missa. O Christe é de origem romana.

O número das invocações foi, a princípio, indeterminado. O papa fazia sinal aos cantores que parassem, quando chegava ao trono. Nas Gálias é que se fixou a tríplice repetição do tríplice Kyrie, isto é, ao todo nove invocações. Originariamente, todas se dirigiam ao Cristo, Kyrios é o seu título por excelência, na antigüidade cristã, sobretudo em S. Paulo. A partir da Idade Média, cada vez mais se passou a atribuir ao Kyrie uma significação trinitária, dirigindo-se cada grupo de invocações, sucessivamente, às três Pessoas

(3) Encontrar-se-á um exemplo, devido provavelmente a Gelásio, em Jungmann, II, 91-92. A liturgia bizantina de S. João Crisóstomo comporta três ladainhas dialogadas entre o diácono e os fiéis. As outras liturgias orientais apresentam aqui um conjunto complexo de orações e cantos.

divinas. Essa evolução aparece claramente nos Kyrie "farcis", que adaptam palavras ou tropos aos longos neumas sobre os quais se prolongava a mesma sílaba ⁽⁴⁾; as suas primeiras palavras foram conservadas no Gradual vaticano e servem para designar as missas. Talvez houvesse nisso um meio de melhor reter as melodias; entretanto, os tropos constituíam uma afetação evidente, e o missal de S. Pio V fez bem em suprimi-los.

As melodias se desenvolveram principalmente a partir do século X. Nosso Gradual conservou uma considerável coleção delas, muitas bellísimas. São dignos de nota, sobretudo os Kyrie I, *Lux et origo*, para o tempo pascal, de frescura e alegria primaveris — IV, *Cuncti potens*, de discreto arcaísmo — IX, *Cum júbilo*, para as missas da Santíssima Virgem, de uma piedade terna e suntuosa — XI, *Orbis factor*, para os domingos comuns, com seu caráter de súplica ardente — XVIII, *Deus Genitor*, de simplicidade monástica. Na França, o mais popular é, sem dúvida, o Kyrie VIII, *de Angelis*, de tonalidade mais moderna. Ai, as paróquias cantam ainda muitas vêzes as três missas compostas por du Mont no século XVII; as do segundo e do sexto tom são banais e, se desaparecessem não haveria muito que lamentar. Pelo contrário, a missa do primeiro tom, chamada missa Real, muito mais conhecida, tem um caráter de solenidade que a torna bem aceitável para as festas.

O canto do Kyrie e das outras peças do Ordinário (Gloria, Credo, Sanctus, Agnus) deve ser executado pelo povo, alternando com a schola, salvo, evidentemente, nos casos das missas polifônicas. É deplorável reservá-lo a um cântico restrito e condenar a nave ao silêncio. As melodias são relativamente fáceis e pode-se contentar-se com um repertório limitado. É indispensável que a participação do povo cristão à liturgia não se reduza a algumas breves respostas às saudações do sacerdote.

O Kyrie é a expressão da nossa necessidade de salvação e do desejo tão autenticamente cristão da vinda do Cristo, desde agora pela Eucaristia e os diversos meios de distribuição da graça e, no último dia, na glória. Prepara êle muito bem a coleta, na qual o sacerdote apresentará a Deus, pelo Cristo, a oração da Igreja reunida. Sendo em grego, pode-se ver nêle, também, uma oração pela unidade. E, se se recorda que é o único elemento que resta de uma ladainha, será uma boa inspiração rezá-lo, cantando-o, por todos os

(4) V. um exemplo em Jungmann, II, 101.

membros da Igreja, hierarquia, catecúmenos, pecadores, etc., e pelas grandes intenções que sem cessar deveríamos trazer diante de Deus, santificação das almas. propagação da fé, paz universal.

O GLÓRIA IN EXCELSIS

O Glória é uma bela doxologia trinitária, que começa pelo cântico dos anjos em Belém; continua por aclamações entusiastas que eleva primeiramente ao Pai onipotente, depois ao Filho único, cuja divindade exalta, implora-lhe o perdão e engrandece a sua glória. Termina por breve menção ao Espírito Santo. Alguns lastimam que o Glória separe o Kyrie da coleta, que era a conclusão normal da ladainha, mas o Glória a ela se assemelha suficientemente, por suas breves invocações; e quem haveria de querer eliminar do missal essa jóia da antiguidade cristã?

O Glória é um hino antiqüíssimo e de origem grega (o seu ritmo é melhor em grego do que em latim), um dos raros salmos cristãos que tenham vindo até nossos dias. Podem-se ainda mencionar o *Te decet laus*, conservado nas matinas monásticas, o *Te Deum* e a bela oração da noite dos gregos: *voz jubilosa*. Conhecemos três redações bem diferentes do Glória⁽⁵⁾; nosso texto ocidental deriva daquele que o *Codex Alexandrinus* insere após o Novo Testamento. Eis uma tradução do texto que se encontra no missal:

"Glória a Deus nas alturas, e paz na terra aos homens de boa vontade. Nós Vos louvamos, Nós Vos bendizemos. Nós Vos adoramos. Nós Vos glorificamos. Nós Vos damos graças por vossa grande glória. Senhor Deus, Rei do Céu, Deus Pai onipotente, Senhor, Unigênito Filho de Deus, Jesus Cristo, Senhor Deus, Cordeiro de Deus, Filho do Pai, Vós que tirais os pecados do mundo, tende piedade de nós. Vós que tirais os pecados do mundo, recebei a nossa súplica. Vós que estais sentado à direita do Pai, compadecei-Vos de nós. Porque só Vós sois Santo. Só Vós sois Senhor. Só Vós Altíssimo, ó Jesus Cristo. Com o Espírito Santo, na glória de Deus Pai. Amém".

O interesse teológico dessa peça é evidente, e seria proveitoso analisá-la minuciosamente⁽⁶⁾. Seu lirismo não é menos atraente; é uma resposta jubilosa à súplica do Kyrie, o canto dos resgatados que

(5) Comparação dos textos em Parsch, 95.

(6) V. Jungmann, II, 106-113.

proclama a grandeza de Deus e do Cristo, e, com ardente confiança, solicita a participação às graças da redenção.

Primitivamente, não se dizia o Gloria na missa, mas foi bem cedo introduzido na missa da noite de Natal. O papa Símaco estendeu o seu uso aos domingos e festas dos mártires, mas só na missa episcopal. No século IX, os sacerdotes só o diziam na noite de Páscoa e à tomada de posse da sua igreja que, em Roma, se seguia imediatamente à sua ordenação. Desde o século XI, os sacerdotes dizem-no nos mesmos dias que os bispos, isto é, em tôdas as festas de santos e em todos os domingos fora dos tempos de penitência. As únicas missas em que é omitido são as dos domingos e férias do Advento e da Quaresma, as missas votivas não solenes e as missas dos defuntos.

Os Gloria I, IV, VII, IX, XI têm as mesmas qualidades musicais que os Kyrie a que correspondem, e é normal que o povo também a êle se associe. Chamamos a atenção para o Gloria XV das festas simples, canto silábico muito pouco conhecido, de linha sóbria e ressonância de sinos que lembram a primeira frase do *Te Deum*. Executado pela massa do povo, produziria uma impressão extraordinária de vigor. A comunidade cristã deve dar ao Gloria todo o ardor da sua fé e do seu amor.

A COLETA

Conforme o caso, o Gloria ou Kyrie é seguido da saudação *Dominus vobiscum*, O Senhor esteja convosco! que, no curso da missa, precederá em geral as orações e as indicações dadas à assembléia. Amável voto que resume tôda a vida cristã e equivale de certo modo à palavra hebráica Emmanuel, Deus conosco. O sacerdote o formula com as mãos estendidas, após haver beijado a pedra do altar, tomando, por assim dizer, o Cristo para dá-lo aos fiéis. Gesto sóbrio, tocante e profundo, de todo conforme ao lirismo discreto que caracteriza o gênio romano. A resposta do povo: *Et cum spiritu tuo*, poderia interpretar-se como um simples semitismo significando: *E também convosco*. Prefere-se, no entanto, a tradução mais literal e aparentemente menos clara: *E com vosso espírito*, pois ela parece ser rica em doutrina: o espírito não é só o que ha de mais íntimo na alma humana, mas, conforme um pensamento familiar a S. Paulo, a alma sôbre-elevada e sobrenaturalizada pela presença do Espírito

Santo. É, pois, por um voto especificamente cristão e relacionado com a vida da graça que se responde à saudação não menos cristã do sacerdote. Neste lugar da missa, o bispo diz: *Pax vobis, Pax a vós!* voto que dirigia aos apóstolos o Cristo ressuscitado. Ele o diz às missas que têm Glória, sem dúvida por alusão ao *Pax hominibus*, e só o bispo o diz porque, primitivamente, o Glória lhe era reservado.

Propõe-se para o termo coleta uma dupla etimologia; oração *ad collectam*, isto é, pronunciada sobre o povo reunido — ou então oração pronunciada pelo presidente para resumir e reunir (*colligere*) as intenções dos fiéis. É a primeira das orações da missa. O sacerdote começa por um convite à oração, dizendo: *Oremus*. Nos tempos de penitência (ainda hoje em certos dias da quaresma e na sexta-feira santa) o diácono dá ordem de se ajoelhar: *Flectamus genua*. Então, todos se recolhiam um instante em silêncio, o que o novo cerimonial felizmente restabeleceu para a sexta-feira santa e a noite pascal. Por vezes (sexta-feira santa) um breve invatatório indica, antes do ajoelhar-se, o objeto da oração. O sacerdote canta-a na antiga atitude do orante, de pé e de mãos levantadas. Conforme a tradição, olha para o oriente, direção do paraíso terrestre, do Calvário e, segundo se acreditava, da parusia ou volta gloriosa do Cristo; isso leva o celebrante a voltar as costas aos fiéis nas inúmeras igrejas em que o côro está do lado do oriente.

Primitivamente, só se dizia uma oração; no correr do tempo, foram-se multiplicando as orações, sem dúvida para remediar a demasiada multiplicação das missas privadas e para lembrar as festas menores impedidas por officios mais importantes, talvez para suprir o desaparecimento da oração dos fiéis antes do ofertório. As últimas rubricas reduziram-lhe o número; jamais se deve ultrapassar o número de três nos dias comuns e o de duas no domingo. Na origem, o texto era improvisado; com o correr do tempo, o missal só conservou as orações mais belas e mais curtas. As mais antigas estão no sacramentário leoniano, mas devem vir de mais longe; supõe-se que várias sejam obra do papa S. Dâmaso (366-384). Essas veneráveis fórmulas nos fazem, pois, entrar em comunhão com quase todas as gerações cristãs.

A verdadeira tradição das orações consiste em invocar Deus Pai pela mediação de seu divino Filho e na unidade do Espírito Santo. Sempre houve, na oração privada, fórmulas dirigidas ao Filho; mas foi somente pelo ano 1.000, sob influências galicanas

anti-arianistas, que certas coletas se dirigiram diretamente ao Filho, mesmo com ligeira modificação no sentido dos textos antigos (orações dos domingos do Advento, por exemplo). As coletas nunca são dirigidas ao Espírito Santo, e as três Pessoas divinas são sempre mencionadas na conclusão. Essas orações são feitas, bem entendido, em nome da Igreja e se exprimem no plural.

Do ponto de vista doutrinal, as coletas apresentam muito grande interesse e constituem um elemento privilegiado da liturgia, considerada como expressão da fé da Igreja e fonte para a teologia. Exprimem, entre outros pontos do dogma, as perfeições de Deus, a queda e a elevação do homem, os mistérios do Cristo e a redenção; das coletas dos domingos depois de Pentecostes se poderia extrair um pequeno tratado da graça. O início é sempre uma invocação solene: Deus, Senhor, Deus onipotente e eterno; em seguida, lembra um atributo divino, um mistério da fé ou exemplos de um santo; finalmente, um pedido, por vezes de caráter bastante geral, em relação com o que precede; solicita-se o socorro divino para as diversas necessidades do cristão, sem omitir as necessidades temporais, o que não é de admirar entre romanos, sempre positivos. Termina-se pela conclusão *Per Dominum*.

Por vezes se acusou as orações de não serem bastante impregnadas pela Bíblia e o Evangelho, de carecerem um pouco de emoção, de terem uma gravidade quase estoíca. Mas é impossível não admirar sua concisão, seu valor doutrinal, harmoniosa elegância, simetria de composição. O lirismo que nelas se manifesta por vezes, permanece discreto e contido. É talvez melhor que seja assim: uma oração feita para todos deve ser tranqüila, apoiar-se antes de tudo no dogma imutável e só se dirigir à sensibilidade com medida e simplicidade.

A harmonia das coletas romanas provém, sobretudo, da sua estrutura rítmica baseada na quantidade das sílabas, segundo as regras estabelecidas por Cícero, e no lugar dos acentos no fim dos membros da frase; há, por vezes, rimas ou assonâncias. Distinguem-se quatro tipos de finais ou *cursus*; os três primeiros se encontram na bem conhecida oração do *Angelus* que poderá servir de exemplo.

1) O *cursus planus*: uma palavra acentuada na penúltima ou antepenúltima sílaba, seguida de outra palavra de três sílabas acentuada também na penúltima; em outros termos, os acentos são colocados na segunda e na quinta sílaba a partir do fim:

méntibus nóstris infúnde

2) o *cursus tardus*: uma palavra acentuada na penúltima, seguida de uma palavra de quatro sílabas acentuada na ante-penúltima: acentos na terceira e na sexta sílaba a partir do fim:

Incarnatiómem cognóvimus

3) o *cursus velox*, o mais solene e elegante: uma palavra de três sílabas ou mais, acentuada na ante-penúltima, seguida de uma palavra de quatro sílabas acentuada na penúltima: acentos na segunda e na sétima sílabas a partir do fim.

Glória perducámur
Saecula saeculórum

4) Finalmente, encontra-se um *cursus* di ou tri-espondáico: três espondeus ou troqueus sucessivos: acentos na segunda e sexta sílabas a partir do fim.

Mórte reserásti (Páscoa).
Illustratióne docuísti (Pentecostes).

Salvo raras excessões, tôdas as orações do leoniano e do gelasiano têm suas cláusulas em conformidade com as regras do *cursus*. Também assim prefácios, certos textos patrísticos e muitos atos pontifícios até a Idade média, e mesmo até os nossos dias (7).

Os leitores que ignoram o latim queiram perdoar-me êsses detalhes técnicos, dos quais as traduções não podem dar a idéia. As observações precedentes se tornarão mais concretas por uma escolha de coletas tomadas entre as mais dignas de nota. Sua leitura deveria encantar os latinistas; entretanto, a todos mostrará a tradução sua importância dogmática e seu valor espiritual.

Natal, missa da meia-noite

Deus qui hanc sacratissimam
noctem veri luminis fecisti illus-
tratione clarescere; da quaesu-
mus; ut, cujus lucis mysteria
in terra cognovimus, ejus quo-
que gaudiis in caelo perfrua-
mur.

Ó Deus, que fizestes esta noi-
te santíssima resplandecer com
o fulgor da verdadeira Luz, con-
cedei, Vos pedimos, que assim
como conhecemos os Mistérios
dessa Luz na terra, também no
céu gozemos as suas alegrias.

(7) V. Laurand, "Manuel des études grecques et latines"; Ed. Picard, 1940, IV, 60-72.

Natal, missa da aurora

Da nobis, quaesumus, omnipotens Deus; ut, qui nova incarnati Verbi tui luce perfundimur; hoc in nostro resplendeat, opere, quod per fidem fulget in mente.

Concedei-nos, ó Deus onipotente, que imersos na nova Luz de vosso Verbo Incarnado, transborde em nossas obras o esplendor da fé que ilumina as nossas almas.

Domingo na oitava do Natal

Omnipotens sempiterne Deus dirige actus nostros in beneplacito tuo; ut in nomine dilecti Filii tui mereamur bonis operibus abundare.

Dirigi, ó Deus onipotente e eterno, as nossas ações segundo o vosso beneplácito a fim de que mereçamos enriquecer-nos de boas obras, em o Nome de vosso Filho.

Batismo de Nosso Senhor (13 de janeiro)

Deus, cujus Unigenitus in substantia nostrae carnis apparuit; praesta, quaesumus; ut per eum quem similem nobis foris agnovimus, intus reformari mereamur.

ó Deus, cujo Filho Unigênito apareceu na natureza de nossa carne, concedei, Vos pedimos, que mereçamos ser reformados interiormente por Aquêlê que reconhecemos semelhante a nós exteriormente.

Domingo de Ramos

Omnipotens sempiterne Deus, qui humano generi ad imitandum humilitatis exemplum, Salvatorem nostrum carnem sumere et crucem subire fecisti; concede propitius; ut et patien-

Onipotente e eterno Deus, que quisesstes assumisse o nosso Salvador a nossa carne e sofresse o suplício da Cruz, para que o gênero humano imitasse o exemplo de sua humildade

tiae ipsius habere documenta et resurrectionis consortia mereamur.

concedei-nos, propício, pratiquemos as lições de sua paciência e mereçamos participar de sua Ressurreição.

Domingo de Páscoa

(texto antigo, sacramentário Gelasiano)

Deus qui hodierna die per Unigenitum tuum aeternitatis nobis aditum, devicta morte reserasti; da nobis, quaesumus ut qui resurrectionis Dominicae solemnia colimus, per innovationem tui Spiritus a morte animae resurgamus.

Ó Deus que, pela vitória do vosso Filho único sobre a morte, hoje nos abristes a entrada da eternidade; concedei-nos que, celebrando a solenidade da ressurreição do Senhor, ressuscitemos da morte da alma pela renovação do vosso Espírito.

A oração do missal atual é idêntica quanto à primeira parte; mas a final é de cunho muito geral e sem relação explícita com a festa.

Quarto domingo depois da Páscoa

Deus, qui fidelium mentes unius efficeis voluntatis; da populis tuis id amare quod praecipis, id desiderare quod promittis; ut inter mundanas varietates ibi nostrae fixa sint corda, ubi vera sunt gaudia.

Ó Deus, que unís as almas dos fiéis em uma só vontade, concedei aos vossos povos que amem o que ordenais e desejem o que prometeis, a fim de que, por entre as inconstâncias deste mundo, se fixem nossos corações onde estão as verdadeiras alegrias.

Terceiro domingo depois de Pentecostes

Protector in te sperantium, Deus, sine quo nihil est validum, nihil sanctum; multiplica su-

Ó Deus, que sois protetor dos que em Vós esperam, e sem o qual nada é firme e nada é

per nos misericordiam tuam; ut te rectore, te duce, sic transeamus per bona temporalia ut non amittamus aeterna.

santo, multiplicai sôbre nós a vossa misericórdia, para que por Vós governados e guiados, passemos de tal sorte pelos bens terrenos que não percamos os eternos.

Festa de S. Pedro e S. Paulo (29 de junho)

Deus, qui hodiernam diem Apostolorum tuorum Petri et Pauli martyrio consecrasti; da Ecclesiae tuae eorum in omnibus sequi praeceptum, per quos religionis sumpsit exordium.

Ó Deus, que santificastes o dia presente com o martírio de vossos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, concedei à vossa Igreja a graça de seguir em tudo os ensinamentos daqueles pelos quais a Religião começou a ser propagada.

É de desejar que estas citações excessivamente breves inspirem o desejo de estudar e meditar as coletas, que nos dispensam, através todo o ano, um ensinamento espiritual escolhido.

A harmoniosa conclusão que termina as orações merece atenção especial.

Per Dominum nostrum Jesum Christum Filium tuum, qui tecum vivit et regnat in unitate Spiritus sancti, Deus, per omnia saecula saeculorum.

Por Nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, que, sendo Deus, convosco vive e reina em união com o Espírito Santo por todos os séculos dos séculos.

Apela para os méritos e a mediação do Cristo, não só pedindo que interceda por nós, mas o considerando como o instrumento da onipotência do Pai e seu associado na efusão das graças. É, em verdade, a oração *em seu Nome* que o Salvador pediu a seus Apóstolos: "Tudo que pedirdes em meu Nome, eu o farei" (Jo. XIV, 14). O Senhor não é só nosso intercessor: é invisivelmente, com o Pai, o termo da oração. A Igreja entra perfeitamente nas suas intenções assim orando e proclamando sua divindade ao mesmo tempo que implora a sua mediação. As últimas palavras *in unitate*

Spiritus Sancti, não têm um sentido absolutamente claro; nelas se pode ver um ato de fé na divindade do Espírito Santo e na unidade das Pessoas divinas; outros interpretam-nas como a unidade que o Espírito Santo funda, unidade da Igreja repleta do Espírito Santo, em referência à epístola aos Efésios, IV, 3. Não é fácil tomar partido (8).

Concluindo essa fórmula, o sacerdote junta as mãos e inclina a cabeça ao nome de Jesus: gesto de homenagem, inspirado talvez no direito feudal.

O recitativo no qual a coleta é cantada, sobretudo quando se recorre ao tom antigo, tão religioso e natural, completa a impressão de conjunto e concorre para fazer da coleta uma pequena obra prima de dignidade, grandeza, doutrina, piedade e arte. Merece ser considerada como uma das principais orações da liturgia do dia, tanto mais que é repetida no fim das horas do ofício divino que enquadra a missa. A ela se dará, pois, particular atenção e dela se fará, de bom grado, objeto de meditação sempre proveitosa.

Na Idade média, a coleta era, por vezes, seguida de aclamações de louvor ou *Laudes* em honra do papa, do soberano, do bispo, com o belo estribilho *Christus vincit* e invocações ao Cristo e aos santos para cada intenção proposta. Essas *Laudes* ainda estão em uso na missa da coroação do Summo Pontífice e em algumas catedrais, nos dias de grandes festas (9).

A coleta termina a primeira parte da ante-missa. As orações e os cantos envolveram os fiéis numa atmosfera de arrependimento, louvor e súplica que os prepara de modo excelente a ouvir de um modo proveitoso a própria palavra de Deus nas leituras do Antigo e do Novo Testamento.

(8) V. Dom Botte em "Maison-Dieu", n.º 23, 49-53.

(9) Algumas vezes lhes é dado o nome de ladainhas ou aclamações carolíngias, sem dúvida por causa do seu emprêgo desde o tempo de Carlos Magno.

CAPÍTULO V

A ANTE-MISSA. O OFÍCIO DAS LEITURAS

A EPÍSTOLA

Depois do serviço divino pela oração, o serviço divino pela leitura; o Cristo não é só Sumo Sacerdote, mas doutor e profeta.

No antigo officio das leituras, encontramos os antigos usos do judaismo. Todo sábado, reuniam-se na sinagoga para ouvir ler e comentar uma passagem da Lei e uma dos Profetas; terminava-se por algumas orações e pela bênção de um sacerdote, se houvesse algum na assembléia.

A antiga missa romana comportava três lições: uma do Antigo Testamento, uma do Novo e o Evangelho. Ainda é assim nas quartas-feiras das tēmporas, na quarta-feira que se segue ao domingo *Laetare*, e na quarta e na sexta-feira da semana santa. A liturgia ambrosiana, usada em Milão e a liturgia dominicana conservaram igualmente essa tríplice leitura, pelo menos em certos dias. Nos sábados das Tēmporas e no sábado santo, a missa romana tinha doze lições, reduzidas a seis por S. Gregório, salvo para o sábado santo que, até a recente reforma, havia conservado doze, sem contar a epístola da missa; essas leituras suplementares não pertenciam à missa pròpriamente dita, mas à vigília preparatória. No tempo de S. Gregório, a missa já não tinha mais do que uma epístola, tirada ora do Antigo, ora do Novo Testamento. As leituras eram cantadas de um púlpito bem elevado, ficando o leitor de frente para o povo.

As raras missas que, atualmente, têm ainda duas epístolas, tiram ambas do Antigo Testamento. A primeira é cantada por um

leitor e a segunda pelo sub-diácono; sendo o Evangelho reservado ao diácono, tem-se, desse modo, uma bela gradação. As rubricas atuais supõem que o sub-diácono fique de costas para o povo, o que é bem estranho; a existência de púlpitos nas igrejas e a tolerância dos bispos estão em vias de modificar êsse uso. Canta-se a epístola à direita do altar, isto é, a esquerda do bispo cujo trono se supõe estar no fundo da ábside; o Evangelho será naturalmente cantado à sua direita. A declamação da epístola é muito simples: ou *recto tono*, salvo para as frases interrogativas — ou num tom um pouco mais ornado que só admite modulações no meio ou no fim das frases. Quando o sub-diácono termina, responde-se: *Deo gratias*, e êle vai receber, de joelhos, a bênção do celebrante.

A seqüência das leituras parece ter sido fixada de S. Leão a S. Gregório, isto é, entre 450 e 604. Para o Advento, Quaresma, Páscoa e Pentecostes, as passagens foram escolhidas intencionalmente. No mais, recorre-se simplesmente à leitura seguida ou *lectio continua*. Lêem-se as epístolas católicas entre Páscoa e Pentecostes; de Pentecostes ao Advento, são terminadas as epístolas católicas e começa-se S. Paulo; da Epifania à Quaresma, retoma-se S. Paulo. Durante os tempos de penitência, a epístola tirada do Novo Testamento é reservada ao domingo; durante a semana, toma-se o Antigo Testamento. Ficam obscuridades, devidas, talvez, ao fato de que a repartição atual seria a combinação de vários sistemas de leituras. Às festas de santos, a escolha é eclética e bem adaptada. Também se leram, em época muito antiga, os atos dos mártires e cartas de bispos de fora. Importância muito grande é, naturalmente, dada a S. Paulo. Alguns desejariam uma organização mais racional no regimem das leituras, a fim de que as passagens mais belas não fôssem omitidas, enquanto certos textos obscuros ou difíceis demais seriam deixados de lado. Espera-se que uma reforma definitiva do missal tome em consideração êsse desejo dos liturgistas.

É sobretudo a respeito das leituras que se apresenta a questão do recurso às línguas vivas; é evidente que a proclamação da palavra de Deus é feita para ser compreendida. Entretanto, a legislação atual deixa razoáveis possibilidades. À missa paroquial sem ministros sacros, o sacerdote não é obrigado a seguir o uso francês de cantar a epístola; a rubrica supõe que êle a lê simplesmente; não se percebe que lhe seja proibido fazê-la ler, ao mesmo tempo, em língua vulgar, por um leitor. Para o Evangelho, obrigatoriamente can-

tado em latim, é só seguir o o costume imemorial, em França, de lê-lo, em seguida, em língua vulgar. O mesmo se fará para a epístola, na missa solene, conforme várias dioceses francesas obtiveram a autorização: o sub-diácono canta primeiro em latim, depois lê em francês. A Igreja não renunciará a uma língua litúrgica universal, cujas vantagens são incontestáveis. Mas poderia fazer, para as leituras, concessões mais largas. O mais urgente, enquanto é esperada uma decisão que não nos compete prejudicar, seria a elaboração de uma versão francesa oficial que os bispos tornassem obrigatória para as leituras. Assim se remediará à diversidade das traduções de que os fiéis se admiram... e a certas fantasias.

OS CANTOS INTERCALADOS

Gradual, Aleluia, Seqüência, Trato

O canto é uma pausa natural entre as leituras e um elemento de variedade; conhece-se o uso que a sinagoga fazia do canto dos salmos. O Gradual é precisamente a representação mais solene e antiga do saltério na missa. É um salmo executado por êle mesmo, enquanto os salmos do intróito, do ofertório e da comunhão são destinados a acompanhar uma procissão. O nome de Gradual lhe vem do fato de que se cantava do púlpito ou dos degraus que a êle levavam. No tempo em que ainda havia três leituras, êle seguia a primeira. Repetia-se um estribilho ou responsório após cada versículo, como ainda se faz no invitatório de Matinas. A juxtaposição do Aleluia, quando as leituras foram reduzidas a duas, e o enriquecimento da melodia reduziram o Gradual a seu estribilho e a um só versículo de salmo; continua permitido repetir o responsório após cada versículo, mas isso quase nunca se faz fora dos mosteiros, de modo que se tem alguma dificuldade em reconhecer nêle um canto responsorial.

Em geral, o texto é tirado do saltério; por vêzes acontece que êle toma uma frase da Epístola (Epifania; S. João Batista); raramente é de composição eclesiástica (*Benedicta es tu* da missa da Santíssima Virgem). A melodia é muito desenvolvida; os neumas (de pneuma, sôpro) sucedem-se, numerosos sôbre a mesma sílaba. A variedade é um pouco menor do que para os intróitos; certas melodias voltam várias vêzes sôbre textos diferentes. Algumas são verdadeiramente admiráveis; basta mencionar o *Qui sedes* do ter-

ceiro domingo do Advento, o *Christus factus est* da quinta-feira santa, o *Haec dies* de Páscoa, o *Constitutes* de S. Pedro e S. Paulo, o *Requiem* da missa dos defuntos. Certos domingos penitenciais (Setuagésima, Quinquagésima, terceiro da Quaresma, Paixão) têm graduais de um arcaísmo interessantíssimo. Essas peças, muitas vezes difíceis, só podem ser executadas por uma schola. O Gradual e o Aleluia são, para os fiéis, cantos de meditação em que o ensinamento se transforma em oração, ajudada pela poesia e pela música. É pena que, para ganhar alguns minutos ou evitar um esforço de preparação, freqüentemente se contentem em salmodiá-los, quando não o suprimem de todo.

Sem dúvida, o Aleluia seguia a segunda lição, quando havia três; hoje, quase sempre está junto com o Gradual. Antes de S. Gregório, ele só compreendia a palavra aleluia, termo hebraico que significa "louvai Jahveh", seguido de um longo vocalizo ou júbilus, sobre a última vogal prolongada: canto de alegria em que o cristão se contenta em louvar a Deus sem pronunciar palavras. Em seguida se acrescentou um texto e se adotou a forma responsorial, com repetição do estribilho aleluia antes e após o versículo. Até S. Gregório, só era cantado no tempo pascal; esse pontífice estendeu-o a todos os domingos do ano fora da Quaresma e da sua preparação; é também cantado nas festas de santos durante o mesmo período do ano. No tempo pascal há mesmo um duplo aleluia, com dois versículos, sendo que o primeiro substitui o Gradual. O texto é, em geral, tirado do saltério; mas acontece ser tomado ao Evangelho ou à epístola: Epifania, domingo e segunda-feira de Páscoa, Corpo de Deus, etc. Muito freqüentemente é de composição eclesiástica: quarto domingo do Advento, terceira missa de Natal, Pentecostes, S. Lourenço, Assunção, S. Martinho, missa da SSma. Virgem, etc.

O Aleluia prepara, num júbilo todo interior, a boa nova do Evangelho. Em sua melodia, ainda mais ornada do que a do Gradual, a arte gregoriana manifestou todos os seus recursos; mesmo uma execução algo boa produz profunda impressão. A variedade é grande e as melodias adaptadas sucessivamente a vários textos não são numerosas (primeiro domingo do Advento e missa da meia-noite — terceira missa de Natal, festas dos dias seguintes, Epifania e S. Pedro — S. Lourenço e Corpo de Deus, etc.). A maior parte só se canta uma vez no ano e muitas são verdadeiras maravilhas: basta mencionar *Veni Domine* do quarto domingo do Advento, *Dies sanctificatus* de Natal, *Pascha nostrum*, de Páscoa, *Emite Spiritum*

e *Veni Sancte* de Pentecostes, *Caro mea* do Corpo de Deus, *Venite ad me* de todos os Santos. Às vezes a melodia se desenvolve em arabescos e rendilhados que tocam ao preciosismo (Sto. André; Purificação), sem, no entanto, deixarem de permanecer dignas e religiosas.

Em alguns casos, o Aleluia continua por uma *Seqüência* ou continuação, espécie de prolongamento das palavras que o acompanham. As seqüências são de caráter mais popular do que os hinos do ofício; são, também, denominadas *prosas*, de *prosa* ou *prorsa*, *proversa oratio*, discurso que prossegue sem levar em conta regras métricas. As prosas conheceram um desenvolvimento incrível na Idade média; os antigos missais franceses continham grande número delas, sendo várias excelentes, devidas a Adão de S. Vitor (morto em 1.190). O missal romano só conservou cinco, verdadeiras obras-primas: o *Victimae paschali* de Páscoa, cheio de "élan" e triunfal — *Veni Sancte Spiritus*, de Pentecostes, místico tanto na melodia como nas palavras — *Lauda Sion*, de Corpo de Deus, solene e cheio de doutrina — *Stabat*, das Sete Dores da SSma. Virgem, de piedade terna e dolorosa — *Dies irae* dos defuntos, ao mesmo tempo terrível e confiante. O ideal é quando a prosa é escrita no mesmo modo musical que o Aleluia, constituindo verdadeiramente a sua continuação; é o caso de Pentecostes, da festa do Corpo de Deus e das Sete Dores da SSma. Virgem. É de lamentar que a volta à liturgia romana (em França) haja eliminado quase tôdas as outras prosas; só algumas subsistiram: assim, em Paris as de S. Dionísio e a da Dedicção, peças notáveis. Havia muitas outras, excelentes, que algumas igrejas (de França) ainda cantam nas bênçãos do SSmo. Sacramento, mas que, pouco a pouco, desaparecem. Uma ou outra, como *Victimae Paschali*, contém um esboço do drama litúrgico donde haveria de sair o teatro medieval. Existem também prosas, por vezes um tanto graves, que eram cantadas nos banquetes após a missa solene do papa ou do bispo.

Da Setuagésima à Páscoa e em algumas férias penitenciais, o Aleluia é substituído por um salmo ou *Tractus*, série mais ou menos longa de versículos salmódicos sem intercalação e estribilho e que se canta "de um só traço". Na realidade, o salmo é que, provavelmente, é mais antigo, tendo cedido lugar ao Aleluia; inicialmente, deve-se ter revestido de uma forma responsorial que, depois, desapareceu. Hoje, é cantado a dois coros. Os dois modos musicais em que são escritos os *Tractus* e as melodias mais austeras do que as dos Gra-

duais puderam contribuir para seu emprêgo exclusivo durante os tempos de penitência. Vários contêm uma longa série de versículos; por exemplo, os do primeiro domingo da Quaresma, do domingo de Ramos e da Sexta-feira santa.

O EVANGELHO

O Evangelho é o ponto culminante da ante-missa e a liturgia cerca a sua leitura de honras particulares.

É de notar que, no Ordo I, o evangeliário é levado ao altar antes da procissão de entrada; como colocamos o missal sobre o altar desde o início da missa, só durante os cantos intermediários é que o diácono aí depõe o evangeliário; êsse rito realça a união entre o Verbo encarnado, simbolizado pela mesa do altar e o Verbo escrito no Evangelho. O diácono se ajoelha e recita o *Munda cor*, pedindo a Deus que purifique seu coração e seus lábios, como fêz outrora ao profeta Isaías com um carvão ardente, ao lhe confiar sua missão ⁽¹⁾. Pede, em seguida, ao sacerdote, uma bênção especial e se organiza uma procissão para o lugar em que o Evangelho deve ser cantado: à frente o incenso, os círios acesos levados pelos acólitos, depois o sub-diácono e, finalmente, o diácono; êste segura respeitosa-mente o evangeliário, ornado o mais ricamente possível, à semelhança dos manuscritos magnificamente iluminados e encadernados, herança legada pelos antigos desde a época carolíngia. Em muitas catedrais, todos, então, se levantam, por respeito ao Cristo presente, de certo modo, em sua Palavra.

Nas igrejas cujo altar é voltado para o oriente, o Evangelho se cantava, primeiramente, no púlpito ao norte, voltado para as pessoas colocadas ao sul. Desde o século XI — exceto certos usos locais bastante variáveis — êle se volta para o norte, o que o sacerdote imita na missa recitada, passando de um ao outro lado do altar (donde as bem conhecidas designações de lado da Epístola e lado do Evangelho) e se voltando ligeiramente. O diácono se encontra, pois, à direita do bispo, quando o trono está no fundo da ábside. A Idade Média, apaixonada pelas explicações alegóricas, considerava que o Evangelho se devia cantar na direção do norte, região do frio e da desgraça, donde tinham vindo as invasões bárbaras, lugar das trevas e residência dos demônios, cuja influência é pre-

(1) Isaías, VI, 6-7.

ciso combater! Todos deixavam de se apoiar, por respeito, salvo o bispo, que ainda atualmente se apoia no báculo.

O diácono canta *Dominus vobiscum*, depois anuncia o Evangelho, donde é tirado o texto do dia. Ao mesmo tempo, faz o sinal da cruz sobre o livro e sobre a própria fronte, os lábios e o coração; todos imitam êsse último gesto: devemos confessar abertamente nossa fé, confessá-la de boca e guardá-la fielmente no coração. E o diácono incensa o livro, enquanto a assistência responde: *Gloria tibi Domine*, Glória a Vós, Senhor!

Então, o diácono canta, enquanto o sub-diácono sustenta o livro e, num profundo recolhimento, todos ouvem o Cristo: "Naquele tempo, disse Jesus a seus discípulos:..." Três tons diferentes são propostos ao oficiante; o tom antigo é particularmente agradável. Terminado o canto, o sub-diácono leva o texto ao celebrante que o beija, dizendo: Que pelas palavras evangélicas nossos pecados sejam apagados. Os ministros do diácono dizem: *Laus tibi, Christe!* Louvor a Vós, ó Cristo, e o diácono incensa o sacerdote. Até o século XIII, dava-se o Evangelho a beijar a todo o clero, por vêzes até ao povo. Agora se dá essa honra ainda aos príncipes e representantes diplomáticos. Bem inspirados estariam os fiéis em beijar, naquele momento, seus próprios livros.

Pode-se perguntar se, em Roma, até o IV século, os catecúmenos eram despedidos antes do Evangelho, que lhes era solenemente confiado só algumas semanas antes do batismo, na quarta-feira que se seguia ao quarto domingo da Quaresma. Essa disciplina do arcano realçou o respeito devido ao livro sagrado. O Evangelho é colocado sobre os ombros dos novos bispos durante uma parte da cerimônia de sua sagração e a Igreja conservou o uso de fazer prestar, sobre o Evangelho, os juramentos que ela impõe nas circunstâncias importantes.

A escolha das passagens evangélicas foi feita com grande cuidado para o Advento, Natal, os domingos da Quaresma, Páscoa e Pentecostes; muitas vêzes, na Quaresma e nas festas, há correspondência entre a Epístola e o Evangelho; acontece, também, que os textos sejam determinados por uma particularidade da igreja da estação ou pelo nome do seu titular. Fora desses períodos privilegiados, recorre-se, como para as epístolas, à *lectio continua*. Do quarto domingo da Quaresma até Pentecostes (com exceção da semana santa e da semana pascal) lê-se o Evangelho de S. João. De Pentecostes ao Advento e de Epifania ao quarto domingo da Qua-

resma, tomam-se, sobretudo, os sinóticos. As festas de santos são independentes do ciclo temporal e têm evangelhos em relação com seu objeto. O Evangelho dá, geralmente, o pensamento principal da missa do dia. As leituras da ante-missa, conquanto a ordem seja perfectível e se possa lastimar a ausência de alguns belos textos, constituem, para quem as segue regularmente, uma formação espiritual de elevado valor; ajudam a reviver cada ano os principais aspetos do mistério redentor e levaram muitas almas a um contato tanto mais frutuoso com a Palavra de Deus quanto, no ambiente da missa, essa Palavra recebe uma ressonância que lhe confere eficácia aumentada.

A HOMÍLIA

A homília depois do Evangelho, longe de ser uma digressão, constitui uma das partes mais antigas da liturgia. Já estava em uso no culto da sinagoga e o próprio Salvador comentou uma passagem de Isaías na sinagoga de Nazaré⁽²⁾. Primitivamente, era ela pouco freqüente em Roma; no entanto, possuímos homílias de S. Leão e de S. Gregório. Anteriormente, Sto Agostinho havia pronunciado muitas em sua igreja de Hipona. A repugnância que muitos fiéis hoje manifestam pelos sermões, a ponto de se engenharem para encontrar missas em que não se pregue, provém, sem dúvida, de que nossos contemporâneos são gente apressada; mas se deve reconhecer também que a qualidade medíocre de muitas pregações não as torna agradáveis. Nesse ponto, impõe-se um esforço ao clero, conforme as reiteradas instruções dos bispos. A homília é um gênero simples, de maneira nenhuma um discurso aparatoso; tradicionalmente, consiste em comentar uma das leituras da missa. Preparada e pronunciada com uma grande preocupação pastoral, é ela muito frutuosa e não aborrece a ninguém, sobretudo se fôr breve... A instrução dos fiéis e a pregação da palavra de Deus são dever essencial dos pastores; na atmosfera de oração em que se situa na missa, a homília deveria tocar os corações e formar, pouco a pouco, sólidos cristãos.

Em nossos dias, as "prières du prône", onde ainda existem, precedem a homília, ao contrário do uso antigo. O "prône" sem dúvida substituiu a oração dos fiéis desaparecida do ofertório, e a lista dos defuntos é, provavelmente, um resto dos dípticos. A ab-

(2) Luc. IV, 16-22.

solução geral e a indulgência plenária concedida em certos dias de festa seriam mais bem colocadas aqui do que no fim da missa; é o que se praticava na Idade média; o rito havia, talvez, substituído a despedida dos catecúmenos e dos penitentes públicos, caída em desuso.

O Credo

O Credo é a resposta ao Evangelho e a coroação da ante-missa; se necessário, supre a homília e introduz diretamente ao santo sacrifício. Pode-se nêlo ver uma lembrança da recitação do símbolo pelos catecúmenos, imediatamente antes do batismo.

Nosso Credo não foi composto tendo em vista a missa; é uma modificação do símbolo batismal de Jerusalém, no IV.^o século. É chamado símbolo de Nicéia-Constantinopla, porque resume a fé proclamada nos dois concílios dêsse nome (325 e 381); em Nicéia foi redigido um símbolo menos completo e Constantinopla não o formulou. Foi a aprovação do concílio de Calcedônia, em 451, que tornou célebre essa bela profissão de fé elaborada no intervalo.

O símbolo foi introduzido na missa primeiramente nas liturgias orientais. Em 589, os Visigodos da Espanha o adotam fazendo-o recitar antes do Pater. Um pouco antes de 800, Carlos Magno faz com que seja dito em seu lugar atual, na capela palatina de Aix-la-Chapelle, como protesto contra erros de bispos espanhóis sobre a Encarnação. Roma só o aceitou em 1014, unicamente para os domingos e determinadas festas. A genuflexão em *Et incarnatus est* é devida a S. Luiz, e o *Filioque* só se tornou obrigatório bem mais tarde⁽³⁾. Faz-se o sinal da cruz no fim, como para o Glória; é, talvez, uma amplificação do gesto da mão levada à fronte ao mencionar a ressurreição dos mortos. Eis uma tradução dêsse venerável texto. Exprime-se no singular, como convinha a sua antiga aplicação na liturgia do batismo.

Creio em um só Deus,
"Pai" onipotente,
Criador do céu e da terra,
de tôdas as coisas visíveis e invisíveis.
E em um só Senhor, "Jesus Cristo",
Filho Unigênito de Deus,
nascido do Pai, antes de todos os séculos.
Deus de Deus,
Luz de Luz,

(3) Ver os volumes 17 e 18 da presente coleção.

Deus verdadeiro, de Deus verdadeiro,
Gerado, mas não feito,
consustancial⁴ ao Pai,
pelo qual foram feitas tôdas as coisas.
Ele, por nós, homens,
e pela nossa salvação,
desceu dos céus.
E encarnou-se por obra do Espírito Santo
em Maria Virgem.
E fêz-se homem.
Foi também crucificado por nós;
sob Pôncio Pilatos padeceu e foi sepultado.
E ressuscitou ao terceiro dia,
segundo as Escrituras.
Subiu ao céu,
está assentado à direita do Pai,
de onde há de vir segunda vez, com glória,
a julgar os vivos e os mortos;
e seu reino não terá fim.
Creio no "Espírito Santo".
que é Senhor e dá a Vida:
e procede do Pai e do Filho.
E com o Pai e o Filho
é juntamente adorado e glorificado.
e é O que falou pelos Profetas.
Creio na Igreja,
una, santa, católica e apostólica.
Confesso um Batismo
para remissão dos pecados.
E espero a ressurreição dos mortos,
e a vida do século futuro.

Amém.

O Gradual vaticano indica quatro tons para o canto do Credo; salvo o terceiro, mais ornado e cheio de elegância, são recitativos quase silábicos. O primeiro é de admirável simplicidade e discreto arcaísmo; o quarto é de uma linha forte e vigorosa que conviria a uma numerosa multidão.

O Credo está bem colocado neste lugar da missa, como expressão da fé já proclamada nos cânticos e nas leituras; reveste um caráter de altivez e adesão jubilosa à mensagem cristã, preludiando ôtimamente a oferta do sacrifício. Era muitas vezes recitado, até êstes últimos anos; decretos recentes reservam-no para os dias que comportam certa solenidade, isto é, domingos e festas mais importantes.

(4) Isto é, tendo a mesma natureza que o Pai.

CAPÍTULO VI

A PREPARAÇÃO DO MISTÉRIO: O OFERTÓRIO

A OFERTA DO PÃO E DO VINHO

Com o ofertório começa a missa propriamente dita, da qual eram excluídos os catecúmenos, e a oblação do santo sacrifício. O *Oremus* inicial não é mais seguido de nenhuma oração. É o vestígio da *oração dos fiéis*, onde eram apresentadas a Deus as diversas necessidades da Igreja, do que as grandes orações da sexta-feira santa podem dar uma idéia. Liturgistas desejam sua restauração nos dias mais solenes, em que seria conveniente acentuar o caráter universal da oração, ainda que o "prône" e as orações de intercessão do cânon a substituam de certo modo. Além do seu valor intrínseco, a oração dos fiéis era a expressão de uma tradição muito antiga; S. Justino atesta a sua existência desde o século II. Entretanto, ela desapareceu em breve; é encontrada pela última vez no século VIII, no *Ordo I*, concluindo um ofício de leituras independente, pela manhã da quarta-feira santa.

O sacramentário gelasiano dá aqui duas orações, sendo uma delas a secreta ou oração sobre as oferendas. A outra, que desapareceu completamente, é, provavelmente, equivalente à oração *super sindonem* da liturgia ambrosiana, oração dita no momento em que se desdobrava a toalha do altar. Podemos ligar mentalmente o *Oremus* atual à secreta, apesar do intervalo que os separa, pois era outrora a secreta pronunciada em alta voz como a coleta. Então, não havia outra oração de oferenda.

Conforme testemunham Santo Ireneu e Tertuliano, desde o fim do século II, as contribuições voluntárias dos fiéis foram postas em

relação com a Eucaristia, e, no século IV se encontra um pouco por toda parte, ainda que não de maneira constante, uma oferta de pão e de vinho por eles feita nesse momento da liturgia. A oferta ocasionou uma procissão que descrevemos acima e que, desde a época de Santo Agostinho, foi acompanhada de um canto, consistindo, como o intróito, num estribilho ou antífona, intercalado entre vários versículos de salmo; a própria antífona era, muitas vezes, tirada do saltério. O desaparecimento progressivo da procissão do ofertório a partir dos séculos IX a X levou à supressão do salmo; só a antífona foi conservada. Um estribilho subsiste ainda às missas dos defuntos (ver também o ofertório do XXIII domingo depois de Pentecostes) que, precisamente, conservaram a oferenda em muitas regiões; no entanto, já não se oferece pão e vinho, mas uma esmola em dinheiro. A antífona tornou-se um canto muito ornado; de caráter místico, por vezes alegre, ela bem exprime a espontaneidade da oferenda e convida ao recolhimento. Isso se poderá observar percorrendo no Gradual alguns ofertórios, por exemplo os da Epifania, do II domingo da Quaresma, dos Ramos, da segunda-feira de Páscoa, do IV domingo depois de Páscoa, de Pentecostes, da Dedicção das Igrejas.

Os pães oferecidos eram pães comuns, mas especialmente preparados, redondos e marcados com uma cruz ou em forma de coroa. Pelo século IX aparece maior exigência quanto à matéria do sacrifício, que se deseja ser a mais bela e pura possível, e o uso dos pães ázimos em forma de moeda começa a se introduzir, até se tornar obrigatório no ocidente⁽¹⁾. Havia a vantagem de melhor lembrar a instituição primitiva, uma vez que o Salvador celebrou a Ceia com os ázimos do banquete pascal, mas isso contribuiu, evidentemente, para o desaparecimento da oferta dos fiéis e da fração. Muitas vezes os pães eram dispostos em figuras mais ou menos complicadas às quais se atribuía um simbolismo; tal é ainda o uso da liturgia bizantina⁽²⁾. O vinho era, por vezes, vermelho, o que era expressivo e continua lícito, mas tem o inconveniente de macular os linhos. Muitas vezes se levava dinheiro ao mesmo tempo, como se pode ver pelas cartas de doação em favor das igrejas. Esses dons, sem relação direta com o sacrifício, foram em breve separa-

(1) Seria excelente mandar confeccionar belos ferros de hóstias, inspirados nos que a Idade média legou, em lugar de marcar nossas hóstias com figuras banais.

(2) V. Jungmann, II, 318-320.

dos da oferta do pão e do vinho e o celebrante deixou de os receber diretamente; são a origem das coletas e dos honorários de missa. Terminada a oferenda, colocava-se sobre o altar o pão e o vinho necessários para a comunhão; por vezes era preciso uma quantidade considerável; determinada secreta (S. João Batista) indica que os dons são reunidos sobre o altar: *cumulamus*. O que excedia servia para a subsistência do clero e dos pobres; uma parte podia ser dada aos que não comungavam; é a origem do pão bento, cuja bênção deveria, por conseguinte, colocar-se ao ofertório.

Só se encontra em uso a oferenda propriamente dita às ordenações (cada ordenando traz um círio), à sagração de bispos (círio, pão e vinho) e em Roma para as missas de canonização. Bem cedo os ritos não romanos tomaram o hábito de preparar os dons antes do começo da liturgia e de levá-los em procissão solene no momento requerido, mas somente pelo clero; ainda é assim na liturgia bizantina⁽³⁾ e em algumas catedrais de França. Os dominicanos prepararam o cálice antes de começar a missa e, à missa cantada, durante o Gradual.

A oferenda pelo povo tinha a vantagem de pôr em realce a idéia de que o sacrifício não é oferecido somente pelo sacerdote, mas também por todos os assistentes; em virtude de seu batismo, os fiéis estão revestidos de um "sacerdócio real"⁽⁴⁾, secundário e subordinado, mas verdadeiro. Hoje, há tentativas mais ou menos felizes para restaurar a oferenda. Convidam-se os próprios fiéis a depor no cibório as hóstias colocadas numa cesta; mas essas hóstias não foram preparadas por eles e o rito perde em parte o seu sentido. Não seria mais indicado espiritualizar o mais possível a coleta? Em certa paróquia parisiense, o produto da coleta, feito, aliás, de maneira discreta é trazido junto ao altar em cestas que os coroinhas sustentam elevadas enquanto o celebrante diz a secreta; assim se realça de maneira excelente a união das esmolas ao santo sacrifício. Por vezes, são levados ao ofertório dons em produtos da terra; pelo menos é preciso que os doadores os abandonem efetivamente. Não se compreende que sejam levados instrumentos de trabalho retoma-

(3) A preparação de um pão fermentado especial e do vinho vermelho ou rosado é muito complicada, na liturgia bizantina. Os dons são levados ao ofertório em grande cortejo pelo diácono e o sacerdote. V. "Euchariste", págs. 66, 71.

(4) 1.^a ep. de S. Pedro, II, 9. V. Jungmann, "Des lois de la célébration liturgique", 44-58.

dos em seguida pelos possuidores; seria mais indicado fazê-los benzer após a missa, usando as fórmulas que o Ritual prevê para êsse fim; dêsse modo, seria bem realçada a intenção de santificar as tarefas cotidianas.

Os ritos e orações de oblação do pão e do vinho muito se amplificaram na Idade média; o missal de S. Pio V conservou uma parte da qual convém referir alguns pormenores.

O diácono desdobra o corporal sobre o altar durante o Credo, ou, se não fôr dito, depois de *Oremus*. O sub-diácono traz o cálice com o véu umeral (do qual o véu do cálice é uma redução) porque à época da comunhão sob as duas espécies, sendo o cálice muito pesado, o véu passado em torno do pescoço ajudava a sustentá-lo; êle conservará êsse véu até o Pater para segurar a patena que era um prato de bem grandes dimensões e que se tirava do altar, onde ela era incômoda.

O diácono apresenta ao sacerdote a patena e as hóstias e êste as oferece recitando a oração *Suscipe sancte Pater*; pede êle a Deus recebê-las para o perdão de seus pecados, para os fiéis presentes e por todos os cristãos vivos ou mortos. A oração está no singular e é, portanto, relativamente recente.

Enquanto isso, o diácono e o sub-diácono põem no cálice vinho e uma gota d'água. Essa mistura é conforme ao costume dos povos antigos e ao rito pascal observado pelo Salvador à Ceia. Êsse uso litúrgico já é mencionado por Sto. Ireneu. Seu simbolismo é indicado por S. Cipriano: significa a união do Cristo e da Igreja e a unidade do povo cristão, o que é apropriadamente realçado pela oração que o sacerdote recita (5). É uma antiga oração de natal que uma breve adição adaptou ao ofertório:

Ó Deus, que criando a natureza humana lhe destes uma admirável dignidade e a restaurastes de um modo ainda mais admirável; concedei-nos, pelo mistério desta água e dêste vinho, ter parte na divindade Daquela que se dignou assumir nossa humanidade, Jesus Cristo, vosso Filho, Nosso Senhor.

A Igreja dá uma grande importância a êsse rito e prescreve rigorosamente a sua observação; o sacerdote faz, ao mesmo tempo, um sinal da cruz para benzer a água que representa os fiéis; só o omite

(5) Outras liturgias, como a de Lyon, vêem aqui o símbolo do sangue e da água que correram do lado do Salvador crucificado. Jo. XIX, 34.

às missas dos mortos, em que a atenção se concentra nas almas dos defuntos. Há de se apreciar, sem dúvida, ler aqui um delicado comentário do cardeal Mercier:

Sou a gotinha água que o vinho da missa absorve;
E o vinho da missa torna-se o sangue do Homem-Deus;
E o Homem-Deus é essencialmente unido à Santíssima Trindade;
A pequena gota água é levada na corrente de vida da Santíssima Trindade;
Será ela jamais bastante pura, bastante límpida, a pequena gota água destinada a participar do sacrifício da missa?

Em seguida, o diácono apresenta o cálice ao sacerdote e ambos dizem a fórmula *Offerimus* de oferenda do vinho, pedindo que a faça subir como um perfume agradável até a divina Majestade, para a salvação do mundo inteiro. Sabe-se que o cálice era especialmente confiado ao diácono; ele ajudava o sacerdote a elevá-lo segurando-o pelas asas de que era munido. O sacerdote acrescenta uma oração de arrendimento e de humildade, *In spiritu humilitatis*, exprimindo que ele próprio e os fiéis rogam que seu sacrifício seja agradável a Deus. Segue-se uma breve invocação, *Veni sanctificator*, na qual a Idade Média viu uma invocação ao Espírito Santo, o que faria dela uma espécie de *epiclese*, para atrair a vinda do Espírito Santo sobre as oblatas, afim de transformá-las; entretanto, não é seguro ser esse o sentido, pois a fórmula não é explícita. Durante essas orações é que o sub-diácono envolve a patena com seu véu e desce ao pé do altar. À missa recitada o sacerdote deixa-a sobre o altar, cobrindo-a, porém, com o corporal e o sangüinho.

A oferenda assim realizada é como que uma primeira santificação do pão e do vinho que ela retira do uso comum. Outros ritos e fórmulas vão completá-la.

INCENSAÇÃO, LAVABO E SECRETA

A incensação, que se realiza neste momento, é de origem carolíngia; só foi introduzida em Roma pelo século XII e o seu cerimonial foi completamente fixado um pouco mais tarde. O celebrante põe o incenso no turíbulo, pedindo a Deus abençoá-lo; recorre, ao mesmo tempo, à intercessão de S. Miguel, provavelmente identificado com o anjo que, no Apocalipse, VIII, 3, oferece a Deus as orações dos santos. Ele incensa em forma de cruz e de círculos as

hóstias e o cálice, depois o crucifixo e o altar. Em seguida, o diácono incensa o celebrante e o cântico, e ele próprio é incensado por um clérigo que, finalmente, incensa o povo. Esse rito não deixou de levantar, no correr do tempo, pequenas disputas de prioridade, o que não impede tenha ele uma alta significação. A incensação das oblatas e do altar simbolizam as orações da Igreja que sobem a Deus, semelhantes a uma nuvem de incenso, o que é aliás indicado pelos versículos de salmo que o acompanham; exprime, pois, uma santificação dos objetos que ele afeta. A incensação das pessoas significa uma participação à oferta dessas orações e ao fogo do amor divino bem expresso pela combustão do incenso; é, também, um sinal de homenagem, do mesmo modo que para o crucifixo. A incensação do Santíssimo Sacramento, nas bênçãos, tem a mesma significação.

O *lavabo*, além do seu sentido simbólico, (o único que subsiste nas missas sem incensação) bem se compreende aí (e outrora após a oferenda) para purificar as mãos do sacerdote. É acompanhado de uma parte do salmo XXV, escolhida por causa da primeira frase: "Lavarei minhas mãos e andarei, Senhor, ao redor do vosso altar".

Volta então o celebrante ao meio do altar e diz o *Suscipe Sancta Trinitas*, oração de oferenda que resume as precedentes. É de origem galicana, mas talvez contenha elementos antigos. Exprime que a oferenda é dirigida à Santíssima Trindade, em memória dos mistérios redentores: Paixão, Ressurreição, Ascensão: idéia importante que será retomada após a consagração. Acrescenta-se que o sacrifício é oferecido também em honra dos santos, particularmente da Virgem Maria, de S. João Batista, de S. Pedro e S. Paulo e daqueles cujas relíquias estão na pedra de altar. Temos pois como que uma repetição global da oferenda acima feita separadamente para o pão e o vinho, oferenda que encerra igualmente a oferta espiritual de toda a Igreja cujos membros presentes testemunharam que se oferecem a si mesmos, associando-se ao dom do pão e do vinho que vão representá-los e que serão transformados na Víctima divina.

O ofertório conclui pelo *Orate fratres* e a Secreta. Voltado para o povo, o sacerdote, como que dêle se despedindo antes de entrar na parte solene da ação litúrgica, pede suas orações: "Orai, meus irmãos, para que o meu sacrifício, que é também o vosso, seja agradável a Deus, o Pai onipotente". A resposta enuncia alguns dos fins do sacrifício: Que Deus o receba das mãos do sacerdote

“para o louvor e a glória do seu Nome, para nosso bem e para o de toda a santa Igreja”.

A Secreta apresenta então a Deus uma última vez os dons depositos sobre o altar. Na realidade, é a verdadeira oração de oferta, a única oração antiga de ofertório, a *oratio super oblata* que conclui o ofertório como a coleta concluiu as orações de entrada. É da mesma estrutura e da mesma época que a coleta. O hábito de recitá-la em voz baixa nasceu em território franco, donde sem dúvida o nome de secreta, ainda que outras etimologias tenham sido propostas, entre outras a de oração sobre as oferendas postas a parte, fazendo derivar *secreta* do verbo *sccernere*. As secretas romanas fazem sempre alusão às oferendas e pedem uma graça em relação com o mistério do dia, quando o há, ou, simplesmente com a oferta do pão e do vinho que vão ser mudados no corpo e no sangue do Cristo. Algumas se exprimem quase como se a consagração já houvesse sido realizada e como se já houvéssemos recebido o corpo do Cristo; os ritos da missa constituem um todo e o pensamento cristão antigo não cogitava de qual era o momento preciso da consagração. Antecipadamente se oferece o corpo e o sangue de Cristo e se aquiesce antecipadamente a essa oblação, de certo modo como se escreve antecipadamente um pedido de ordenação ou uma carta de profissão monástica. A liturgia bizantina traz o pão e o vinho ao ofertório com sinais de respeito semelhantes aos que prestamos ao Santíssimo Sacramento. Outras Secretas fazem-nos oferecer nossas orações, nossos jejuns e nossas pessoas. Eis algumas traduzidas; nelas se torna a encontrar o encanto sóbrio, austero e penetrante das coletas, acentuado pela idéia de oferta, sob uma forma talvez mais condensada e menos artística.

Primeiro domingo do Advento

Fazei, Senhor, que purificados pela poderosa força destas santas ofertas, mereçamos chegar mais puros Àquele que é delas o princípio.

Segundo domingo do Advento

Nós vos suplicamos, Senhor, que vos aplaqueis com as nossas humildes preces e sacrifícios e que o socorro de vossos auxílios supra a falta de nossos méritos.

Terceiro domingo do Advento

Fazei, nós vos suplicamos, Senhor, que sempre vos imolemos a hóstia de nossa devoção, a fim de que produza o efeito para o qual instituístes este sagrado mistério, e opere maravilhosamente em nós vossa obra de salvação.

Quarta-feira das Quatro Têmporas do Advento

Nós vos rogamos, Senhor, sejam aceitos os nossos jejuns, para que os mesmos, purificando-nos da culpa, nos tornem dignos de vossa graça e nos conduzam às promessas eternas.

Natal; missa de meia-noite

Senhor, nós vos suplicamos que aceiteis a oferta da presente festividade, afim de que, com a vossa graça, por este sacrossanto mistério nos assemelhemos Àquele no qual se uniu a vós a nossa natureza humana.

Epifania

Nós vos suplicamos, Senhor, olhai propício para as ofertas de vossa Igreja, que não mais vos oferece ouro, incenso e mirra, mas Àquele mesmo que êsses dons simbolizam e que é agora imolado e recebido como alimento, Jesus Cristo, vosso Filho, nosso Senhor.

Quarta-feira de cinzas

Senhor, nós vos rogamos que nos façais dignos de vos oferecer estas dádivas com as quais celebramos o início deste angusto mistério (isto é, o mistério da Quaresma que nos fará participar mais plenamente da redenção).

Quinta-feira da semana da Paixão

Senhor nosso Deus, que quisestes que as oferendas destinadas por vós para alimento de nossa fraqueza fôsem também imoladas em honra de vosso Nome, concedei, nós vos rogamos, que elas nos sirvam de auxílio na vida presente e de sacramento para a vida eterna.

Quinta-feira santa

Senhor, santo Pai, onipotente e eterno Deus, nós vos suplicamos que Jesus Cristo, vosso Filho, nosso Senhor, vos torne agradável o noso sacrificio, Ele que o instituiu no dia de hoje e ensinou a seus discípulos o fizessem em sua memória.

Domingo de Páscoa

Recebei, Senhor, as preces de vosso povo com a oblação destas dádivas, para que renovadas pelos mistérios pascaes, por vossa graça nos sirvam de remédio para a eternidade.

Domingo de Pentecostes

Santificai, Senhor, nós vos suplicamos, os dons que vos oferecemos e purificai os nossos corações com a luz do Espírito Santo.

Festa do Santíssimo Corpo de Deus

Senhor, nós vos suplicamos, concedei benignamente à vossa Igreja os dons da união e da paz, que místicamente estão representados nestas oferendas.

Nono domingo depois de Pentecostes

Concedei, Senhor, nós vos pedimos, que dignamente e freqüentes vêzes celebremos estes mistérios, porque sempre que se renova a memória dêste sacrificio, se opera o fruto de nossa redenção.

Sendo as secretas recitadas em voz baixa, não são precedidas do *Oremus* já dito a mais no início do ofertório. O celebrante termina a última em voz alta: *Per omnia saecula saeculorum*, simplesmente para prevenir que acabou e que o cânon vai começar.



Esse conjunto do ofertório parece um pouco complicado; oferece-se o pão, mistura-se o vinho e a água, oferece-se o vinho, incensam-se as oferendas; oferece-se novamente pelo *Suscipe Sancta Tri-*

*nit*as e uma terceira vez, dizendo a secreta. As orações são uma antecipação dos temas do cânon, um pequeno cânon, como se dizia na Idade média. Pode ser que a anunciada reforma do missal venha trazer, aqui, simplificações e que restitua seu relevo à venerável oração da secreta.

É oportuno observar quanto insiste o ofertório na participação dos fiéis ao sacrifício: *êle é oferecido por todos e para todos; é também a oferta de todos*. Será tanto mais agradável a Deus e frutuosa para a Igreja quanto mais santa fôr e quanto mais cada um dos membros da Igreja se esforçar por se oferecer com Cristo. Toda oferta feita a Deus encerra, efetivamente, a oferta de nós mesmos; é um dos aspetos de todo ato sacrificial. Bem cedo interpretaram os Santos Padres nesse sentido a adição de uma gôta d'água ao vinho do cálice. "Porque o Cristo nos trazia a todos nêle, diz S. Cipriano, *êle que carregava mesmo nossos pecados, vemos significados na água todos os povos e no vinho o sangue de Cristo*. Quando a água é misturada ao vinho no cálice, o povo é associado ao Cristo... Caso se ofereça só vinho, o sangue do Cristo se torna presente sem nós, caso sòmente água, o povo está sem o Cristo".⁽⁶⁾ Desde alguns anos, muito se tem insistido sôbre êsse aspeto da missa, seja procurando pôr em vigor a oferta dos fiéis, que aliás não é primitiva, conforme vimos em S. Justino, seja pondo em realce o simbolismo da gôta d'água. A intenção é louvável; é preciso convencer os fiéis de que não devem êles ser, à missa, espectadores passivos e que seu sacrifício deve unir-se ao do Cristo. Mas é também necessário evitar colocar nossa oferta no primeiro plano, o que deformaria gravemente o sentido da missa.

De fato, não se deve esquecer que, conforme o testemunho dos mais antigos textos litúrgicos, a única oferenda é a do corpo e do sangue de Cristo. O valor da oferenda das oblatas e da própria pessoa dos fiéis deriva de sua união com a divina Vítima. Nosso Senhor é a única vítima, no sentido estrito da palavra; só *êle se imolou na cruz e nos obteve, dêsse modo, a remissão de nossos pecados*. Igualmente, só *êle é oferecido no altar; só temos a êle para oferecer, e seria blasfematório pretender oferecer-nos com êle no sentido propriamente sacrificial*. Entretanto somos solidários e inseparáveis dêle, sendo membros de seu corpo. *Êle nos ofereceu juntamente com êle no Calvário; por êle e nêle, tôda a Igreja se*

(6) Carta LXIII, 13.

unia, desde então, a seu sacrifício. O fato de ser êle oferecido por ela e para ela no altar pede que nós nos ofereçamos com o Cristo dando-nos interiormente a Deus, na vida em estado de graça, na fuga do pecado e crucifixão das más inclinações, em outros termos, no estado de vítima no sentido moral da palavra. Essa disposição de generosidade no amor de Deus acima de tôdas as coisas e na fidelidade ao dever, mesmo o mais doloroso, deve ser uma disposição permanente; mas não há melhor momento do que a missa para renová-la e intensificá-la oferecendo tôda a nossa vida e todo o nosso ser. É nesse sentido derivado que se pode dizer que a Igreja é vítima com o Cristo; ela se oferece tôda no altar e oferece cada um de seus membros, mesmo os mediócrees. Mas essa oferenda nada acrescenta ao valor expiatório e propiciatório da do Cristo, que se digna associar-nos a êle, a uma distância infinita e, entretanto, na mais íntima união. (7)

(7) V. D. Capelle, "Pour une meilleure intelligence de la messe", Mont César, 1946, págs. 25-50 — Roguet, "La messe, approches du mystère", ed. du Cerf, 1951; págs. 41-44. Sobre este ponto e tudo que concerne a teologia da missa, ver o volume 52 desta coleção.

CAPÍTULO VII

O ATO CENTRAL DO MISTÉRIO: A ORAÇÃO EUCARÍSTICA E A CONSAGRAÇÃO

IDÉIA GERAL DO CÂNON

A denominação de "canon" ou "canon actionis" designa, desde os antigos sacramentários, a parte principal e mais ou menos invariável da missa, cujo elemento essencial é o relato da Ceia e que termina com a doxologia que precede o Pater. Conclui-se claramente da anáfora da "Tradição apostólica" citada acima e de outros textos antigos que a forma primitiva do Cânon era um prefácio ou fórmula de ação de graças sem interrupção desde o diálogo do incio até a doxologia final, de certo modo como os prefácios atualmente em uso para a bênção do círio pascal e da água batismal e para a ordenação dos diáconos e dos sacerdotes.

A unidade da anáfora foi bem cedo destruída pela introdução do "Sanctus" (algumas liturgias fazem com que a êle se siga um "Vere Sanctus", para ligá-lo às orações seguintes), depois pela adição de elementos secundários, em particular dos dois "Mementos". O cânon romano, que rapidamente se impôs a tôdas as liturgias ocidentais, aliás tão diferentes, remonta, em suas partes principais, pelo menos à época de S. Leão (440-461) e talvez à de S. Dâmaso (366-384). Seu autor é desconhecido; êle realizou uma oração solene, de nobre grandeza, caracterizada por diversas particularidades literárias: paralelismo na construção das frases, termos binários, ternários e quintuplos, harmoniosamente equilibrados; é impossível lê-la em latim sem lhe apreciar a beleza.

Foram feitas adições ao núcleo primitivo, de modo que se devem distinguir no atual cânon várias camadas de redação. Eis, segundo

Mons. Batiffol (1), ainda que êle determine talvez demais as datas que podem ser atribuídas às diferentes orações:

Época primitiva: relato da Ceia: *Qui pridie.*

Época de S. Leão ou de S. Dâmaso: orações atestadas pelo *de Sacramentis* de Santo Ambrósio, mas de forma menos cuidada e completa do que no texto atual:

*Quam oblationem
Unde et memores
Supra quae propitio
Supplices te rogamus.*

Orações cuja existência é suposta numa carta do papa Inocêncio I a Decentius, bispo de Gubbio (19 de março de 416):

*Te igitur
Memento dos vivos*

Na época de Símaco (498-514) ou de Vigílio (cêrca de 538), provavelmente um pouco mais cedo, segundo Jungmann (2):

*Communicantes
Hanc igitur
Nobis quoque.*

Finalmente, no século VII no máximo:

Memento dos mortos.

(A conclusão *Per Christum* dessas orações rompe a unidade da anáfora e caracteriza sua origem tardia.)

Jungmann considera que a mão de S. Leão é reconhecível em vários trechos e que a forma definitiva poderia remontar ao papa Gelásio (492-496), mas isso não passa de uma hipótese. Os mais antigos manuscritos (séculos VII-VIII) contêm o texto atual com algumas variantes de detalhe. É, pois, em comunhão com numerosos séculos cristãos que recitamos essas veneráveis orações. Me-

(1) *Leçons sur la messe*, 213-235.

(2) *Missarum solemnia*, I, 81-86.

recem elas um estudo pormenorizado que não dissipará todos os pontos obscuros, mas que ajudará a lhe penetrar o sentido e a repeti-las com todo o respeito que comporta a santidade do sacrifício do altar. Pode-se, aliás, sem muito sutilizar, descobrir uma certa ordem nas fórmulas acrescentadas à anáfora primitiva; são orações de intercessão que reúnem, por assim dizer, toda a Igreja em torno do Cristo Crucificado e Ressuscitado: a Igreja militante e os fiéis presentes no *Te igitur* e no *Memento dos vivos*; a Igreja triunfante dos santos no *Communicantes*; a Igreja padecente dos defuntos no segundo *Memento*; enfim, de um modo especial, o sacerdote e os assistentes no *Nobis quoque peccatoribus*. A universalidade da redenção é assim acentuada, ao mesmo tempo que os seus frutos se derramam sobre todos. Como na cruz, o Cristo atrai a si todos os homens ⁽³⁾.

Durante muito tempo, foi o cânon pronunciado em voz alta, provavelmente sobre um recitativo mais simples do que o do prefácio. A recitação a meia-voz aparece pelo meado do século VIII e, desde o século IX, com o Ordo II, a recitação em voz baixa se torna obrigatória. No oriente, ela o foi muito mais cedo. Em uns e outros, a tendência foi de cercar o cânon de respeito e de mistério, reservando-o unicamente ao celebrante ⁽⁴⁾.

PREFÁCIO E SANCTUS

Damos o nome de prefácio à parte variável da oração eucarística que precede o *Sanctus*. Esse termo seria mais justo se por ele entendêssemos somente o diálogo que precede e cuja extrema antiguidade nos foi mostrada pela anáfora de Santo Hipólito. Bem cedo a palavra tomou o sentido de oração solene dita diante de uma assembléia, designando assim todo o cânon ⁽⁵⁾, até haver recebido a acepção mais restrita que hoje lhe damos. As outras liturgias empregam termos diferentes: *illatio*, no sentido de oblação — *immolatio*, oração durante a qual se realiza o sacrifício — *contestatio*, talvez com a bela significação de testemunho de fé por excelência.

(3) Jo. XII, 32.

(4) Nas liturgias orientais, a impressão de mistério é acentuada pela iconostase, divisão ornada com imagens sacras que isola o santuário, e pela cortina que oculta a vista do altar durante o cânon.

(5) D. Botte, *Le canon de la messe romaine*; Lovaina, Mont César, 1936, pág. 51.

Enquanto o cânon se fixava, os prefácios variavam, pelo contrário segundo as festas. O leoniano conta duzentos e sessenta e sete, um para cada missa, o gelasiano recente, cento e oitenta e seis; já o gregoriano possui muito menos. O missal de S. Pio V só conservou um número muito reduzido, depois ligeiramente aumentado. Certamente, a abundante produção antiga contava com elementos medíocres; havia nela, por vêzes, polêmicas inesperadas ou exortações sem nexo estreito com o tema essencial. Mas é pena que se tenha quase tudo sacrificado, pois dêsse modo foram colocadas de lado verdadeiras riquezas. Por que uma reforma do missal não haveria de trazer ao uso belos prefácios esquecidos? Os que são concedidos a certas dioceses — muitas vêzes de origem galicana — consolam em parte da atual penúria, à qual parece que se poderia remediar sem cair numa excessiva exuberância. Na missa grega, o prefácio jamais varia.

A idéia principal é expressa no *Gratias agamus* do diálogo preliminar e nas primeiras palavras do próprio prefácio. *Vere dignum*: homenagem solene de adoração e de ação de graças prestada a Deus por todos os seus benefícios e mais especialmente pela vinda do Salvador e a redenção; adorar e agradecer são realmente os sentimentos que se impõem.

Podem-se distinguir três partes nos prefácios de composição antiga: o protocolo *Vere dignum*, que exprime a suma conveniência e o dever de agradecer a Deus Pai todo poderoso — o embolismo ou desenvolvimento que enuncia motivos particulares de ação de graças e, muitas vêzes um dos mistérios do Cristo; terminando, menciona sempre que a ação de graças é feita em seu nome — o apêlo à mediação do Salvador introduz um protocolo final em que o sacerdote lembra que os anjos (cuja enumeração imponente, tirada das Escrituras, varia conforme os prefácios) adoram a Deus igualmente por Jesus Cristo ⁽⁶⁾ e convida os fiéis a se juntarem a êles, unindo-se ao *Sanctus* que sem cessar repetem em presença da adorável Trindade. Eis a tradução do prefácio comum, muito antigo, mas em que o embolismo é reduzido às palavras: *Per Christum Dominum nostrum*:

Verdadeiramente é digno e justo, razoável e salutar, que, sempre e em todo lugar, Vos demos graças, ó Senhor, santo Pai, onipotente e eterno Deus, por Jesus Cristo, Nosso Senhor. É por Ele que os Anjos louvam a Vossa Majestade, as Dominações a adoram, tremem as Potestades. Os Céus, as

(6) Col. II, 10: O Cristo é cabeça dos anjos.

Virtudes dos Céus, e os bem-aventurados Serafins e celebram com recíproca alegria. As suas vozes, nós Vos rogamos, mandeis que se unam as nossas, quando em humilde louvor Vos dizemos: *Sanctus...*

No Natal o embolismo é o seguinte:

...Porque pelo mistério do Verbo encarnado, um novo clarão de vosso esplendor iluminou os olhos de nossa alma, para que conhecendo a Deus visivelmente, ao mesmo tempo por Ele sejamos transportados ao amor das coisas invisíveis. E por isso, com os Anjos...

No tempo da Paixão:

...Vós que estabelecesteis no madeiro da Cruz a salvação do gênero humano, para que renascesse a vida de onde se originara a morte, e que o (demônio), que pelo lenho vencera (no paraíso), no lenho (da cruz) fôsse vencido, por Cristo nosso Senhor.

Para a festa de Páscoa:

Verdadeiramente é digno e justo, razoável e salutar, Senhor, que vos louvemos em todo tempo, e em particular mais gloriosamente neste dia em que o Cristo, nossa Páscoa, foi imolado. Porque Ele é o verdadeiro Cordeiro que tirou os pecados do mundo. Por sua morte destruiu a nossa e, ressuscitando restaurou a nossa vida. E por isso, com os Anjos e os Arcanjos...

No dia da Ascensão:

...Pelo Cristo, Nosso Senhor, que, depois da sua Ressurreição, manifestou-se visivelmente a todos os seus discípulos e, em presença deles subiu aos céus, para nos fazer participar de sua divindade. E por isso com os Anjos...

Apesar das suas inevitáveis imperfeições, as traduções deixam entrever o vigor, a harmonia e a densidade desses prefácios, modelos acabados do estilo litúrgico romano. O celebrante canta-os sobre um recitativo universalmente admirado, exclusivamente silábico para as férias e as missas dos defuntos; nos domingos e festas de santos, a melodia, ligeiramente ornada, realça com perfeição o ritmo da frase latina. Para as solenidades, é permitido tomar um tom especial cujos neumas numerosos são de um efeito imponente, mas

que prejudicam, talvez, a bela simplicidade do prefácio festivo comum. O sacerdote tem as mãos estendidas, como na coleta. É a atitude por excelência da oração antiga; ele a conservará durante todo o cânon, salvo quando tiver de tocar o cálice ou a hóstia e fazer gestos de bênção.

A menção dos anjos introduz o canto do *Sanctus*. A primeira parte é tirada da célebre visão de Isaías (à qual o *Munda cor* antes do Evangelho já fazia alusão). O texto do profeta é ligeiramente modificado e adaptado. O *Benedictus* que se segue repete a aclamação do povo no dia dos Ramos, citada por S. Mateus, XXI, 9 e que já se encontra, salvo o *Hosanna*, no salmo CXVII, 26. É uma proclamação entusiasta da grandeza de Deus e do Cristo e um ato de fé nos mistérios que se realizam: "Bendito seja Aquêle que vem em nome do Senhor!" O sacerdote se inclina ao mesmo tempo que invoca solenemente o Deus *Sabaoth*, Deus dos exércitos, isto é, da multidão dos anjos e de todos os seres criados por Deus, particularmente os astros⁽¹⁾, e a campainha anuncia a parte central da ação eucarística. Esse canto imponente é próprio a produzir uma profunda impressão religiosa, bem de acôrdo com o momento.

O *Sanctus* parece romper a unidade do cânon primitivo, fazendo intervir o povo no curso de uma oração solene reservada ao sacerdote. São Justino não faz alusão a ele, e está ausente da anáfora de Santo Hipólito. Pelo contrário, textos antigos parecem supôr o seu uso; assim, no fim do século I, a carta aos coríntios do papa S. Clemente, cap. XXXIV. Ele se encontra nas Constituições apóstólicas e na anáfora de Serapião, bispo de Thmuis, no Egito, no século IV. Deve-se crer, sem dúvida, na antiga coleção de notícias sôbre os primeiros papas conhecida sob o nome de *Liber Pontificalis*, segundo a qual o *Sanctus* teria sido introduzido na missa por Xisto II (119-128). Pelo século IV deve ele se ter tornado de uso quase universal e passou em tôdas as liturgias. O *Benedictus* é um pouco posterior; não é encontrado no *Te Deum*, que é composto sôbre o modelo das anáforas e contém sômente o *Sanctus*.

O único canto do *Sanctus* que musicalmente corresponde com efeito ao prefácio é o canto extremamente despojado das férias de quaresma, utilizado também nas missas dos mortos. Em nosso Gradual existe igual número de *Sanctus* e de *Kyrie*; suas melodias se recomendam pela gravidade religiosa, que não exclui uma grande va-

(1) Genese, II, 1.

riedade. As missas polifônicas muito desenvolveram o canto do *Sanctus*, e, muitas vezes, com magnificência. Pouco a pouco foi rejeitado o *Benedictus* para depois da consagração; êsse uso acabou por se tornar o objeto de uma prescrição formal, o que alguns lastimam e que, de fato, não é por toda parte observada.

Há de se notar que, até agora, a oração eucarística não fez menção nenhuma do Espírito Santo. Com efeito, ela segue a ordem das Pessoas divinas. O Espírito Santo será nomeado na epiclesse, para as liturgias que a possuem, e sempre na doxologia final do Cânon.

TE IGITUR

Depois de haver recitado o *Sanctus*, o sacerdote eleva as mãos, junta-as depois sobre o altar, inclinando-se profundamente. Êsse belo gesto é como que uma oração muda que introduz o *Te igitur*. Ê, por assim dizer, a entrada no Santo dos santos.

A vós, portanto, clementíssimo Pai, humildemente rogamos e pedimos por Jesus Cristo, vosso Filho e Senhor nosso, que vos sejam agradáveis e abençoeis êstes + dons, estas + dádivas, êstes + sacrifícios santos e imaculados. Nós vô-los oferecemos antes de tudo por vossa santa Igreja católica, para que vos digneis por toda a terra dar-lhe a paz, protegê-la, uní-la e governá-la em união com o vosso servo, nosso Papa N., e nosso Bispo N., com todos os fiéis e todos os que professam conosco a fé católica e apostólica.

Nossos missais começam aqui o cânon. O T inicial da primeira palavra cedo tomou a forma de uma cruz, dando ocasião a suntuosas iluminuras; na Idade Média, o sacerdote beijava essa cruz. Hoje êle beija o altar; êsse gesto muito natural insiste na intensidade da oração já sugerida pela inclinação profunda que assinala a palavra *supplices*: nós vos suplicamos; além disso, exprime o abandono e a união a Cristo. Os sinais da cruz que se seguem têm por motivo o pedido de bênção, que é, em suma, um pedido de consagração das oblatas; o sacerdote faz três dêsses sinais, pronunciando os três termos sinônimos que as designam. Outrora, dada a abundância das oferendas, fazia êle um sinal no meio, um à direita e um a esquerda.

O santo sacrifício é oferecido para a Igreja universal; pede-se para ela a paz e a unidade, inspiração que remonta ao próprio Sal-

vador, na oração sacerdotal que pronunciou antes de se abandonar a seus inimigos: "Pai,... que eles sejam um como nós somos um, eu nêles e vós em mim, afim de que sua unidade seja perfeita" (7). As primeiras gerações cristãs muito oraram pela Igreja em seu conjunto; a Didaché, IX, 4 e X, 5 dá testemunho disso; S. Policarpo, o ilustre mártir de Smirna em 155 ou 156, ora em alta voz "por tôda a Igreja católica, espalhada por tôda a terra" antes de ser entregue às chamas (8). Esse tema foi de preferência retomado nas orações pela Igreja; encontra-se, em termos semelhantes, na oração preparatória ao ósculo da paz e na primeira das grandes orações da sexta-feira santa. A menção do papa e do bispo insiste com razão na constituição hierárquica da Igreja; ela remonta pelo menos ao século V. Antes de S. Pio V, aqui se nomeava, muitas vêzes, o príncipe reinante; na Bélgica, isso ainda se faz. A última frase concerne todos os pastores da Igreja e é, ao mesmo tempo, um protesto de ortodoxia.

Aqui se intercalam orações de intercessão; a verdadeira continuação do pedido de aceitação das oferendas formulado no *Te igitur* é o *Quam oblationem*.

MEMENTO DOS VIVOS

No *Memento*, o sacerdote pede a aplicação do fruto da missa pelas pessoas por cuja intenção se quer especialmente orar e por todos os assistentes.

Lembrai-vos, Senhor, de vossos servos e servas, N. e N. e de todos os que aqui estão presentes, cuja fé e devoção conheceis, e pelos quais vos oferecemos, ou eles vos oferecem, este sacrifício de louvor por si e por todos os seus, pela redenção de suas almas, pela esperança de sua salvação e de sua conservação, e consagram suas dádivas a vós, o Deus eterno, vivo e verdadeiro.

Temos aqui um resto dos *dípticos*. A carta de Inocêncio I a Decentius supõe que o sacerdote lia, na missa, listas de nomes; essa prática devia ser mais antiga, pois parece indicada por Tertuliano e S. Cipriano. Seu uso era, certamente, geral no início do século IV;

(7) Jo. XVII, 22-23.

(8) Martírio de Policarpo, VIII, 1.

nomeavam-se vivos e mortos, aqueles que ofereciam a missa, o papa, os bispos, os clérigos, os benfeitores, os fiéis notáveis. Os nomes eram inscritos sobre tabuinhas de duas colunas, ou dípticos, derivadas das cadernetas de notas, por vezes muito trabalhadas, que os personagens importantes ofereciam uns aos outros, de bom grado, como presente. A inscrição nos dípticos tornou-se, em breve, uma prova de ortodoxia e um título de honra; eram apagados os nomes daqueles que não fôsem julgados dignos ou com os quais não se queria mais permanecer em comunhão. O fim do século V está cheio da história dos cancelamentos e substituições de nomes nos dípticos. No ocidente, eram sobretudo mencionados os nomes dos vivos, não sendo os mortos nomeados no ofício público; no oriente, onde o oferecimento do pão e do vinho pelos fiéis cedo desapareceu, dava-se mais importância à lista dos mortos.

Fora de Roma pelo menos, os dípticos eram muitas vezes lidos em alta voz pelo diácono; talvez lesse o celebrante, ao mesmo tempo o *Communicantes*, que enumera, após a Santíssima Virgem, apóstolos e papas, e constitui uma espécie de díptico episcopal. Orações simultâneas do sacerdote e do diácono ainda estão em uso na liturgia bizantina. Os fiéis facilmente se envaideciam com as inscrições nos dípticos, chegando até a escrever seus nomes no altar ou nas margens do sacramentário utilizado pelo sacerdote. Para eliminar esses abusos, Carlos Magno suprimiu, na Gália, a leitura em voz alta, e seu império se conformou ao costume romano de rememorar os nomes em silêncio.

Teria Roma, primitivamente, lido os dípticos ao ofertório como o faziam outras liturgias? É difícil pronunciar-se a esse respeito, e os historiadores interpretam diversamente a carta de Inocêncio I a Decentius, que serve de apóio para decidir a questão. D. Botte considera que o *Memento* estava em seu lugar atual desde antes da época de S. Gregório⁽⁹⁾. O sacerdote junta as mãos enumerando os nomes e ora um instante em silêncio.

O texto do *Memento* sugere apenas algumas observações. Ele supõe aqueles cuja memória é feita, uma fé e devoção ativa. Aquêles pelos quais se diz que se oferece são, talvez, os autores de fundações, assimilados aos oferentes, ou então temos aí um sintoma do lamentável esquecimento do papel de oferentes exercido pelos fiéis e que as palavras seguintes querem lembrar. O sacrifício de louvor —

(9) "Le canon de la messe remaine", pág. 59.

e a missa é o louvor divino por excelência — é oferecido, ao mesmo tempo, por eles e por todos aqueles que lhes são caros, a fim de obter a salvação de suas almas, mas também sua conservação, isto é, a saúde do corpo; a liturgia romana, muito humana e realista, menciona muitas vezes as humildes necessidades deste mundo. A frase final faz eco à do início: supõe-se que aquêles pelos quais se ora dirijam, por sua vez, fervorosas orações ao Deus vivo, verdadeiro e eterno.

COMMUNICANTES

O *Communicantes* é uma continuação do *Memento*; declaramo-nos “unidos numa mesma comunhão” à Igreja triunfante e “veneramos a memória dos santos”, alguns dos quais têm a insigne honra de ser nomeados. A idéia capital do Corpo místico e da comunidade eclesiástica recebe aqui uma nova expressão.

Em primeiro lugar, menciona-se com visível entusiasmo “a gloriosa sempre Virgem Maria, Mãe de nosso Deus e Senhor Jesus Cristo”. A expressão Mãe de Deus indica uma época posterior ao concílio de Éfeso que definiu, em 431, a maternidade divina de Maria e foi seguida pela ereção, em Roma, da basílica de Santa Maria Maior, sob o pontificado de Xisto III (432-440) ⁽¹⁰⁾. Seguem-se os nomes de doze apóstolos (todos, salvo S. Matias) e de doze mártires particularmente honrados em Roma. O catálogo dos apóstolos, quanto à ordem, não está totalmente conforme a nenhum dos do Novo Testamento; é assim encontrado nas ladainhas dos santos das Rogações; seguem-se os nomes como no calendário, salvo para Tiago Maior e Tomé. Entre os mártires, são primeiramente citados os papas Lino, Cleto, Clemente, Cornélio, e o diácono Lourenço, especialmente venerado pelos Romanos. Os últimos, Crisógono, João e Paulo, Cosme e Damião só tiveram igreja em Roma sob o pontificado do papa Símaco, no início do século VI; apenas se conhecem seus nomes e sua qualidade de mártires. É provável que a lista tenha sido definitivamente fixada por S. Gregório. Só os mártires eram, então, objeto de um culto público; só havia exceção para a Virgem Maria.

(10) As liturgias orientais formulam repetidas vezes os louvores da Virgem Maria, com um lirismo abundante.

As festas maiores, Natal, Epifania, Quinta-feira santa, Páscoa, Ascensão e Pentecostes acrescentam, após a palavra *Communicantes*, uma breve lembrança do mistério celebrado. As fórmulas são constituídas inteiramente à maneira romana. Assim a da Epifania:

Celebrando o dia sacratíssimo em que o vosso Unigênito, Co-eterno convosco em vossa glória, apareceu visivelmente na realidade de nossa carne mortal.

Ainda que belas e antigas, essas menções fazem o efeito de amplificações e prejudicam um pouco a unidade da oração. Por vezes se acrescentou, à lista dos mártires, santos locais que eram objeto de uma grande devoção: Santo Hilário, S. Martinho, Santo Agostinho, S. Bento, donde o termo de canonização — que recebeu em seguida uma outra significação — para designar a introdução de um santo no Cânon.

Terminada a lista, são invocados globalmente todos os santos, por cuja intercessão se espera obter, em toda circunstância, o auxílio da proteção divina. Acaba-se pelo *Per Christum* que provocou um *Amen*, como se o cânon estivesse encerrado. O mesmo acontecerá após várias outras orações. O *Amen* que conclui o cânon, exprimindo o assentimento dos fiéis, deveria ser o único.

HANC IGITUR

Esta oração é de data incerta; pode-se, entretanto, conjecturar que foi ela acrescentada antes do pontificado de Vigílio (cêrca de 538). Primeiramente, exprimia uma intenção particular mais nitidamente determinada do que no *Memento*; ainda é o caso em Páscoa e em Pentecostes (intenção em favor dos neo-batizados) e para a sagração de bispos ⁽¹¹⁾. A primeira parte era muito variável e as intenções dos fiéis não se exprimiam sempre com discreção. S. Gregório pôs fim aos abusos impondo a fórmula que conhecemos, invariável salvo as três exceções acima citadas, e acrescentou o trecho relativo à paz. D. Botte formulou a hipótese de que o *Memento* e o

(11) Na Quinta-feira santa, lembra-se a instituição da Eucaristia sem formular intenção por pessoas.

Hanc igitur eram ditos simultâneamente pelo diácono e pelo sacerdote⁽¹²⁾; não o segue Jungmann⁽¹³⁾. Eis a tradução do texto:

Por isso vos rogamos, Senhor, que aceiteis favoravelmente a oblação que nós, vossos servos e toda a vossa Igreja vos fazemos. Firmai os nossos dias em vossa paz, arrancai-nos da condenação eterna e colocai-nos em o número de vossos eleitos. Pelo Cristo, nosso Senhor. Amém.

Os servos são o celebrante e os seus assistentes, que realizam, na missa, o serviço divino por exelência — tal é o sentido da palavra liturgia —; toda a família de Deus, toda a Igreja a eles se une, na oferta feita no altar. O pedido da paz foi motivado pelos tempos perturbados em que vivia S. Gregório; logo depois se eleva o pensamento para a eternidade e o rebanho do Cristo em que se pede ser introduzido.

Inicialmente, recitava-se o *Hanc igitur* em posição inclinada. Desde o século XV, o celebrante impõe as mãos sobre a hóstia e o cálice, e êsse gesto foi prescrito por S. Pio V. Alguns liturgistas perguntam se não seria êle muito antigo, havendo sido restabelecido na Idade média, após haver caído em desuso; a anáfora de Hipólito supõe que o bispo e o clero impõem as mãos. Como quer que seja, deve-se ver niso algo que não é uma simples indicação para designar os dons. No Antigo Testamento (Êxodo, XXIX, 10; Levítico, I, 4), as mãos eram colocadas sobre a cabeça da vítima para exprimir que aquêle que a oferecia a substituiu a si, imolando-a em seu lugar. Aqui deve haver um simbolismo análogo.

QUAM OBLATIONEM

Agora, abordamos um texto que se encontra igualmente no *De Sacramentis* e, por conseguinte, faz parte do cânon romano do século IV, como também as três orações que seguem a consagração e que formam um só todo com êle.

Nós vos pedimos, ó Deus, que esta oferta seja por vós em tudo + abençoada, + aprovada, + válida, digna e agradável a vossos olhos, a fim de que se torne para nós o + corpo e o + sangue de Jesus Cristo, vosso diletíssimo Filho, nosso Senhor.

(12) "Le Canon de la messe romaine", 58-59.

(13) "Missarum solemnía", III, 98-99.

Seu conteúdo não difere do de uma secreta; é a última preparação, a última fórmula de oferenda, que se completa no pedido da consagração. A oferenda é, antes de tudo o pão e o vinho; também nela se pode ver o povo cristão, o qual deve ser, igualmente, uma oferenda agradável a Deus (tal era, no século IX, o pensamento de Pascásio Radbert), mas com a condição de fazer as reservas que indicamos a propósito do ofertório: a única vítima verdadeira é o Cristo.

Pede-se a Deus que a oferta seja abençoada, — aprovada, isto é, levada à nossa conta e como que devidamente registrada — válida plenamente e ratificada no céu — digna, isto é, perfeita, sendo não só material mas espiritual, segundo o sentido original da palavra *rationabilis*, tirada da epístola aos Romanos, XII, 1 — em suma, verdadeiramente digna de agradar a Deus. Esse acúmulo de epítetos bem mostra como a oração se torna insistente. Ela atinge seu ponto culminante e se completa no pedido explícito da transubstanciação⁽¹⁴⁾: que essa oferenda se torne para nós o corpo e o sangue do Filho muito amado. Essa última expressão deixa perceber um movimento de emoção bem legítimo à entrada do grande mistério; ao mesmo tempo que pronuncia êsse nome bendito, o sacerdote eleva e junta as mãos, num gesto cheio de ternura. Cinco sinais da cruz foram determinados pelas palavras abençoar, corpo e sangue. Os três primeiros eram traçados sobre os pães destinados aos fiéis e os outros sobre a oblação pessoal do sacerdote. Há sempre a junção das mãos antes de fazer o sinal da cruz sobre os objetos; é uma espécie de oração muda que se acrescenta às palavras.

Haverá no *Quam oblationem* uma antiga epiclese alterada, donde a invocação ao Espírito Santo houvesse desaparecido? Isso foi muito discutido. Um texto do papa Gelásio citado por Jungmann⁽¹⁵⁾ levaria a admiti-lo se fôsse ela mais clara. É forçoso confessar nossa ignorância. O mesmo não acontece nas liturgias orientais que, se tinham, talvez, no início uma fórmula análoga ao *Quam oblationem*, evoluíram a partir do século IV; pedem elas, formalmente, que o Espírito Santo (por vezes o Verbo) venha fazer do pão o

(14) A transubstanciação é a conversão, operada pela consagração, da substância do pão e do vinho na do corpo e do sangue de Cristo, permanecendo inalteráveis as aparências ou acidentes.

(15) "Missarum solemnitas", III, 110, n.º 37. V. também Botte, "Canon de la messe", 60-61.

corpo e do vinho o sangue de Cristo; fazem-no ora antes, ora depois da consagração, o que suscita um problema sobre o qual falaremos, a propósito do *Supplices*.

É em seguida ao tão simples pedido do *Quam oblationem* que o grande mistério se realiza.

QUI PRIDIE; A CONSAGRAÇÃO

A narração da Ceia é, em tôdas as liturgias, o centro da oração eucarística; certamente, não se trata de simples narração, pois ela realiza aquilo que exprime. O *Quam oblationem* já acentuou nitidamente a intenção de renovar de modo eficaz aquilo que foi feito pelo próprio Salvador. Cada palavra é acompanhada de uma ação que a realça, com o fim de reproduzir, o mais perfeitamente, os gestos do Cristo; só a fração e a comunhão são transportadas para mais adiante. O sacerdote se apaga pois, por assim dizer, diante da pessoa do Cristo que fala por sua bôca, ou antes, estabelece-se entre êles misteriosa concelebração.

O texto se encontra mais ou menos idêntico ao do *De Sacramentis*, e é comum a tôdas as liturgias ocidentais, fato tanto mais notável quanto divergem elas sensivelmente em outros pontos. No oriente, há diferenças de pormenores. O texto do cânon romano não é de todo semelhante a nenhuma das quatro narrativas da instituição no Novo Testamento; êle representa, talvez, uma tradição ainda mais antiga; a Eucaristia se celebrava já há um quarto de século quando, em 55 ou 56, S. Paulo narrou a Ceia em sua primeira carta aos fiéis de Corinto.

A narração litúrgica começa por um pronome relativo que faz a ligação com o nome do Cristo no fim do *Quam oblationem*:

Que, na véspera de sua Paixão, tomou o pão em suas santas e veneráveis mãos, e erguendo os olhos no céu para vós, ó Deus, seu Pai onipotente, dando-vos graças, benzeu-o +, partiu-o e deu-o a seus discípulos, dizendo: "Tomai e comei dêle, todos, POIS ISTO É O MEU CORPO".

Do mesmo modo, depois de haver ceado, tomando também êste precioso Cálice em suas santas e veneráveis mãos, e novamente dando-vos graças, benzeu-o + e deu-o a seus discípulos, dizendo: "Tomai e bebei dêle, todos, POIS ÊSTE É O CÁLICE DO MEU SANGUE, DO NOVO E ETERNO TESTAMENTO — mistério de fé — QUE SERÁ DERRAMADO POR VÓS E POR MUITOS EM REMISSÃO DOS PECADOS. Tôdas as vêzes que fizerdes isto, fazei-o em memória de mim".

As palavras: Na véspera de sua Paixão, são próprias às liturgias ocidentais; as liturgias orientais seguem aqui S. Paulo e dizem: Na noite em que Ele foi entregue. A menção das mãos santas e veneráveis é estranha à Escritura, mas exprime um sentimento profundo de religião e de respeito. A elevação dos olhos é um pormenor que se encontra na narrativa de dois milagres insígnies: a multiplicação dos pães, figura da Eucaristia (Mc., VI, 41), e a ressurreição de Lázaro (Jo., XI, 41). A fórmula de consagração do pão é a mesma de S. Mateus XXVI, 26 e, parcialmente, em I Coríntios, XI, 24 (tendo de menos a frase: Que é entregue por vós).

Quanto ao cálice, qualificado de precioso⁽¹⁶⁾, o texto coincide com S. Paulo (I Cor., XI, 25) e S. Lucas, XXII, 20, com acréscimo de alguns pormenores, visando melhor simetria entre as duas consagrações. A alusão à Nova Aliança e ao caráter redentor da Ceia é comum aos quatro textos neotestamentários. A ordem de reiterar o rito assim realizado só é mencionada por S. Paulo e S. Lucas. Todas as liturgias a possuem.

Mysterium fidei, mistério de fé, poderia ser uma reminiscência da primeira epístola a Timóteo, III, 9. É apenas um parêntese, mas aumenta a solenidade da fórmula, a qual é deliberadamente mais ampla quanto ao cálice; aparece ela nos sacramentários gelsiano e gregoriano. A dupla alusão à ação de graças do Salvador fez com que se desse o nome de Eucaristia a todo o serviço da missa. Os dois sinais da cruz foram determinados pela palavra *benedixit*; são especialmente oportunos no próprio ato do sacrifício.

Com a dupla consagração, está realizada a grande maravilha. Cristo está presente no altar tão realmente como na Ceia e no Calvário, nas mesmas disposições de oblação e de amor, sob aparências e com fórmulas que lembram, de modo impressionante, sua imolação cruenta. A adoração se impõe, do mais íntimo da alma, o que é muito bem sugerido pelo rito da elevação. Os dons depositos sobre o altar foram aceitos por Deus, tornaram-se o corpo e o sangue de Cristo. É o Cristo, única vítima eficaz, quem se oferece agora por intermédio da Igreja. Inseparável de seu Chefe, a Igreja se oferece, ao mesmo tempo, com Ele. Ela só terá que tornar explícita, enquanto sua, a oferta da Vítima divina que ela irá receber, finalmente, na comunhão. Todos os fiéis devem apropriar-se

(16) Comparar salmo XXII, 5.

com ela da oblação redentora do Cristo, oferecer o Cristo e se oferecem eles mesmos para a glória da Santíssima Trindade. Esse pensamento de religião se impõe em primeiro lugar; em seguida virá a preocupação do nosso proveito espiritual.

A ELEVAÇÃO

A elevação logo após a consagração é um rito da Idade média que realça o momento essencial do sacrifício, apresentando as sagradas espécies à adoração dos fiéis.

Em todas as liturgias, existe uma elevação antes da comunhão, para fazer com que os fiéis adorem o Santíssimo Sacramento antes de recebê-lo. Fazêmo-la à doxologia final do cânon, antes do Pater. Até o novo Ordo, na sexta-feira santa ela precedia imediatamente a fração e a comunhão. Antes de dar a hóstia aos fiéis, ela lhes é apresentada sempre, dizendo-se: *Ecce Agnus Dei*. Também assim é no oriente, desde cerca do século IV.

No século XII, tomando o pão para consagrá-lo, o sacerdote elevava-o o bastante para que o povo o pudesse ver. Alguns bispos, em particular Eudes, de Paris, pelo ano 1210, ordenaram conservar a hóstia à altura do peito somente, só a elevando mais alto após as palavras da consagração, de modo a evitar que o povo a adorasse cedo de mais. Trata-se pois, da regulamentação e do realce de um gesto já usado, realce provocado pelo valor religioso especial atribuído então à visão da hóstia. O desejo de ver a hóstia⁽¹⁷⁾ é uma devoção característica da época, ligada ao amor então muito desenvolvido à santa Humanidade do Cristo e à prática nascente da comunhão espiritual, uma vez que a comunhão sacramental se havia tornado, infelizmente, muito rara: S. Luiz, que assistia todos os dias a uma ou várias missas, só comungava seis vezes por ano. Certos milagres eucarísticos exerceram a mesma influência.

Secundariamente, a elevação pode ter sido uma reação contra um erro segundo o qual o pão só era consagrado depois das palavras pronunciadas sobre o cálice, erro professado em particular por dois doutores parisienses contemporâneos de Eudes, Pierre le Chantre e Pierre le Mangeur (este último era um devorador de livros e não um glutão!). A elevação logo após haverem sido pronunciadas as

(17) Dumoutet, "Le désir de voir l'Hostie"; Beauchesne, 1926.

palavras sobre o pão opunha-se ostensivamente a essa estranha concepção teológica.

Espalhou-se rapidamente o rito da elevação, tomando em breve, para os fiéis, uma extrema importância; muitas vezes misturou-se a superstição. Aquêles que não tinham visto a elevação imaginavam não ter ouvido a missa. Por vezes, vinha-se à igreja exatamente para aquele momento, até mesmo em desordem e se acotovelando; chegava-se a interromper a escola por um instante, para levar as crianças a ver a elevação. Havia fiéis que se dirigiam ao sacerdote em voz alta, pedindo que elevasse a hóstia mais alto. Em certas igrejas inglesas, tocava-se um sino, denominado do Sanctus, para prevenir aquêles que estavam trabalhando no cemitério contíguo à igreja: ou então o servente abria uma janela baixa existente perto do altar e agitava para o exterior uma sineta.

Originariamente, o sacerdote se restringia a se inclinar após cada consagração; as genuflexões só aparecem antes do século XV e se tornaram obrigatórias por S. Pio V. A elevação determinou certo número de ritos secundários: o terceiro círio aceso desde o Sanctus até a comunhão, os ceroferários com tochas acesas, a sineta para prevenir os assistentes, o toque do grande sino para provocar um ato de fé daqueles que não podem vir à igreja. Os fiéis se põem de joelhos ou, pelo menos, de pé. Incensa-se o Santíssimo Sacramento, cantam-se, após a elevação, hinos em honra da Eucaristia, etc.. Provavelmente, do desejo de ver a hóstia é que se originaram exposições e bênçãos do Santíssimo Sacramento e a procissão de Corpus Christi; daí resultou extraordinário desenvolvimento da devoção à presença real e à adoração eucarística. Pouco a pouco, o sentimento de respeito sobrepujou o desejo de ver as sagradas espécies; muitos chegaram a já não levantar os olhos; foi Pio X quem lembrou o significado da elevação, convidando novamente a olhar a santa Hóstia, o que estão fazendo, cada vez mais, os fiéis.

A elevação do cálice foi introduzida por analogia no século XIV somente e só foi imposta pelo missal de Pio V. Não havia os mesmos motivos para estabelecê-la: não se vê o Precioso Sangue e pode haver perigo de derramá-lo. Entretanto, acrescentou-se uma certa devoção ao próprio cálice.

Fora dos tempos de penitência, é permitido, durante a elevação um toque discreto de órgão. Parece que um silêncio total é ainda mais respeitoso. Numa assembléia numerosa e bem disciplinada, êle produz uma impressão religiosa profunda.

A ANAMNESE ⁽¹⁸⁾; UNDE ET MEMORES

Por esta razão, Senhor, nós, vossos servos, mas também vosso povo santo, lembrando-nos da bem-aventurada Paixão do mesmo Cristo, vosso Filho e Senhor nosso, assim como de sua Ressurreição dentre os mortos e de sua gloriosa Ascensão aos céus, oferecemos a vossa augusta Majestade, de vossos dons e dádivas, a Hóstia + pura, a Hóstia + santa, a Hóstia + imaculada, o Pão + santo da vida eterna e o Cálice + da salvação perpétua.

Essa oração e as duas seguintes são comuns a tôdas as liturgias, pelo menos de um modo equivalente, e, em sua inspiração, devem remontar aos tempos apostólicos. Elas figuram entre os elementos do antigo cânon romano e seu texto, tal como é atualmente, foi, sem dúvida, fixado desde o século IV. Constituem elas a oferta, a apresentação a Deus pela Igreja do sacrifício realizado na consagração. Sua gradação é fácil de perceber: oferta da vítima presente sôbre o altar — recomendação da vítima a Deus pela lembrança dos sacrifícios da Lei antiga que mais agradáveis lhe foram — pedido de aceitação da vítima e de participação aos frutos do sacrifício. Focalizam a oferta do Cristo e fazem dela, ao mesmo tempo, o ato da Igreja: “nós oferecemos”. A função sacerdotal da Igreja, iniciada desde o ofertório, atinge seu ponto culminante, agora que seus dons se tornaram o corpo e o sangue de Cristo, única oferenda digna de Deus.

A oração *Unde et memores* é chamada entre os Gregos *anamnese*, pois ela exprime que a Igreja age em lembrança do Senhor e em conformidade com seu mandamento formal: “Fazei isto em memória de mim”. A Igreja não o esquece, e nada é mais comvente do que essa afirmação de fidelidade à ordem suprema do Cristo. Entre os antigos testemunhos latinos encontram-se outras denominações: após os mistérios (*post mysteria*), invocação após os mistérios (*invocatio post mysteria*), consumação do mistério (*confirmatio sacramenti*), etc..

O termo de servos concerne o celebrante e o clero que o assistia, como acima no *Hanc igitur*. O povo cristão a êle se junta e sem dúvida também tôda a Igreja que, dêsse modo, exerce aquilo que S. Pedro denomina seu sacerdócio real (I Petr. II, 9) ⁽¹⁹⁾.

(18) Transcrição de uma palavra grega que significa lembrança.

(19) V. mais acima cap. VI

Enumeram-se em seguida os mistérios do Cristo de que se faz memória. O cânon romano contenta-se com os três principais: Paixão, Ressurreição, Ascensão. A Natividade é mencionada em textos que não são anteriores ao século IX, sendo duvidoso que provenham da anamnese primitiva. A liturgia grega completa com o anúncio da segunda vinda do Salvador, alusão evidente a S. Paulo na primeira epístola aos Coríntios, XI, 26; "tôdas as vêzes que comerdes êste pão e beberdes o cálice, anunciareis a morte do Senhor, até que Êle venha". Tudo isso se justifica, mas os mistérios nomeados no cânon romano são suficientes, pois a Paixão supõe a Encarnação que a precedeu.

O santo sacrifício é oferecido, antes de tudo, em memória da Paixão como afirma Santo Tomás na coleta por êle composta para a festa de Corpus Christi. A Paixão selou no sangue de Jesus a nova e eterna aliança, que reconcilia a humanidade com Deus e redime os pecados; por isso é que se ousa chamá-la a "bem-aventurada Paixão". Êsse mesmo sacrifício do Cristo se prolonga misteriosamente no altar: só a maneira de o oferecer é diferente, diz o concílio de Trento. O sacrifício redentor, a oferta do Calvário continua de modo não cruento. A morte vivificante do Cristo é verdadeiramente anunciada e proclamada; seus méritos se derramam sobre os homens. Há representação, em tôda a força do termo, isto é, presença efetiva, tornada sensível pela hóstia e o cálice e pelas palavras consecratórias (20).

E não é só. A Paixão do Salvador foi morte triunfal e vitoriosa, sancionada, por assim dizer, pela Ressurreição, prova por excelência da divindade de Cristo e da aceitação de seu sacrifício pelo Pai, garantia portanto da eficácia da Redenção. O Cristo de Páscoa já não pode morrer e é êle que vem sobre o altar, ainda que sua glória permaneça velada. Em união com sua Ressurreição, derrama êle sobre o mundo os méritos de sua Paixão e traz aos homens a vida divina que possui em plenitude. Ressurreição e Paixão são inseparáveis e simultaneamente comemoradas na missa. É de notar que a liturgia da semana santa não menciona uma sem a outra; que se releiam, por exemplo, as coletas dos Ramos e da Quinta-feira Santa. Na comunhão, recebemos o verdadeiro corpo outrora imolado na cruz, mas é o corpo vivo e glorioso do Cristo ressuscitado e triunfante, elevado no dia da Ascensão à direita do Pai onde reina eter-

(20) No rito lionês, o sacerdote diz essa oração com os braços em cruz,

namente e continua o exercício do seu sacerdócio, intercedendo por nós e prolongando a sublime oferta do Calvário. A Ascensão, que coroa a Paixão e a Ressurreição, é, pois, também comemorada na missa. Todo o mistério da Redenção, todo o mistério pascal aí está compreendido; tôda a obra da nossa salvação aí continua.

A segunda parte da oração, a oblação propriamente dita, é um dos momentos solenes da ação litúrgica: nós oferecemos, a Igreja oferece a Vítima tornada presente pela consagração. Essa oferta provém dos dons divinos; nada podemos apresentar ao nosso Criador que ele próprio não nos tenha dado antes, seja o humilde produto do trabalho do homem e o sustento material de sua vida, seja, com mais razão ainda, o corpo e o sangue do Senhor. Tudo vem d'ele e, no entanto, temos o direito de dizer que *nós oferecemos*, que a oferta é nossa, porque nós a preparamos e trouxemos ao altar e porque foi um de nós que pronunciou as palavras que dela fizeram o corpo e o sangue do Cristo. Essa idéia se encontra em tôdas as antigas litúrgias; é tocante em sua humilde que reconhece os soberanos direitos de Deus sem minimizar, entretanto, o ato sacrificial da Igreja.

A fórmula de oferta termina por um elogio tão entusiasta quão respeitoso à Vítima oferecida: vítima perfeitamente pura, como nenhuma outra — vítima santa a ponto de santificar as almas, coisa de que eram incapazes as vítimas da antiga Lei — vítima sem mácula, o Cristo inocente e sem pecado — pão santo e cálice que dão a vida eterna conforme prometeu o Salvador⁽²¹⁾. A modesta oferta de pão e de vinho, símbolo da oferta que a Igreja faz de si mesma, foi transformada pela transubstanciação que integrou o sacrifício dela no do Cristo.

Os sinais da cruz que aqui aparecem, como aliás todos os que seguem a consagração, suscitaram discussões. Alguns Padres do concílio de Trento teriam desejado a sua supressão. Foram propostas várias explicações: alguns viram nisso simples gestos para designar as oblatas ou para lembrar a Paixão, ou, então, uma consequência do hábito de fazer sinais da cruz às palavras que exprimem o sacrifício: corpo, sangue, abençoar, etc.; ter-se-ia continuado após a consagração aquilo que se havia feito antes. Parece que se possa dar uma interpretação menos superficial.

Durante todo o cânon, a Igreja trata a hóstia como sacramento e pede a Deus tê-la como agradável, não cessando de traçar sobre

(21) Jo. VI, 51, 54.

ela sinais da cruz, muito bem colocados num rito que prolonga entre nós o sacrifício do Cristo. É o conjunto da oração eucarística que obtém de Deus a transubstanciação e, até a Idade média pouca preocupação houve de saber o momento exato em que ela se realiza. Nossos sinais da cruz seriam, pois, verdadeiras bênçãos. Pede-se a Deus que mude o pão e o vinho no corpo e no sangue de Cristo durante toda a oração, a qual dura um certo tempo. Deus concede essa graça num instante que não é o último momento, isto é, aquele em que são pronunciadas as palavras da instituição. Contudo, é em consideração à oração inteira que se realiza a ação divina; a transubstanciação é o efeito do conjunto da anáfora considerada como indivisível. Como não se pode tudo dizer ao mesmo tempo, acontece que, por posposição, se peça aquilo que já se obteve; a ordem dos pedidos pouco importa. Do mesmo modo é que se deveriam explicar as epicleses após a consagração. Essa maneira de ver poderia basear-se na analogia com a ordenação sacerdotal, em que o poder de celebrar a missa e o de remitir pecados são declarados depois de já terem sido conferidos pela imposição das mãos e o prefácio, que são a matéria e a forma do sacramento.

Nenhuma liturgia acrescenta à menção à Ascensão a alusão à descida do Espírito Santo, o que, todavia, podia parecer bem natural, mas as liturgias que têm uma epiclese colocam-na habitualmente aqui. As anamneses apresentam sempre um grande interesse; muitas ensinam claramente a presença real, como a do cânon romano. Perguntou-se se algumas secretas em que a oferta do Cristo é nitidamente afirmada (Epifania, VII Domingo depois de Pentecostes) não seriam antigas anamneses transpostas para antes do prefácio.

SUPRA QUAE PROPITIO

Após a oferenda, o pedido de que a oblação da Igreja seja agradável a Deus, como o foram, no Antigo Testamento, três ofertas notáveis pelas disposições que as acompanharam. Cada qual é uma figura do sacrifício do Cristo.

Sobre estes dons, nós vos pedimos que vos digneis lançar um olhar favorável e recebê-los benignamente, assim como recebestes as ofertas do justo Abel, vosso servo, e o sacrifício de Abraão, nosso patriarca, e o que vos ofereceu vosso sumo sacerdote Melquisedec, sacrifício santo, hóstia imaculada.

A oferta de Abel foi a de um inocente que apresentava respeitosamente a Deus as primícias do seu rebanho: Gênese, IV, 4; Deus recebeu agradavelmente sua fé e seus dons: Hebreus, XI, 4. O sacrifício de Abraão (Gênese, XXII) foi um ato extraordinário de obediência e de fé; a ordem de imolar seu filho parecia aniquilar a promessa divina de uma posteridade; Deus, porém, não exigiu a consumação do sacrifício e recompensou, pela reiteração de suas promessas, o heroísmo daquele a quem chamamos com razão nosso patriarca, o pai de todos aqueles que imitam a sua fé. Gálatas, III, 7; Hebreus, XI, 17-19. Finalmente, o misterioso Melquisedec é chamado sacerdote do Altíssimo pelo Gênese, XVI, 18; seu sacerdócio prefigura o do Cristo (salmo CIX, Hebreus, VII) e sua oferta de pão e vinho, a Eucaristia. São Leão acrescentou as últimas palavras, sacrifício santo, hóstia imaculada, talvez para protestar contra o erro dos maniqueus que consideravam a matéria como má, particularmente o vinho.

Se essas ofertas foram recebidas com agrado, com muito mais razão a do Cristo! Ela só pode agradar infinitamente a Deus; mas a Igreja roga que seja recebida favoravelmente enquanto oferta sua. Deus a aceitará com benevolência, se fôr acompanhada de disposições tão puras como as dos patriarcas. Essa condição é sempre realizada pela Igreja universal, em cujo nome é oferecido o sacrifício; pede-se que seja também por todos aqueles que a êle se associem de um modo imediato.

SUPPLICES. PROBLEMA DA EPICLESE ⁽²²⁾

A oração de oferenda termina por uma terceira fórmula que, no *De Sacramentis*, constitui uma só com a precedente.

Nós vos suplicamos humildemente, ó Deus onipotente, que, pelas mãos de vosso santo Anjo, mandeis levar estas ofertas ao vosso altar sublime, à presença de vossa divina Majestade para que todos os que participando deste altar recebermos o sacrossanto + corpo e o + sangue de vosso Filho, sejamos repletos de toda a bênção celeste e da graça. Pelo mesmo Cristo, Senhor nosso. Amém.

A Igreja pede que sua oferta seja levada ao altar celeste. O corpo e o sangue de Cristo estão no céu e, como tais, não têm,

(22) De duas palavras gregas que significam: chamar sobre. Chama-se a vinda do Espírito Santo sobre as oferendas. V. os volumes 111 e 135.

portanto, de ser apresentados a Deus; mas, enquanto constituem nosso sacrifício e são oferecidos por nós, necessitam da complacência divina. O sentido da oferta é, pois, o mesmo que no *Supra quae propitio*: a eficácia do sacrifício do Cristo para nossas almas depende de nossas disposições; pedimos a Deus que receba nosso sacrifício e que ponha em nós os sentimentos convenientes para dêle participar pela comunhão, com o máximo de fruto.

O altar celeste é uma metáfora que designa Deus na aceitação que faz de nossa oferenda unida à do Salvador. O Cristo não cessa de interceder por nós e de apresentar a seu Pai os méritos do seu sacrifício cruento; é o que significa a visão do Cordeiro imolado, no Apocalipse de São João VI, 9. A oferta do Cristo presente no céu com seu corpo glorioso é ininterrupta; ela constitui o ápice de todas as missas celebradas na terra e estabelece a unidade entre todas elas; prolonga a aceitação por Deus do sacrifício redentor. Quanto à Igreja, é preciso que dê e que ofereça antes de receber; a abundância das graças para os comungantes está subordinada ao acolhimento que Deus faz da oferta da Igreja, donde a importância das disposições nas quais o santo sacrifício é por nós oferecido.

A identificação do Anjo que deve levar ao céu a oferenda da Igreja ocasionou discussões. Alguns viam nêlo o Cristo, outros, o Espírito Santo; é provável que se trate, muito simplesmente, de um anjo no sentido próprio da palavra. O texto do *de Sacramentis* que traz no plural: "pela mão de vossos santos anjos" apoia fortemente essa interpretação. Mas de que anjo aqui se trata? Pensou-se no arcanjo Miguel, mas o anjo anônimo que, no Apocalipse, VIII, 3-4, apresenta a Deus as orações dos santos no altar de ouro colocado diante do seu trono bem parece ter inspirado os termos do *Supplices* e nos dá a melhor explicação.

O pedido de receber em abundância as bênçãos celestes refere-se aos que vão comungar e bem indica que, no pensamento da Igreja, todos aqueles que assistem ao santo sacrifício deveriam dêle participar sacramentalmente. A "participação ao altar" é uma metonímia para significar a manducação da vítima que sobre êle é oferecida; São Paulo chega a falar de "comer do altar": Hebreus, XIII, 10 (a aproximar de I Coríntios, IX, 13; X, 18). O altar terrestre e o altar celeste aqui já não se distinguem, e o pensamento se orienta muito naturalmente para o segundo aspeto da celebração eucarística, a ceia sacrificial na qual os ofertantes são convidados à mesa de Deus e à manducação da vítima. A conclusão *Per eundem* pode-

ria ser imediatamente seguida do *Per quem haec omnia*, e nada impediria de passar logo à fração e à comunhão, se novas orações de intercessão não intervissem no cânon atual. O *Supplices* é o ápice da oferta e da oração sacerdotal da Igreja, o pedido formal de aceitação definitiva por Deus. A inclinação profunda e o ósculo ao altar realçam a intensidade da súplica, cujo sentido foi muito bem determinado por Mons. Ruch⁽²³⁾. Imploramos de Deus que nosso sacrifício não seja um holocausto em que a vítima era inteiramente consumida, mas que a vítima imolada transportada ao céu nos seja dada de volta em bençãos celestes pela comunhão. Dêsse modo, o sacrifício será ao mesmo tempo agradável a Deus e útil ao homem, sacrifício de ação de graças e sacrifício de aliança. Essa concepção muito simples está em perfeito acôrdo com o Novo Testamento e os textos litúrgicos antigos.

Numa espécie de imensa parábola, a linha de nossa oração sobe da terra ao céu, descendo, em seguida, com a abundância dos dons divinos, na comunhão.

A estrutura literária do *Supplices* é bastante complicada e suscita um último problema, o da *epiclese*.

As primeiras palavras se encontram várias vêzes nas pós-comunhões do sacramentário gregoriano. A segunda parte, pedido da transferência de nossa oferenda para o céu, provém do *de Sacramentis*.

A última parte é um final de epiclese que deve ter sido alterado, pois não invoca a intervenção do Espírito Santo para operar a consagração. Não há portanto epiclese pròpriamente dita em nosso cânon romano. Frequentemente, não acontece assim nas liturgias orientais, a partir do século IV. São Cirilo, bispo de Jerusalém, catequisava então nêstes têrmos os recém-batizados:

"Depois (após o relato da Ceia)... suplicamos ao Deus de bondade que envie o Espírito Santo sôbre as oblatas, a fim de fazer do pão o corpo de Cristo e do vinho o sangue de Cristo" (24).

As fórmulas de epiclese acabaram por ser mal compreendidas, fazendo considerar a epiclese por numerosos teólogos orientais, em particular S. João Damasceno, como necessária à consagração do mesmo modo que as palavras da instituição. A partir do século

(23) "Dictionnaire de Théol. Cath.", art. Messe, 962-963.

(24) *Catequese mistagógicas*, V, 7.

XVII, os ortodoxos chegam mesmo a afirmar que basta apenas a epiclese. A liturgia de S. João Crisóstomo, atualmente em uso tanto entre os Gregos unidos a Roma como entre os ortodoxos, emprega, após o relato da Ceia, fórmulas, aliás belíssimas que, à primeira vista, dariam a mesma impressão:

“Senhor, vós que à hora terceira enviastes o vosso Espírito Santo aos apóstolos, não o tireis de nós, vós que sois bom, mas renovai-o em nós que vos suplicamos”.

O diácono diz, em voz baixa, ao sacerdote: “Senhor, abençoi o pão santo”.

O sacerdote: “E fazei dêste pão o corpo precioso de vosso Cristo”.

O diácono: “Amém. Senhor, abençoi o santo cálice”.

O sacerdote: “E, daquilo que está neste cálice, o sangue precioso de vosso Cristo”.

O diácono: “Amém. Senhor, abençoi um e outro”.

O sacerdote: “Mudando-os, por vosso Espírito Santo”.

O diácono: “Amém; amém, amém”...

O sacerdote: “A fim de que sejam para os comungantes a purificação da alma, a remissão dos pecados, a comunicação do Espírito Santo, a realização do reino dos céus e um título à confiança diante de vós, não uma causa de juízo e de condenação”.

A liturgia de São Basílio contém uma epiclese quase semelhante.

Entretanto, a teologia católica afirma que a doutrina que atribui a consagração às palavras da instituição e não à epiclese é a única verdadeiramente fundada na tradição; autorizam-na vários testemunhos patrísticos do oriente e do ocidente.

Na descrição da Eucaristia acima citada, São Justino afirma que o corpo e o sangue do Cristo são um “alimento consagrado pela fórmula de oração que vem dêle”. Santo Ireneu (*Contra as heresias*, V, II, 2) exprime-se de maneira análoga. No século IV, ensina Santo Atanásio que o pão e o vinho se tornam corpo e sangue do Cristo quando são pronunciadas “as grandes e prodigiosas orações” (IV, 8) ⁽²⁵⁾, o que, no contexto, não oferece nenhum equívoco. O *de Sacramentis*, um pouco mais tarde, é de todo formal:

“De que termos é composta a consagração e de quem são as suas palavras? Do Senhor Jesus... Logo que se chega ao momento em que se faz o venerável sacramento, o bispo já não fala de si mesmo, serve-se, porém, das palavras do Cristo. Portanto, a palavra do Cristo faz o sacramento”.

(25) Patrologia grega, LXXXVI, 2401.

Além disso, deve-se notar que, em certos documentos litúrgicos antigos, a epiclese está, por vêzes, ausente e que, em outros casos, é dirigida ao Verbo; outras vêzes, ainda que dirigida ao Espírito Santo, está colocada antes das palavras da instituição, ou então pede ao Espírito Santo, não que opere a consagração, mas que assegure os frutos da comunhão; êste último caso é o da anáfora de Santo Hipólito. A situação é, pois, complexa, e mesmo as epicleses do Espírito Santo não manifestam sempre uma intenção consecratória.

Repetidas vêzes, discutiram com Roma os bizantinos a respeito da eficácia da epiclese. O decreto aos Armênios e o concílio de Trento afirmaram que a consagração é operada pelas palavras da instituição; isso é uma verdade certa e próxima da fé, mas que não constituiu objeto de uma definição direta ⁽²⁶⁾.

Assim sendo, como explicar as epicleses bizantinas?

Em primeiro lugar, deve-se notar que essas liturgias colocam, após cada consagração, aclamações: Amém, amém! que não deixam dúvida sobre a eficácia das palavras da instituição. O próprio S. João Crisóstomo muitas vêzes exprimiu o seu pensamento a êsse respeito. "O sacerdote, diz êle, está em lugar do Cristo, quando pronuncia estas palavras... Êle diz: isto é o meu corpo. Essa palavra transforma os dons que foram levados... e realiza o sacrifício perfeito" ⁽²⁷⁾. A presença, após a narrativa da Ceia, de epicleses aparentemente consecratórias vem de que se quis seguir, na anáfora, a ordem das intervenções do Filho e do Espírito Santo na redenção. A invocação ao Espírito Santo devia, pois, colocar-se após a narrativa da instituição, assim como o Pentecostes seguiu a Paixão e a Ressurreição. Além disso, se a transubstanciação se opera num determinado instante, que é o da narrativa da instituição, não é possível dizer tudo ao mesmo tempo. A consagração, a oblação do sacrifício e o pedido de aceitação por Deus são realizados efetivamente quando o sacerdote pronuncia as palavras da Ceia; mas, o enunciado dos pensamentos desenvolvidos na anamnese pede um certo tempo e só poderia vir depois. A consagração realiza o fato da transubstanciação, a epiclese exprime o como, isto é, a ação do Espírito Santo conjunta à do Pai e do Filho.

(26) Diz-se verdade próxima da fé porque parece ser exigida pelas definições infalíveis da Igreja, sem estar nelas explicitamente formulada. V. os volumes 2, 3 e 4.

(27) Homilia I sobre a traição de Judas, n. 6., Patr. Grega, XLIX, 380.

A presença da epiclese após o relato da Ceia não nos deve surpreender se considerarmos que, durante muito tempo não se procurou determinar o momento exato da consagração; a isso já aludimos a propósito da oração *Unde et memores*. Sabia-se ser obtida a consagração pelo conjunto da anáfora e nada mais se desejava saber; análogamente, deixava-se na incerteza o momento da remissão dos pecados, na administração da penitência. Assim sendo, o lugar da epiclese pouco importava. O progresso teológico da Idade Média trouxe precisões que permitiram melhor determinar a significação da epiclese, sem que a ordem das orações do cânon e seu texto fôssem modificados.

MEMENTO DOS MORTOS

O *Memento* dos mortos e o *Nobis quoque* são uma segunda interrupção do cânon primitivo e constituem a continuação dos dípticos cuja primeira parte precedeu a consagração.

O pensamento se volta da comunidade cristã, que vai receber o corpo e o sangue de Cristo, para os mortos, que já não podem participar do sacramento, mas que não deixaram de pertencer ao corpo místico de Cristo.

Lembraí-vos também, Senhor, de vossos servos e servas N. e N., que nos precederam com o sinal da fé, e agora descansam no sono da paz. A êstes, Senhor, e a todos os mais que repousam no Cristo, nós vos pedimos que lhes concedais o lugar de refrigério, de luz e de paz. Pelo mesmo Cristo, Senhor nosso. Amém.

O *Memento* dos mortos está ausente dos sacramentários gelaiano e gregoriano, e a missa papal dos séculos VII e VIII não o possuía. No entanto, o texto é muito arcaico e diversos documentos mostram que uma comemoração dos mortos era feita na missa, desde o século IV, tanto no oriente como no ocidente, ora antes, ora após a consagração⁽²⁸⁾. Em Roma, até o século VIII só era ela usada nas missas quotidianas celebradas por intenção dos defuntos, com exclusão do domingo; acabou por se impor sem nenhuma exceção.

Mas, por que não se junta o segundo *Memento* ao primeiro? Foram feitas várias hipóteses que têm o defeito de carecerem de

(28) "Missarum solemnía", III, 159-162.

apoio nos textos. Pensam alguns que se tenha querido evitar uma confusão entre os mortos honrados como santos e aqueles pelos quais se rezava, procurando não os nomear numa lista única. O cardeal Schuster⁽²⁹⁾ conjecturou que, sendo a leitura dos dípticos muitas vezes bastante longa, ter-se-ia interrompido no fim da lista dos vivos, o que teria determinado a colocação da lista dos mortos no seu lugar atual. D. Botte⁽³⁰⁾ é inclinado a admitir que o *Memento* pertencia à estrutura primitiva do cânon, talvez como oração dita pelo diácono; o *Nobis quoque* seria como que seu acréscimo dito pelo celebrante. Mas, isso não explica a falta de ligação entre o *Memento* e o *Supplices*. O missal irlandês de Bobbio (início do século VIII) é o primeiro a inserir o *Memento* em seu lugar atual.

Dizendo a primeira parte dessa oração, o sacerdote eleva lentamente as mãos, junta-as e permanece um instante em meditação silenciosa, com os olhos fixos na hóstia consagrada. O sinal da fé designa o batismo; ora-se, pois, por aqueles que permaneceram fiéis às obrigações que ele impõe; Jungmann sugere que se entenda também assim os últimos sacramentos, cuja recepção é um sinal de fidelidade cristã. A alusão à paz em que esses mortos entraram lembra as inscrições funerárias das catacumbas, onde os desejos de paz no Cristo são um tema habitual.

A segunda parte do *Memento* é de uma bela inspiração universalista. O termo refrigério, que designava primitivamente uma ceia funerária deve aqui ser entendido como sendo a felicidade do céu; seu sentido é precisado pelas palavras luz e paz. Nenhuma explicação suficiente existe para a inclinação de cabeça ao *Per Christum* final; a Idade média, sempre inclinada à alegoria, via nela uma alusão à atitude do Cristo ao expirar.

Os nomes dos mortos foram, por vezes, lidos em público, como antes os dos vivos, resultando igualmente dessa leitura dificuldades e excessos. Resta uma lembrança dêsse uso na proclamação dos nomes, no momento do sermão, que ainda fazem muitas igrejas. A introdução dos *Mementos* no seio do cânon, em que o celebrante intervém só, dá-lhes uma nota de intimidade discreta e silenciosa, bem em harmonia com a parte central da missa.

Como quer que seja, não se pode duvidar de que a oração pelos mortos e sua presença na missa não seja bastante antiga, continuando

(29) "Liber Sacramentorum", II, 105-106.

(30) "Ordinaire de la messe", 67-68.

do talvez uma tradição que remonta aos tempos apostólicos. D. Botte cita vários textos, alguns do século IV, que são de todo explícitos (31). É com muita razão que a piedade cristã é tão apegada à intercessão pelos mortos e à celebração da missa pelo repouso de suas almas.

NOBIS QUOQUE

Esta oração deve ser referida aproximadamente, como o *Communicantes*, à época de Sínaco, pois só então vários dos santos enumerados se tornaram, em Roma, objeto de um culto particular; é mesmo provável que a lista só tenha sido definitivamente limitada por S. Gregório.

O *Memento* dos mortos é continuado, num tom acentuado de humildade, por uma oração pelo celebrante e seus ministros. Assim é na maior parte das liturgias.

Também a nós, pecadores, vossos servos, que esperamos na multidão de vossas misericórdias, dignai-vos dar alguma parte e sociedade com os vossos santos Apóstolos e Mártires: João, Estêvão, Matias, Barnabé, Inácio, Alexandre, Marcelino, Pedro, Felicidade, Perpétua, Águeda, Luzia, Inês, Cecília, Anastásia e com todos os vossos santos. Unidos a eles, nós pedimos que vos digneis receber-nos, não conforme os nossos méritos, mas segundo a vossa misericórdia. Pelo Cristo, nosso Senhor.

A elevação da voz às primeiras palavras é vestígio de um uso há muito desaparecido. O *Nobis quoque* dava aos sub-diáconos, que estavam inclinados desde o *Sanctus*, o sinal de se erguerem e de voltar a seus lugares para estarem prontos a ajudar à fração, logo que terminado o cânon. O celebrante reconhece-se aqui pecador e indigno e suplica a Deus que o introduza misericordiosamente, assim como a seus assistentes, na sociedade dos apóstolos e dos santos. A lista, réplica e complemento da do *Communicantes*, menciona, em primeiro lugar, João, que é, evidentemente, o Batista, depois sete homens e sete mulheres mártires. Estêvão é o primeiro diácono de quem os Atos (VI, 8 — VII, 60) contam o glorioso suplício. Seguem-se dois apóstolos: Matias, eleito para substituir Judas (Atos, I, 15-26) e omitido na primeira lista, provavelmente para não ultrapassar o número de doze — e Barnabé, apóstolo no sentido lar-

(31) "Canon de la messe", 45.

go, companheiro de S. Paulo em suas primeiras missões. Inácio é o ilustre bispo de Antioquia da Síria, condenado às feras em Roma, sob trajano. Mal se conhecem o nome e o lugar da morte dos três outros mártires. Perpétua e Felicidade confessaram a fé em Cartago (suas Atas são célebres), Águeda e Luzia, na Sicília. A lista se encerra com os nomes de duas mártires romanas, Inês e Cecília, e de Anastásia, martirizada em Sirmium e honrada, mais tarde, em Roma.

Terminando, o celebrante protesta que seus méritos não contam diante dos santos e implora a abundância do perdão divino para que a eles seja reunido um dia, ele e o seu clero.

PER QUEM HAEC OMNIA

O cânon propriamente dito conclui com estas palavras:

Por Ele (Cristo), ó Senhor, sempre criais, + santificais, + vivificais, + abençoais e nos concedeis todos estes bens.

Por + Ele, com + Ele, e + Nêle, a vós, Deus Pai + onipotente, na unidade do + Espírito Santo, tôda honra e tôda glória, por todos os séculos dos séculos. Amém.

Essa oração é a continuação lógica do *Supplices*; a êle se ligava diretamente, nas liturgias galicana e visigótica⁽³²⁾. Experimenta-se alguma dificuldade em precisar o sentido das primeiras palavras: *haec omnia semper bona creas*.

Segundo Mons. Duchesne, o cardeal Schuster, D. Cabrol, elas designam os frutos da terra (vinho, óleo, frutos novos, etc.) que eram bentos, em certos dias, neste momento da missa. Ainda hoje, na quinta-feira santa, o bispo benze o óleo dos enfermos antes de começar essa oração. Mas, era usada em todos os casos, uma fórmula distinta do *Per quem* e que o precedia. Não é bem certo que as palavras *haec omnia* se refiram aos objetos bentos então, já que foram conservadas em tôdas as missas.

Lebrun e Mons. Batiffol julgam que existe aqui uma doxologia e nada mais. *Haec omnia bona* designa tôda a criação, mas, especialmente, o pão e o vinho consagrados que a representam e são, de certo modo, suas primícias. (Um dos textos acima citados omite o pro-

(32) Textos em Botte, "Canon de la messe", 47.

nome *haec*, o que suprimiria tôda ambigüidade). Estamos diante de uma aclamação ao Pai que, por seu Verbo, cria boas tôdas as coisas, mas, antes de tudo, as espécies consagradas às quais as palavras que se seguem se aplicam melhor do que a qualquer outro objeto.

A única elevação da missa antiga se realizava durante a frase final e prevenia os fiéis a que se preparassem para a comunhão. Em *per ipsum*, o arqui-diácono, com as mãos cobertas por um pano de linho, elevava o cálice pelas asas, enquanto o papa tocava as suas beiras com os dois pães que constituíam sua oferta pessoal. Assim se queria significar a unidade do sacramento e assinalar que o Cristo, presente no altar em estado de morte mística, está contudo, vivo e presente todo inteiro sob cada uma das espécies, que se aproxima e se une o mais possível. Ao mesmo tempo, a elevação manifestava muito bem o sentido da doxologia, glorificação suprema da Santíssima Trindade. Com o correr do tempo, a fórmula ternária: *por Ele, com Ele e Nêle*, veio a determinar três sinais da cruz com a hóstia, de uma beira à outra do cálice, e a menção das Pessoas divinas fez com que se acrescentassem duas outras, fora e adiante. Atualmente, a elevação acompanha as últimas palavras sômente, por cusa dos sinais da cruz. É de desejar que êsses gestos sejam feitos com tôda a solenidade possível. O rito foi definitivamente constituído no século XII. Antes que o Pater recebesse seu lugar atual, a fração deve-se ter seguido imediatamente; é o que se praticava na sexta-feira santa, até a reforma de 1956: o celebrante elevava sôbre a patena a hóstia consagrada e a rompia em seguida.

Os têrmos da doxologia são, em parte, tirados de S. Paulo⁽³³⁾. São de majestosa simplicidade e sua significação é realçada pelos sinais da cruz e a elevação das santas espécies. Nenhuma outra doxologia se reveste de tal amplitude. A grandeza e sublimidade da fórmula fazem dela a digna conclusão do cânon romano.

Ela faz eco ao *Vere dignum* do prefácio e exprime de modo excelente a finalidade eucarística do sacrifício, que é de dar graças a Deus e glorificá-Lo por, com e no Cristo. É a mais perfeita homenagem que possa ser prestada à Santíssima Trindade. No momento em que o Cristo se vai dar à Igreja na Eucaristia, é bem justo que a Igreja exprima a intenção de se dar a Deus e faça a Ele subir tôda glória, pela mediação do Cristo, ofertante, vítima e sacerdote. A "unidade do Espírito Santo" pode aqui ser entendida

(33) Romanos, XI, 36.

como sendo a Igreja, unificada e santificada por Êle, com mais probabilidade do que na conclusão das orações, sem perder de vista, no entanto, o aspeto trinitário da fórmula. Jungmann diz muito bem: "*In ipso e in unitate Spiritus Sancti* designam a mesma fonte universal de toda glorificação do Pai celeste considerada, lá, em Cristo de quem formam os resgatados o corpo místico, e aqui, no Espírito Santo, cujo sôpro vital os anima" (34).

O *Amen* dito pelo povo é a única intervenção dos fiéis no cânon; só é encontrado excepcionalmente nas liturgias antigas, após a consagração. Já é atestado por São Justino e já é, com razão, célebre. Merece ser pronunciado com particular devoção, pois é um ato de fé nos santos mistérios e a ratificação do que acaba de realizar-se no altar (35).

(34) "Missarum Solemnia", III, 189.

(35) *Amen* é uma palavra hebráica que passou intacta a nossas línguas. Significa: verdadeiramente, que assim seja: Exprime o assentimento a uma oração ou o voto de ver realizados os desejos formulados (assim no final do *Pater*). No Evangelho, Nosso Senhor o emprega muitas vezes com o sentido de: em toda verdade eu vos digo.

CAPÍTULO VIII

A PARTICIPAÇÃO DO MISTÉRIO: COMUNHÃO E AÇÃO DE GRAÇAS

PATER E LIBERA

Após a oferta do sacrifício, a ceia do Senhor, participação, pela Eucaristia, da vida do Cristo glorioso, expressão perfeita da comunhão dos santos e meio privilegiado de torná-la mais efetiva.

A preparação imediata à comunhão, importante para dilatar a caridade e a receptividade da alma, inicia-se pelo canto do Pater.

A presença do Pater à missa é atestada desde o século IV, talvez mesmo desde o III. Pode êle ter sido introduzido primeiramente nas igrejas em que a Eucaristia era celebrada diariamente, ou em consequência do uso de comungar na própria casa nos dias comuns. De fato, muitos Santos Padres aplicaram à Eucaristia o pedido do pão cotidiano, ainda que, no sentido literal, êle se refira ao pão material.

S. Gregório fala em termos obscuros do lugar que determinou para o Pater na missa romana. Mons. Batiffol crê que, antes desse papa, o Pater não se dizia, e que êle o teria introduzido. A maior parte dos liturgistas modernos considera, com razão, que êle apenas o mudou de lugar, antecipando-o para imediatamente após o cânon, quando, outrora, era recitado após a fração, precedendo imediatamente a comunhão. É de notar que, na sexta-feira santa, em que a missa não é celebrada, o Pater constitui a preparação principal à comunhão; a êle só se acrescenta a última das orações ditas habitualmente após o ósculo da paz. Sem dúvida, S. Gregório uniu o Pater ao cânon para recitá-lo no altar e não no trono no momen-

to da fração. Deve êle se ter inspirado no uso bizantino que presenciara durante sua estada em Constantinopla. A primeira parte do Pater, que deseja a glorificação de Deus e o cumprimento de sua vontade, prolonga muito bem a oração eucarística. "Não se poderia, diz Jungmann, exprimir com mais justeza o espírito e a atitude do próprio Senhor oferecendo seu sacrifício, espírito e atitude que deve suscitar em nós a oferta, em união com êle, do mesmo sacrifício" (1).

Em tôdas as liturgias, o Pater é precedido de um prólogo ou protocolo análogo ao da missa romana:

Oremos. Instruídos pelos salutareis preceitos e formados pela divina instituição, ousamos dizer: Pai nosso...

A atmosfera de religião profunda que impregna o cânon toma, aqui, tonalidade de infinito respeito para com a oração do Salvador. Sabe-se que a antigüidade só dava a conhecer o Pater aos catecúmenos algumas semanas antes do batismo e, fora da missa, só era recitado em voz baixa; no officio divino, restam alguns vestígios dessa disciplina. Sômente excusando-nos de dar a Deus o nome de Pai é que o pronunciamos solenemente, pecadores que somos, e experimentando algum tremor ao pensar nas exigências de santidade encerradas na recitação leal da divina oração. Tertuliano denominava o Pater um resumo de todo o Evangelho; êle nos faz comungar ao Espírito do Cristo antes de comungar a seu corpo; pois não consiste o fruto da comunhão em realizar ao máximo o que é pedido no Pater?

Uma tocante prescrição ordena ao celebrante recitar o Pater com as mãos estendidas, como para o cânon, e olhando a hóstia consagrada; a oração do Senhor é dita sôbre o sacramento do seu corpo: novo exemplo do lirismo sóbrio de nossa liturgia romana. A maior parte das liturgias orientais conservou o uso antigo, que foi, também, o da liturgia galicana, de fazer com que todo o povo diga o Pater. A liturgia moçarábica fazia responder "Amen" após cada pedido. No resto do ocidente, e isso desde o tempo de Santo Agostinho, o Pater é reservado ao celebrante. O povo a êle se associa dizendo o último pedido. Só faz exceção a sexta-feira santa segundo o novo rito, que faz com que todos os assistentes recitem o Pater

(1) "Missarum solemnía", III, 203.

com o sacerdote. Canta-o o celebrante em melodia semelhante à do prefácio. Tudo foi feito para dar à oração dominical um lugar de honra e o máximo de solenidade. O rito de Lyon faz a elevação das sagradas espécies a "sicut in coelo et in terra", o que é, sem dúvida, menos oportuno do que a elevação romana à doxologia final do cânon.

O Pater é seguido do "Libera", intercalação ou desenvolvimento que retoma o último pedido do Pater e serve de transição ao "Pax Domini". Tem êle correspondente nos diversos ritos e, no galicano, a fórmula era muito variável. Assim é a do rito romano:

Livrai-nos, nós vos suplicamos, Senhor, de todos os males passados, presentes e futuros: e, pela intercessão da bem-aventurada e gloriosa sempre Virgem Maria, Mãe de Deus, e de vossos bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo, e André, e de todos os Santos, dai-nos propício a paz em nossos dias; para que, com o socorro de vossa misericórdia, sejamos sempre livres do pecado e seguros de toda a perturbação. Pelo mesmo Jesus Cristo, vosso Filho, nosso Senhor...

O "Libera" é dito em voz baixa, como o cânon, salvo no rito lionês. A menção de Santo André é, provavelmente, devida a S. Gregório, que trouxe de Constantinopla uma importante relíquia sua e lhe dedicou o mosteiro que construiu no monte Coelius. Os males passados, presentes e futuros visam, antes de tudo, o pecado, mas pedimos, ao mesmo tempo, a paz temporal e a preservação dos distúrbios interiores e exteriores cujas repercussões na vida cristã podem ser tão temíveis.

No final do Pater, o sub-diácono traz a patena ao altar para a fração. O celebrante toma-a durante o Libera, faz com ela um sinal da cruz e beija-a antes de fazê-la passar sob a hóstia. O ósculo provém de que a patena serviu, por vêzes, de instrumento de paz. O sinal da cruz talvez houvesse acompanhado, outrora, a conclusão "Per Dominum"; tendo a fração tomado êsse lugar, o sinal da cruz foi antecipado.

Aqui é que se colocavam, outróra, as bênçãos episcopais solenes, ainda em uso em Lyon e em algumas igrejas. Eram precedidas de um convite a se inclinar, e aquêles que não comungavam podiam retirar-se. A bênção nupcial na missa de casamento pode ser um vestígio desse rito, mas é dada entre o Pater e o Libera.

FRAÇÃO, "COMMIXTIO", ÓSCULO DA PAZ

A fração do pão, mencionada no relato da Ceia, deu, primitivamente, seu nome a todo o serviço eucarístico (2). Era ela necessária e muito em realce, enquanto foram consagrados pães de grande dimensão. Para compreender o atual cerimonial, é preciso recordar a explicação dos antigos ritos, que esboçamos ao descrever a missa no tempo de S. Gregório.

O "Pax Domini" é o sinal do ósculo da paz que o arqui-diácono dá ao primeiro dos bispos após haver beijado o altar ou a patena das "Sancta" de uma missa precedente. Enquanto isso, o pontífice faz com a mão três sinais da cruz sobre o cálice e, segundo opinião plausível, nêle coloca as "Sancta": primeira "commixtio", que exprime a unidade moral e a continuidade do sacrifício. Mas não teria bastado para êsse simbolismo o fato de consumir as "Sancta"? Por que colocá-las no cálice? Talvez para que pudessem ser tomadas mais facilmente; sendo então espessas, as hóstias depressa endureciam e era útil umedecê-las (3).

No domingo, os sacerdotes das igrejas de Roma e das cercanias acrescentavam à sua consagração o "fermentum", parcela consagrada que lhes era enviada pelo papa, e colocavam-na no cálice no momento do "Pax Domini"; êsse rito punha em evidência que a eucaristia é, por excelência, o sacramento da unidade (I Cor. X, 17), coisa de que a antigüidade cristã tinha tão profundo senso que se enviava, por vêzes, a Eucaristia em sinal de comunhão, a outros bispos, mesmo a grandes distâncias, prática que, com a continuação, foi proibida, por motivos evidentes de prudência e respeito.

Conforme, pois, se trate ou não da missa papal, essa "commixtio" se faz com as *sancta* ou com o *fermentum*. Êsse duplo rito — que, aliás, provocou confusões entre os historiadores — simbolizava muito bem a unidade do sacrifício no tempo e no espaço: é a mesma hóstia que é oferecida em tôda parte e sempre e que é o agente por excelência da unidade eclesial.

Após a "commixtio" das *sancta*, o pontífice rompe um dos pães consagrados e se dirige para o trono; o fragmento por êle separado permanecerá no altar até o fim e servirá de *sancta* para a pró-

(2) Atos, II, 42; XX, 7; I Cor. X, 16; Didaché, IX, 3.

(3) Os ortodoxos consagram na quinta-feira santa, para todo o ano, a Santa Reserva destinada aos doentes; derramam um pouco do precioso Sangue sobre os pães consagrados e fazem-nos secar, em seguida.

xima missa. Então, os sacerdotes e os bispos rompem os outros pães e colocam os fragmentos nos sacos de linho que os acólitos têm suspensos ao pescoço. Enquanto isso, a partir da época do papa Sérgio (início do século VIII), canta-se o *Agnus Dei* ⁽⁴⁾. No século X, tomou-se o hábito de cantar três vezes o *Agnus*, dizendo no fim: dai-nos a paz.

Em seu trono, o papa, comungando sob a espécie de pão, rompe com os dentes uma parcela de sua própria hóstia e a põe no cálice pronunciando uma fórmula mais ou menos conservada no rito atual: segunda "commixtio" cuja finalidade permanece bastante obscura. Entretanto, estudos recentes sobre os *Ordines* levam a pensar que, após a comunhão do clero ao cálice, essa parcela que restava no fundo era colocada com o resto do precioso sangue num cálice ou *scyphus* destinado ao povo e contendo vinho não consagrado; sacerdotes faziam o mesmo com outras parcelas e outros cálices quando o número dos comungantes o exigia. Até a última reforma da semana santa, o celebrante punha igualmente, na sexta-feira santa, ao fazer a fração, uma parcela consagrada em vinho não consagrado, e o oriente assim fez, durante muito tempo, para a comunhão fora da missa. A alta Idade média pensou que se realizasse assim uma verdadeira consagração por contato e que a imersão no vinho da parcela de hóstia o transubstanciase no sangue do Cristo. Encontra-se essa doutrina em Amalário, no século IX, mas é, sem dúvida, mais antiga; espalhava-se nas mais diversas regiões e só suscitou protesto a partir do século XII, época em que a teologia se precisa. Certos livros litúrgicos guardaram disso vestígios, até o meado do século XVI, mas outros silenciam a respeito da consagração por contato ou a negam expressamente ⁽⁵⁾.

Como quer que seja quanto a esse último ponto, a "commixtio" é novo ato de fé na unidade do sacramento e uma afirmação de que a separação do corpo e do sangue de Cristo realizada na cruz e significada pela dupla consagração, é apenas aparente. A "commixtio" é, além disso, um símbolo da ressurreição, no pensamento das antigas igrejas sírias e da Idade Média ocidental. E como a ressurreição termina a obra redentora e nos assegura os seus frutos, pode-se aplicar ao rito da "commixtio" o termo de consagração. Evidentemente, deve-se entendê-lo no sentido largo, e Mons. Andrieu mostrou

(4) O *Agnus* não foi introduzido na missa da vigília pascal, sem dúvida porque se quis conservar-lhe o caráter arcaico.

(5) Andrieu, "Immixtio et Consecratio", Paris, 1924.

que êle designa a mistura de um pouco de vinho consagrado aos *scyphi* que deviam servir para a comunhão do povo. D. Botte traduz bem o texto atual do missal romano (que não é o mesmo em tôdas as liturgias) por: mistura sacramental do corpo e do sangue.

A fração era, outrora, muito complicada, nas liturgias galicana e moçarábica, e assim permaneceu entre os orientais: dispunham-se as parcelas em forma de cruz, cada qual simbolizando um dos mistérios do Cristo, ou mesmo em forma humana, não sem alguma superstição. Em roma, nos séculos VI a VIII, anuncia-se, após a comunhão do celebrante, a estação seguinte e aquêles que não comungam se retiram.

Podemos agora explicar mais facilmente os ritos atuais.

A primeira "commixtio", a das *Sancta* ou do *Fermentum*, desapareceu e a segunda tomou o lugar da primeira, com a diferença de que se faz no momento do *Pax-Domini*; resultou daí a antecipação da fração para durante a conclusão do *Libera*. O ósculo da paz já não acompanha a fórmula *Pax Domini*, como seria normal; foi colocado após o *Agnus Dei* e uma oração preparatória. Há, pois, uma certa desordem neste lugar da missa. D. Capelle propôs⁽⁶⁾ uma ordem muito simples, que restabeleceria a concordância entre os ritos e as palavras. O *Libera* seria dito em voz alta, como no rito lionês em todo tempo e como no rito romano na sexta-feira santa. Seguiam-se imediatamente a oração *Domine Jesu Christe* pela paz, o *Pax Domini* e o ósculo da paz. Depois do que o celebrante procederia em silêncio ao ósculo da patena, à fração e à "commixtio". Durante êsse tempo, o côro cantaria o *Agnus Dei*, que encontraria assim seu lugar primitivo e, à missa recitada, o sacerdote o diria em seguida.

A fração se realiza, pois, atualmente no fim do *Libera* e passa quase despercebida, uma vez que o uso dos ázimos a restringiu à hóstia do celebrante. Êste divide-a em três parcelas; com a menor, faz três sinais da cruz sôbre o cálice, dizendo:

Pax Domini: que a paz do Senhor seja sempre convosco.

Em seguida, deixa cair no precioso sangue essa parcela, com a fórmula:

Que esta união e consagração do corpo e do sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo seja para nós que o recebemos um penhor de vida eterna. Amém.

(6) "Revue bénédictine", 1941, págs. 5-40.

Das duas outras parcelas, uma outrora serviu de *Sancta* para a "*commixtio*" em uma outra missa, depois para viático dos moribundos; a última era naturalmente destinada à comunhão do celebrante. Agora, ele consome ambas.

O *Agnus Dei*: Cordeiro de Deus que tirais os pecados do mundo, tende piedade de nós (final à terceira vez: dai-nos a paz) deixou de ser um canto de fração e serve de introdução ao ósculo da paz e à comunhão. Tríplice invocação ao Cordeiro imolado e tríplice ato de fé em sua presença, está ele aqui bem colocado como preparação para o receber. A melodia em que era cantado foi muito simples na origem; foi-nos conservada na missa dos mortos e nas missas dos tempos de penitência. A Idade Média compôs melodias tão numerosas e variadas como as do *Sanctus*. São dignas de nota pela impressão de oração instante e de recolhimento que delas se desprende.

O ósculo da paz é um novo prelúdio à comunhão. Esse símbolo de caridade e de união remonta aos primeiros tempos da Igreja: S. Paulo atesta seu uso em quatro de suas epístolas (7). As liturgias oriental e gálica colocavam-no no fim da missa dos catecúmenos, antes do ofertório, talvez por reminiscência de S. Mateus, V, 23-24, que recomenda a reconciliação com os inimigos antes de levar oferendas ao altar. Desde o tempo de Inocêncio I, Roma e a África fazem do ósculo da paz a preparação obrigatória da comunhão e a realização do pedido do Pater: Perdoai-nos assim como nós perdoamos.

O ósculo da paz é introduzido por uma oração que o sacerdote recita inclinado, olhando para a hóstia:

Senhor Jesus Cristo, que dissestes a vossos apóstolos: eu vos deixo a paz, eu vos dou a minha paz; não olheis para os meus pecados, mas para a fé de vossa Igreja e concedei-lhe a paz e a união, segundo a vossa vontade. Vós que, sendo Deus, viveis e reinais por todos os séculos dos séculos. Amém.

Senhor Jesus Cristo seja para nós que o recebemos um penhor da vida eterna. Amém.

O sacerdote beija o altar recebendo, por assim dizer, a paz do Cristo. Depois, ele a transmite ao diácono, o diácono ao sub-diácono e este ao clero. Cada um diz, no momento do ósculo: "A paz seja

(7) Romanos, XVI, 16; I Cor., XVI, 20; II Cor., XIII, 12; I Tess. V, 26.

convosco". A fórmula variou e também os gestos. Muitas vezes o celebrante beijava o missal e a hóstia. Até o século VIII, toda a assistência participava do rito, homens e mulheres separadamente. No século XIII o abraço substituiu o ósculo com os lábios. À missa não solene, dá-se a beijar um instrumento de paz, placa de metal ou de marfim que outrora se procurava ornar suntuosamente e das quais os museus conservam belíssimos exemplares.

Ainda atualmente, em várias regiões se dá a beijar o instrumento de paz no ofertório das misas de casamento e de funerais.

A ligação entre o ósculo da paz e a comunhão encontra uma outra expressão no beijo do anel papal ou episcopal no momento de receber a hóstia. O cerimonial dos bispos prescreve também que o diácono e o sub-diácono beijem, ao comungar, a mão e o rosto do prelado. Romano Guardini⁽⁸⁾ diz, com muita beleza, que nosso ósculo de paz é "uma obra prima de reserva, de boa atitude e de distinção". Ainda que sejam apenas espectadores dêsse gesto, os fiéis não devem esquecer a lição de fraternidade cristã e de unidade no corpo místico que dêsse modo se exprime.

A COMUNHÃO

A ceia sacrificial comporta naturalmente a manducação da Vítima por todos os participantes. A Comunhão é absolutamente prescrita ao sacerdote que celebra. Mas o desejo da Igreja, lembrado no século XVI, pelo concílio de Trento, é que se comungue cada vez que se ouve a missa. Esse desejo se tornou cada vez mais uma realidade entre os cristãos fervorosos a partir dos decretos de Pio X sobre a comunhão das crianças e a comunhão das crianças e a comunhão quotidiana. Participar da missa sem comungar é incompleto e, em suma, anormal, ainda que a legislação da Igreja só exija, em direito estrito, a comunhão pascal. A encíclica de Pio XII pede mesmo que, na medida do possível se dêem aos fiéis hóstias consagradas durante a missa que se celebra, o que realça perfeitamente a ligação entre a comunhão e o sacrifício.

A preparação imediata é constituída, desde o século XVI, por duas orações de origem galicana, orações privadas conservadas entre

(8) "L'esprit de la liturgie", Plon, 1929, pág. 154.

muitas outras por nosso missal. A primeira é de uma grandiosa inspiração teológica que lembra a anamnese:

Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, que por vontade do Pai, cooperando com o Espírito Santo, por vossa morte destes a vida ao mundo, livrai-me, por este vosso sacrossanto corpo e por vosso sangue, de todos os meus pecados e de todos os males. E fazei que eu observe sempre os vossos preceitos e nunca me afaste de vós que, sendo Deus, viveis e reinais, com Deus Pai e o Espírito Santo, por todos os séculos dos séculos. Amém.

Essa oração, que contempla ao mesmo tempo o Cristo em sua glória e em sua presença sacramental deve, como a seguinte e a precedente, ser recitada com os olhos fixos na hóstia: pequeno por menor inspirado por delicada piedade digna de nota.

A última oração é um humilde protesto de indignidade e um último pedido de purificação, a fim de que a recepção da Eucaristia não venha a ser para a nossa condenação. Ela só se refere ao corpo; por isso, só ela é conservada na sexta-feira santa, em que a comunhão é apenas sob a espécie do pão:

Que este vosso corpo, Senhor Jesus Cristo, que eu, indigno, ousou receber, não seja para mim causa de juízo e condenação, mas por vossa piedade sirva de defesa à minha alma e ao meu corpo, e de remédio a meus males. Vós que, sendo Deus, viveis e reinais...

Então, o sacerdote toma a hóstia e, antes de comungar, repete por três vezes a admirável invocação do centurião de Cafarnaum (Mateus, VIII, 8), na qual uma só palavra é mudada.

Domine non sum dignus: Senhor, eu não sou digno de que entreis em minha morada, mas disse uma só palavra e minha alma será curada.

Faz o sinal da cruz sobre si com a hóstia e a consome, dizendo:

Que o corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo guarde a minha alma para a vida eterna. Amém.

Medita um instante, recita dois versículos de salmos e, em seguida, comunga ao cálice, com uma fórmula semelhante.

Segue-se logo a comunhão dos fiéis, e esse é o seu lugar normal no próprio ato do sacrifício. Só se pode lamentar o costume inveterado em certas regiões de dar a comunhão fora da missa

quando não há razão legítima para fazê-lo. Uma última preparação é a recitação do *Confiteor* (uma ou duas exceções há no novo rito da semana santa); o sacerdote acrescenta *Misereatur e Indulgentiam*. Em seguida, tendo na mão uma hóstia elevada, diz: Eis o Cordeiro de Deus, eis aquele que tira os pecados do mundo.

Repete três vezes, na intenção dos fiéis o *Domine non sum dignus* e lhes dá a hóstia com a fórmula de que se serviu para si mesmo.

O *Confiteor* e o que se segue são tirados do ritual da comunhão fora da missa. A apresentação da hóstia e a menção do Cordeiro redentor são muito sugestivas; o humilde pedido do centurião é aqui colocado com perfeita oportunidade; também assim o desejo, inspirado no discurso sobre o pão de vida do capítulo VI de S. João: que o corpo de Cristo guarde os comungantes para a vida eterna.

Na antigüidade, a comunhão era precedida de uma advertência do diácono: As coisas santas aos santos! Ou então: que aquele que não comunga se vá! Os fiéis comungavam sob as duas espécies dando-lhes o papa ou o bispo a hóstia e um diácono o cálice. Respondia-se Amém à brevíssima fórmula: O corpo do Cristo! O sangue do Cristo, o cálice de vida! A Eucaristia era recebida de pé, salvo talvez nos dias de jejum. Quando os pães se tornaram muito reduzidos, foram depositos na boca dos comungantes e não em sua mão direita, e, desde então, a comunhão se faz de joelhos, o que, considerando as concepções modernas, é certamente mais respeitoso.

Eis como, no século IV, convidava S. Cirilo de Jerusalém os fiéis a se apresentarem; o texto está penetrado de um perfume de piedade antiga.

Quando avanças não caminhes com as mãos abertas diante de ti, os dedos afastados, mas faz da tua mão esquerda um trono para a direita que deve receber o Rei; depois, com a palma desta mão, faz um côncavo e toma posse do Corpo de Cristo, dizendo Amém. Então, com o máximo cuidado, santifica teus olhos pelo contato do sagrado corpo e consome-o, mas tem cuidado de nada deixares cair, pois aquilo que te escapasse seria como algo de teus próprios membros que se perderia... Em seguida, tornado participante do Corpo de Cristo, aproxima-te também do cálice do seu sangue; não estendas as mãos, inclina-te, porém, em atitude de adoração e de respeito, diz Amém e santifica-te tomando parte no Sangue de Cristo. E, quando teus lábios ainda estiverem úmidos, toca-os com tuas mãos e santifica teus olhos, tua fronte e teus outros sentidos. Depois, espera a oração e agradece a Deus que te honrou com tais mistérios (9).

(9) Catequeses mistagógicas, V, 21 segs..

Em Roma, o alto clero recebia uma parcela da hóstia do papa; cada um a levava ao altar, sobre o qual pousava a mão antes de comungar, depois vinha aproximar os lábios do cálice do pontífice, apresentado por um dos sacerdotes assistentes. Em todos os cálices eram colocadas algumas gotas daquele ao qual o papa havia comungado, para frisar, mais uma vez, o simbolismo da unidade.

A partir do século VIII, toma-se o precioso sangue com um pequeno tubo. A cerimônia que consiste em mergulhar a hóstia no precioso sangue era praticada no oriente e ainda o é hoje. Jamais se aclimatou bem no ocidente; ela devia inspirar alguma repugnância, sendo então dada a comunhão com uma colher. Em nossos dias, os gregos católicos mergulham, mais de bom grado, a hóstia no cálice, sem deixar de segurá-la.

No ocidente, a comunhão sob a espécie de vinho, tornada rara desde o século XII, foi definitivamente suprimida em 1415, pelo concílio de Constança. Essa decisão havia sido preparada por uma longa evolução que havia cada vez mais restringido o uso do cálice para os fiéis. Bem cedo, em Roma, lhes é dado vinho comum ao qual se acrescentam algumas gotas do precioso sangue; de fato, só se colocava sobre o altar e só se consagrava um único cálice, tanto para manifestar a unidade do corpo místico como para reproduzir mais exatamente a última Ceia. Esse cálice provavelmente não era muito grande, pois o arqui-diácono o deslocava várias vezes durante a missa. Deve ter sido insuficiente quando os fiéis se tornaram um pouco numerosos. Em certos lugares, acrescentava-se vinho no cálice, quando o precioso sangue começava a faltar; ou então, como observamos a respeito da "commixtio", "santificava-se", por uma parcela consagrada, o vinho distribuído.

A comunhão ao precioso sangue apresentava, aliás, inconvenientes. Havia perigo de derramá-lo; era difícil prever a quantidade de vinho necessária e conservar o precioso sangue que excedesse, sobretudo nos países quentes em que os acidentes eucarísticos⁽¹⁰⁾ corriam risco de se alterar, corrompendo-se rapidamente. A raridade do vinho nos países do norte pode influir no mesmo sentido. Além disso, a antigüidade jamais fez da comunhão sob as duas espécies um princípio absoluto: só se dava a espécie do vinho às

(10) Entende-se por acidentes aquilo que cai sob os sentidos: forma, côr, paladar, etc., por oposição à substância, princípio íntimo que especifica cada ser.

criancinhas; para os prisioneiros, os moribundos, e a comunhão a domicílio só se reservava, e isso se compreende, a espécie do pão. Enfim, no século XII, o desenvolvimento da teologia acabou de esclarecer que o Cristo está presente todo inteiro sob cada espécie: trata-se do Cristo vivo e imortal, cujas palavras sacramentais lembram a Paixão mas cujo corpo e sangue não poderiam estar separados. A transformação da disciplina se fez progressivamente e sem levantar protestos, a não ser no século XV entre os Hussitas da Boêmia, que a Igreja teve de condenar no concílio de Constança, pois não só exigiam o uso do cálice, mas qualificavam a prática comum de herética e sacrílega. A supressão do cálice havia sido preparada, além disso, pelos desenvolvimentos da liturgia relativos à espécie do pão; instituição da elevação, desejo de ver a hóstia, culto da santa Reserva, procissão de Corpus Christi.

Até o século IV comungava-se em cada missa e, nos dias em que a missa não era celebrada, comungava-se em casa sob a espécie do pão. A partir da paz da Igreja e sobretudo no século IX, as comunhões se tornam cada vez mais raras, até que em 1215 o concílio de Latrão sanciona, pelo preceito da comunhão pascal, um mínimo que muitos, sem dúvida, não pensavam ultrapassar. Como explicar essa evolução lastimável? Parece que as suas causas são muito complexas. Pode-se indicar: o afluxo à Igreja de cristãos superficiais e pouco fervorosos; para outros, tratava-se de um respeito mal entendido; a agração da disciplina penitencial; a severidade do jejum eucarístico, e até o desenvolvimento, na Idade média da devoção ao Santíssimo Sacramento, que teve por um dos efeitos a prática da "comunhão espiritual", ato de fé acompanhado do simples desejo da comunhão sacramental. Demasiadas vezes os fiéis se contentaram com isso; entretanto, a comunhão espiritual vale mais do que uma assistência mais ou menos indiferente e passiva.

Desde o século IV, cantava-se durante a comunhão um salmo com antifona, como no intróito e no ofertório. Escolhiam-se de preferência os salmos XXII (*Dominus regit me*) e XXXIII (*Benedicam Dominum*), os quais possuem alguns versículos aplicáveis à Eucaristia, ou então se retomava o salmo do intróito. O salmo quase desapareceu completamente entre o século X e o XII. Não temos mais do que o estribilho ou antifona como no ofertório, e o canto mesmo é colocado após a comunhão, pois a fração dura apenas um instante e o *Agnus* se prolonga. A atual multiplicação das comunhões faz desejar que se retome o canto enquanto os fiéis se

apresentam à santa mesa; assim se faz em certas igrejas e o rito recentemente reformado indica para a quinta e a sexta-feira santas as antífonas, salmos e responsórios que poderão ser cantados.

Em princípio, a antífona da comunhão é tirada dos salmos. Durante as semanas da quaresma, segue-se a ordem do saltério, começando pelo salmo I, na quarta-feira de Cinzas, com exceção das missas da quinta-feira, que são de origem posterior, e de algumas outras. A antífona foi por vezes tirada de outros livros do Antigo Testamento ou do Novo; raramente é de composição eclesiástica. Evidentemente, muitas vezes o texto não tem nenhuma relação explícita com a Eucaristia.

O canto tornou-se cada vez mais ornado, como para as outras peças do próprio da missa. Os artistas gregorianos deram largas a sua inspiração e suas adaptações musicais, muito variadas, são por vezes obras primas. Indiquemos, entre muitas outras, as do II domingo depois da Epifania e do sábado depois do II domingo da Quaresma, quase silábicas — as melodias simples e sóbriamente ritmadas da missa de meia-noite e do domingo de Quasimodo — a de Páscoa, solene e grandiosa — as dos Ramos, de Pentecostes, da missa das virgens, *Dilexisti*, dramáticas e movimentadas.

ABLUSÕES

Após a comunhão dos fiéis, o sacerdote faz duas abluções. A primeira tem por fim purificar, com um pouco de vinho, o cálice e a boca do celebrante. A segunda consiste em derramar, sobre seus dedos, vinho e água que ele em seguida consome. O rito é muito natural e, certamente, antigo; muito variou nos pormenores. A missa episcopal, o prelado, além disso, lava inteiramente as mãos, e muitos sacerdotes fazem o mesmo, chegando à sacristia. Os ataques contra a presença real contribuíram, sem dúvida, para o desenvolvimento dessas precauções e sinais de respeito.

Dois orações antigas acompanham as abluções. Uma, *Quod ore sumpsimus*, talvez remonte ao século IV e serve de pós-comunhão na quinta-feira da Paixão. Nela, o sacerdote pede seja acolhido o sacramento numa alma pura, a fim de que o dom temporal da santa comunhão se torne um remédio eterno. A segunda oração, *Corpus tuum*, de origem galicana, foi, inicialmente, privada; nela, o celebrante deseja que o corpo e o sangue de Cristo impregnem suas en-

tranhas e que a recepção do sacramento não deixe nêle subsistir mácula alguma do pecado. Todos êsses pormenores se tornaram obrigatórios pelo missal de S. Pio V. Um rito análogo existiu para os fiéis quando desapareceu a comunhão sob as duas espécies; dava-se um pouco de vinho para ajudar a consumir a hóstia. As rubricas supõem ainda essa ablução; há muito tempo caiu em desuso; só foi conservada nas missas de ordenação.

PÓS-COMUNHÃO

A essas orações silenciosas sucede a ação de graças solene ou pós-comunhão; é a oração para terminar, *ad complendum*, correspondendo à coleta e à secreta. Impõe-se agradecer a Deus pelas graças recebidas; o próprio Salvador cantou com os apóstolos os salmos do Hallel após a última Ceia.⁽¹¹⁾ O pensamento de gratidão vai inspirar a última oração; a êle se acrescentará muitas vezes o pedido de fazer com que persista nas almas a influência do sacramento, sem prejuízo de uma breve alusão à festa do dia ou ao tempo litúrgico. O voto do *Dominus vobiscum* tem, agora, sua plena realização: o Senhor *está* com os fiéis se, como as pós-comunhões o supõem em regra geral, a assistência comungou.

Nas pós-comunhões se encontram os caracteres das orações romanas: estilo sóbrio e lirismo contido. Muitas vezes, são belíssimas e delas se poderia extrair uma teologia dos efeitos da Eucaristia: graças para a alma, crescimento das virtudes teologais, dons e frutos do Espírito Santo — remédio para o corpo — unidade do corpo místico — vida eterna. As expressões empregadas, alimentos celestes, alimentos vivificantes, mistério celeste, alimento espiritual, recepção do corpo e do sangue de Cristo, afirmam formalmente ou de um modo equivalente a presença real. Os exemplos que se seguem ilustrarão essa explicação geral.

Sexta-feira das Têmporas do Advento

Que a recepção do vosso sacramento nos restaure, Senhor, e, purificando-nos da antiga culpa, nos faça participar do mistério de nossa salvação.

(11) S. Mateus, XXVI, 30.

Vigília de Natal

Concedei-nos, Senhor, que se alegrem os nossos corações, festejando o nascimento de vosso Filho único, cujo celeste mistério nos dá alimento e bebida.

Terceira Missa de Natal

Concedei, nós vos pedimos, ó Deus onipotente, que o Salvador do mundo hoje nascido, assim como nos comunica a vida divina, do mesmo modo nos conceda a imortalidade.

Batismo de Nosso Senhor

Nós vos pedimos, Senhor, que sempre e em toda parte nos assistais com a vossa luz celestial, para que consideremos com olhos puros e recebamos com afeto condigno o mistério de que quisestes fazer-nos participar.

VI Domingo depois da Epifania

Nutridos, Senhor, com as celestes delícias, nós vos pedimos que sempre desejemos êsse alimento que em verdade nos comunica a vida.

Quarta-feira da III Semana da Quaresma

Que o banquete celestial de que nos alimentamos nos santifique, Senhor, e, depois de purificados de todos os erros, nos torne dignos das promessas eternas.

Sábado da III Semana da Quaresma

Nós vos pedimos, ó Deus onipotente, sejamos contados entre os membros daquele cujo corpo e sangue recebemos.

Quinta-feira Santa

Saciados com êste alimento da vida, nós vos suplicamos, Senhor, nosso Deus, que pelo dom de vossa imortalidade alcancemos o que celebramos agora durante nossa vida mortal.

Domingo de Páscoa

Infundi, Senhor, em nós, o Espírito de vosso Amor, a fim de que todos os que saciastes com os sacramentos pascaes, por vossa bondade permaneçam em perfeita união.

Domingo in Albis

Nós vos suplicamos Senhor, Deus nosso, que os sacrossantos mistérios que instituistes para nos assegurar a graça de nossa regeneração nos sirvam de remédio presente e futuro.

Terça-feira de Pentecostes

Nós vos imploramos, Senhor, que o Espírito Santo renove as nossas almas por estes divinos sacramentos, pois Ele próprio é a remissão de todos os pecados.

Corpo de Deus

Fazei, Senhor, nós vos suplicamos, que cheguemos ao gôzo eterno de vossa divindade prefigurado neste mundo pela recepção temporal de vosso corpo e de vosso sangue preciosíssimo.

XI Domingo depois de Pentecostes

Fazei, Senhor, que pela recepção dêste sacramento, sintamos conforto na alma e no corpo e, numa e noutro curados, possamos gozar da plenitude do remédio celestial.

S. Pedro e S. Paulo

Senhor, por intercessão de vossos apóstolos, preservai de tôdas as adversidades aquêles que saciastes com o alimento celestial.

Essas austeras ações de graças são bastante universais para convir a todos e, ao mesmo tempo, bastante discretas para deixar o Espírito Santo agir livremente nos corações. Seria excelente inspirar-se nelas, no correr no dia, na oração pessoal. Se soubermos compreendê-las, farão com que útilmente saíamos de nós mesmos, convidando-nos, pela voz da Igreja, a considerar mais nossa parti-

cipação à vida do Cristo do que nossa utilidade pessoal, ainda que uma e outra sejam inseparáveis; em certo sentido, é menos o Cristo que entra em nós do que nós nêle e em sua vida.

ORAÇÃO SÔBRE O POVO

Na Quaresma, nos dias de semana, surge aqui uma última oração, precedida do convite do diácono: Humilhai as vossas cabeças; *Humiliate capita vestra Deo*. É, na realidade, uma fórmula de bênção que se refere a tôda a assembléia e não sòmente aos comungantes. Dizia-se, outrora, a tôdas as missas, conforme testemunha o sacramentário leoniano. Não se sabe bem porque é agora reservada à Quaresma. A explicação mais plausível é a de que S. Gregório fêz dela uma bênção para os penitentes públicos, aos quais, naturalmente, todo o povo se associava, ainda que ela não apresente caráter penitencial particular. Essas orações são, quanto ao estilo, aparentadas com as coletas. Além do fim da missa, servem elas também para as vésperas, exceto no sábado. Eis a que se apresenta na sexta-feira depois das Cinzas:

Protegei, Senhor, vosso povo e, clemente, purificai-o de todos os pecados, porque nenhuma adversidade o prejudicará se nenhuma iniquidade o dominar.

E a da quarta-feira das Têmporas da Quaresma:

Nós vos rogamos, Senhor, iluminai as nossas almas com a luz de vossa claridade, para que possamos ver o que devemos praticar e tenhamos a força de realizá-lo.

A DESPEDIDA

Agora, só resta despedir a assembléia; será a *missa* ou despedida. É feita quase friamente por intermédio do diácono a quem compete dar os avisos à assistência em nome do celebrante. *Ite, missa est* quer dizer simplesmente: ide, é a despedida, estais livres. Os modernos bem intencionados que comentam: Ide: agora é que vossa missão começa, exprimem uma idéia justa em si, mas manifestam um conhecimento medíocre do latim litúrgico. Podem-se dar aos fiéis conselhos justificados sem motivá-los por um contra-senso.

Quando não se disse o Gloria, o *Ite missa est* é substituído pelo *Benedicamus Domino*; bendigamos o Senhor. Não se vê muito bem a razão disso. Talvez se houvesse ligado ao *Ite missa est* um certo sentimento de alegria que o terá feito excluir dos dias de penitência; ou então, sendo o Gloria outrora reservado ao bispo, terão a êle ligado o *Ite missa est*, que implica uma idéia de autoridade. A fórmula de despedida é cantada com solenidade, na melodia empregada para o Kyrie. A assistência responde no mesmo tom: *Deo gratias*; demos graças a Deus. Às missas dos mortos, diz-se: *Requiescant in pace*. Com razão, a missa atual da quinta-feira santa, quando seguida da procissão ao lugar da reposição, comporta o *Benedicamus* uma vez que o povo não é despedido imediatamente.

ORAÇÕES E RITOS COMPLEMENTARES

Pareceria que se devesse deixar logo o altar. Isso não acontece, o celebrante diz uma oração, o *Placeat*, em que pede à Santíssima Trindade que receba como agradável o sacrifício e que o torne frutuoso para êle próprio e para aquêles por cuja intenção o ofereceu.

Beija, então, o altar; é seu adeus à mesa sagrada, como foi seu primeiro testemunho de respeito no início do officio. Depois, abençoa os fiéis com a bem conhecida fórmula: Que vos abençoe o Deus todo poderoso, Pai, Filho e Espírito Santo, e êle faz um sinal da cruz. A bênção do bispo é precedida de alguns versículos de salmos e comporta um tríplice sinal da cruz. Essa bênção é omitida nas missas dos mortos, que suprimem a maior parte das solenidades. O sinal da cruz muitas vêzes foi feito com uma patena, um cálice ou uma cruz. Como todos os elementos secundários que temos encontrado, o rito atual foi fixado por S. Pio V.

Desde cerca do século XIII, a bênção é seguida da leitura feita, sem solenidade, do prólogo de S. João (I, 1-14). O povo, que tinha por êste texto magnífico uma devoção particular, pediu a sua leitura em voz alta ao altar, o que S. Pio V tornou obrigatório. Anteriormente, era muitas vêzes recitado durante o cortejo de partida ou à sacristia. A missa pontifical é êle dito ao deixar o altar. Atualmente, é suprimido nos officios solenes dos Ramos, da Quinta-feira santa e da Vigília Pascal. Em certas regiões, é recitado sôbre os recém-batizados, e o Ritual o propõe, com outras passagens evangélicas, para a visita aos doentes.

As orações após a missa não foram inseridas no missal e guardam um caráter provisório. Leão XIII as impôs para obter a solução da questão romana. Depois do tratado do Latrão, elas se dizem para a conversão da Rússia. São omitidas às missas cantadas e a tôdas aquelas que se revestem de uma certa solenidade.

Como última ação de graças, o sacerdote recita privadamente, retirando-se ou depois de haver deposto os paramentos, o Cântico dos jovens na fornalha ⁽¹²⁾ e o salmo CL, seguidos de alguns versículos e de três orações. O missal propõe facultativamente algumas outras orações, sendo que uma delas, muito antiga, é atribuída a Santo Tomás e uma outra tem por autor S. Boaventura. Uma ação de graças silenciosa é muito desejável para todos aqueles que comungaram. Representa um oportuno complemento de oração privada após o culto público e um desenvolvimento muito autêntico da piedade. É instantaneamente recomendada na encíclica de Pio XII.

(12) Daniel, III, 57-90, *passim*.

EPÍLOGO

As pessoas habituadas à missa rezada terão, talvez, experimentado alguma surpresa observando que nos referimos constantemente à missa solene, e mesmo à missa celebrada solenemente pelo bispo ou pelo Sumo Pontífice. É que, de fato, a missa papal ou episcopal reunindo em torno de seu chefe a comunidade cristã é a forma primitiva da celebração litúrgica; isso se compreende muito bem numa época em que o cristianismo estava disseminado principalmente nas cidades, e onde cada cidade, e mesmo cada localidade, possuía um bispo. Todo o cerimonial foi elaborado em função desse estado de coisas. A difusão do cristianismo nos campos e a fundação dos mosteiros traria formas de celebração mais simples, que foram a missa cantada por um sacerdote assistido por um diácono e um sub-diácono, a missa cantada sem ministros sacros e, finalmente, a missa recitada, muitas vezes denominada privada, de um termo, aliás, bastante impróprio. Quando o sacerdote está só, acrescenta a suas funções as do diácono e sub-diácono, de modo que as regras que ele observa podem ser compreendidas como uma redução da missa solene ou da missa pontifical.

A missa solene e a missa paroquial deveriam ter nossas preferências, se compreendemos o caráter essencialmente comunitário da missa e o dever de participar dela ativamente, o que, evidentemente, é mais bem realizado na missa solene do que na recitada. A revalorização da missa paroquial, por toda parte em que foi feita, tornou-se fonte de muito grande proveito espiritual e de aprofundamento do senso cristão. A prática da missa dialogada apresenta, no entanto, vantagens semelhantes. O essencial está em se unir ao sacerdote, orar e oferecer com ele, em lugar de se isolar numa oração individual, que tem seu valor, mas que será, em geral, mais bem colocada antes ou após o santo sacrifício. É preciso entrar com alegria na grande corrente da oração da Igreja, ainda que a custa

de uma renúncia a antigos hábitos. Se a atual renovação litúrgica chegar a generalizar essa orientação de oração comum, será, só por isso, de imenso valor.



Apesar da concisão e austeridade das fórmulas litúrgicas, sem dúvida causou impressão a soma de riquezas espirituais encerradas na missa. Seus aspetos são variados e numerosas as lições a tirar. Terminando, não seria inútil resumir o que Mons. Batiffol denomina os "traços essenciais" da missa.

Em primeiro lugar está a própria noção de sacrifício. A missa é, antes de tudo, o memorial da Paixão; ela prolonga, de maneira incruenta, aplicando-nos os efeitos, o sacrifício do Calvário, na reiteração da última Ceia, em conformidade com o mandamento do Salvador. Cristo se torna presente no altar; aí, continua a oferta que fez de si mesmo para a salvação do mundo, na Ceia e na Cruz, e que continua sem cessar no céu. Misteriosa realidade, cuja existência é assegurada pela dupla consagração e que constitui um sacrifício verdadeiro. Cristo realiza, pelo ministério do sacerdote, o que ele próprio fez antes de se entregar à morte. Havia assim oferecido antecipadamente a sua imolação cruenta; agora, que está realizada, ordena à Igreja que renove a sua oblação, sob as aparências do pão e do vinho. A presença simultânea desses dois elementos e as palavras consecratórias lembram, de maneira impressionante, que seu corpo e seu sangue foram separados na cruz. Não o estão agora, como não o foram na Ceia; Cristo está todo inteiro presente sob cada espécie; mas a ligação indissolúvel entre a missa e a Paixão é nitidamente marcada. Como dizia S. Paulo, anuncia-se, proclama-se a morte do Senhor. (I Coríntios, XI, 26). E como é o Cristo ressuscitado, imortal e glorificado que está presente sob as espécies sacramentais, a Ressurreição e Ascensão são comemoradas ao mesmo tempo que a Paixão. Santo Tomás pode dizer que todo o mistério de nossa salvação está aqui resumido, e é bem êsse o sentido da oração *Unde et memores*.

Sacrifício do Cristo oferecido pela Igreja, a missa é, também, o sacrifício da Igreja. O fim de toda oferta sacrificial é dar-se a Deus e exprimir exteriormente essa doação, desapropriando-se dos objetos oferecidos e renunciando ao seu uso. À missa, a oferta é, materialmente, muito modesta, mas é significativa, pois o pão e o vinho são o sustento de nossa vida corporal e representam, de certo modo, essa mesma vida.

O sacrifício da Igreja começa desde o início da missa, pelas orações e leituras, destinadas a provocar sentimentos de arrependimento e de doação interior. Externa-se quando o pão e o vinho são levados ao altar. Essa oferenda provisória encontra sua forma definitiva na consagração que a torna o que de mais santo há no mundo e manifesta, por essa própria transformação maravilhosa, que é aceita por Deus.

A aceitação divina deve corresponder o sacrifício efetivo da Igreja e de todos os seus membros, por um esforço renovado de identificação com os sentimentos adoráveis do Cristo em sua Paixão, pela obediência e abandono a Deus, pelo amor perfeito de Deus e do próximo. O sacrifício da Igreja, em curso desde o início da missa, recebe a consagração do selo divino; mas, para que Deus o receba como agradável, e para que esse sacrifício tenha, verdadeiramente, um sentido, é preciso que os membros da Igreja entrem na Paixão do Cristo e se entreguem a Deus em toda a generosidade de seu coração e num espírito de doação total. Manifestarão assim a sinceridade de suas disposições, obtendo, conforme sua própria medida, participar dos frutos da redenção, do dom da vida divina que o Cristo ressuscitado derrama sobre aqueles que têm por ele um amor efetivo, pois a cruz não é imposta por ela mesma. Ela conduz à vida e à glória.

Como, pela vontade do Salvador, nosso sacrifício reveste a forma de uma ceia sagrada, termina, normalmente, pela participação à Vítima divina. Não é estranho que, tantas vezes, o celebrante seja só a comungar? Sem querer, pensa-se na parábola dos convites recusados e aos máus pretextos alegados pelos convidados para se absterem do banquete real. Melhor compreensão da missa deveria restaurar a inteligência e o desejo da Eucaristia, cuja recepção não é apenas uma visita altamente benéfica do Cristo, "pão vivo descido do céu", mas o meio privilegiado de se associar ao seu sacrifício, na aceitação da cruz de cada dia, na prática da caridade fraterna, no senso profundo da unidade eclesial, do que a participação ao pão eucarístico é, ao mesmo tempo, o símbolo mais perfeito e o agente mais eficaz: "Uma vez que há um só pão, formamos todos um só corpo, pois participamos desse pão único" (I Coríntios, X, 17).

A antigüidade cristã — e as formas primitivas da anáfora nê-lo mostraram — insistia aparentemente mais sobre a ação de graças e o louvor divino do que sobre o sacrifício. Diferença apenas de acento tônico, pois a ação de graças, que permanece uma das idéias

dominantes da missa, não poderia ficar num plano abstrato e ineficaz. Passa ela em ato e se exprime pelo dom oferecido a Deus do corpo e do sangue do Salvador, o que supõe a oferta e o dom de nós mesmos e da Igreja. Assim, tudo se reúne e se funde harmoniosamente, no agradecimento, ação de graças e louvor pelo sacrifício redentor do Cristo, na renovação mística desse sacrifício, na participação de todos os sentimentos e disposições que êle exige. É associando-nos ao sacrifício de Jesus Cristo pela oblação santa da missa, prolongada por uma vida marcada pela cruz que rendemos verdadeiramente graças a Deus, honra e louvor ao Pai pelo Filho, na unidade do Espírito Santo:

Tôdas as vêzes que celebramos este sacrifício, a obra da nossa redenção se realiza. (Secreta do XI domingo depois de Pentecostes).

BIBLIOGRAFIA

Textos litúrgicos antigos

- Sacramentário Leoniano*: *Patrologia Latina* de Migne, tomo LV; e ed. Feltoe; Cambridge, University Press, 1896.
- Sacramentário gelasiano*: *Patr. Latina*, tomo LXXIV; WILSON, *The Gelasian Sacramentary*; Oxford, Clarendon Press, 1894.
- Sacramentário gregoriano*: a ed. da *Patrologia*, tomo LXXXVIII quase não é utilizável; preferir-se-á: WILSON, *The Gregorian Sacramentary under Charles the Great*; Londres, Harrison and sons, 1915 (coll. da Henry Bradshaw Society) — ou: LIETZMANN, *Das Sacramentarium Gregorianum nach dem Aachen Urexemplar*; Munster in West, Aschendorf, 1921.
- Mans. Andrieu, *Les Ordines Romani du haut Moyen-Age*; 3 vol., Louvain; Spicilegium Lovaniense, 1931-1951.
- D. BOTTE, *Le Canon de la messe romaine*, ed. crítica; Mont César, Louvain, 1935.
- D. BOTTE, *L'Ordinaire de la messe romaine*, texto crítico; ed. du Cerf, 1953.

Estudos históricos sobre a missa

- LEBRUM, *Explication des prières et cérémonies de la messe*; Paris, 1716; recentemente reeditado nas ed. du Cerf pelo Centro de Pastoral Litúrgica.
- D. CABROL, *Le Livre de la prière antique*; Mame, 1910.
- BATIFFOL, *Leçons sur la messe*; Gabalda, 1919.
- MOLIEN, *La prière de l'Eglise*, Tomo I; Letouzey, 1923.
- FORSTECUE, *La messe*; Lethielleux.
- JUNGSMANN, *Missarum solemnina*, 3 vol. Aubier, 1950-53.
- NOELE MAURICE-DENIS e ROBERT BOULET, *Euchariste, la messe dans ses variétés, son histoire et ses origines*; Letouzey, 1953.
- BAUMSTARK, *Liturgie comparée*; ed. de Chevetogne, 1953.

Numerosos artigos em D. LECLERC, *Dictionnaire d'Archéologie et de Liturgie*; Letouzey — *Dictionnaire de Théologie catholique*; *ibid.*, art. Missa (D. Cabrol e Mons. Ruch) — *Questions liturgiques et paroissiales*; Louvain, Mont César — *Maison-Dieu*, ed. du Cerf — *Enciclopédias Liturgia, Eucharistia*, Bloud.

Ponto de vista histórico e pastoral

CROEGAERT, *Rites et prières du S. Sacrifice*; 3 vol., 1938.

PARSCH, *La Sainte Messe*; Bruges, Beyaert, 1941.

D. CAPELLE, *Pour une meilleure intelligence de la messe*; Louvain, Mont César, 1946.

JUNGSMANN, *La grande prière eucharistique*; ed. du Cerf, 1935.

JUNGSMANN, *Des lois de la célébration liturgique*; ed. du Cerf, 1956.

ROGUET, *La messe, approche du mystère*; ed. du Cerf, 1951.

Em português, sobre a Missa:

PARSCH, *Para entender a Missa*, Ed. Lumen Christi.

GUARDINI, *O espírito da Liturgia*, Ed. Lumen Christi.

PARSCH, *No mistério do Cristo*, Ed. Most. S. Bento, Bahia.

PARSCH, *Testemunhas do Cristo*, Ed. Most. S. Bento, Bahia.

DANIEL ROPS, *Missa est*; Tavares Martins — Porto. Portugal.

MONS. CHEVROT, *A Santa Missa*; Editorial Aster — Lisboa. Portugal.

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
----------------	---

A MISSA ANTIGA

Capítulo	I	<i>Golpe de vista sobre as origens</i> <i>A Ceia — S. Justino — A anáfora de Hipólito</i> <i>— O De Sacramentis — Os sacramentários</i>	11 11
Capítulo	II	<i>A Missa papal no tempo de S. Gregório Magno</i>	19

A MISSA ROMANA ATUAL À LUZ DA HISTÓRIA

Capítulo	III	<i>Ordem geral</i>	27
Capítulo	IV	<i>A Ante-Missa. As orações iniciais</i> <i>As orações ao pé do altar, 31 — O intróito, 34</i> <i>— O Kyrie eleison, 36 — O Gloria in excelsis,</i> <i>38 — a coleta,</i>	31 39
Capítulo	V	<i>A Ante-Missa. O ofício das leituras</i> <i>A Epístola, 47 — Os cantos intercalados: Gra-</i> <i>dual, Alelúia, Seqüência, Trato, 49 — O Evan-</i> <i>gelho, 52 — A Homília, 54 — O Credo,</i>	47 55
Capítulo	VI	<i>A preparação do mistério: o Ofertório</i> <i>A oferta do pão e do vinho, 57 — Incensação,</i> <i>Lavabo e Secreta,</i>	57 61
Capítulo	VII	<i>O ato central do Mistério: a oração eucarística</i> <i>e a Consagração</i> <i>Idéia geral do Cânon, 69 — Prefácio e Sanctus,</i> <i>71 — Te igitur, 75 — Memento dos vivos, 76 —</i> <i>Communicantes, 78 — Hanc igitur, 79 — Quam</i>	69

	oblationem, 80 — Qui pridie; a Consagração, 82 — A Elevação, 84 — A Anamnese; Unde et memores, 86 — Supra quæ propitio, 89 — Supplices. Problema da Epiclese, 90 — Memento dos Mortos, 95 — Nobis quoque, 97 — Per quem hæc omnia, 98	
Capítulo VIII	<i>A participação do Mistério: Comunhão e Ação de graças</i> 101	
	Pater e Libera, 101 — Fração, "Commixto", Ósculo da paz, 104 — A Comunhão, 108 — Abluções, 113 — Pós-comunhão, 114 — Oração sobre o povo, 117 — A Despedida, 117 — Orações e ritos complementares, 118	
EPÍLOGO,	 121	
BIBLIOGRAFIA,	 125	

SEI E CREIO

ENCICLOPÉDIA DO CATÓLICO NO SÉCULO XX

Primeira Parte: Sei e Creio

- | | |
|--|--|
| 1 — O que o homem sabe (bases e limites do saber humano) | 8 — Mitos ou Mistérios (o verdadeiro sentido dos Mistérios cristãos) |
| 2 — É a teologia uma ciência? | 9 — É o milagre prova de fé? |
| 3 — A Tradição | 10 — Existe uma filosofia cristã? |
| 4 — Os dogmas, bases da fé | 11 — Origens da Filosofia Cristã |
| 5 — Podem os dogmas mudar? (breve história dos dogmas) | 12 — A filosofia cristã na Idade Média |
| 6 — Que é crer? | 13 — O pensamento Moderno e a Filosofia cristã |
| 7 — Deus dá sua palavra (a Revelação) | 14 — É o cristianismo inimigo da Ciência? |
| | 15 — O Deus dos filósofos e dos Sábios. |

Segunda Parte: As grandes verdades da Salvação

- | | |
|---|---|
| 16 — Um só Deus adorará | 23 — A graça e os Cristãos |
| 17 — Um e trino (A Santíssima Trindade) | 24 — Deus feito homem |
| 18 — O Espírito Santo | 25 — A redenção pelo Sangue |
| 19 — As mãos do Criador (a criação) | 26 — A Comunhão dos Santos |
| 20 — O Problema do Mal | 27 — As três virtudes básicas: Fé, Esperança e Caridade |
| 21 — Satanás, o adversário | 28 — Ressuscitarei. |
| 22 — Servidão da liberdade (Providência, Predestinação) | |

Terceira Parte: Que é o Homem.

- | | |
|--|--|
| 29 — As origens do homem | 33 — Haverá uma ciência da Alma? (psicologia, psicanálise) |
| 30 — Evolução, hipóteses e problemas | 34 — O homem social |
| 31 — Homem, quem sou eu? (Ensaio de antropologia cristã) | 35 — O homem metafísico |
| 32 — Poeira viva (corpo do homem, biologia, etc.) | 36 — Supranormal ou sobrenatural. |

Quarta Parte: A Vida em Deus. Os mediadores

- | | |
|--|---|
| 37 — Orar | 43 — História e Sentido das Peregrinações |
| 38 — A experiência mística | 44 — Maria, Advogada Nossa (Ensaio de Síntese Marial) |
| 39 — Espiritualistas e místicos dos primeiros tempos | 45 — História do Culto à Santíssima Virgem e suas aparições |
| 40 — A alma Moderna e a Espiritualidade Francesa | 46 — Que é um Santo? |
| 41 — Devoção Moderna e Espiritualidade | 47 — Os Anjos no céu e entre nós. |
| 42 — Místicos entre nós | |

Quinta Parte: Presença da Salvação entre nós

- | | |
|---|--|
| 48 — A Igreja e o seu Ministério | 54 — Unidos por Deus |
| 49 — Que é um sacramento? | 55 — O homem em face da morte (Extrema Unção etc.) |
| 50 — A água e a promessa (batismo e confirmação) | 56 — Viver como Cristão (moral cristã) |
| 51 — A falta e o perdão (pecado e penitência) | 57 — Moral Social |
| 52 — Deus-hósta (a Eucaristia) | 58 — Moral internacional |
| 53 — Sacerdócio "in aeternum" (o Sacramento da Ordem) | 59 — O cristão e o dinheiro (moral econômica) |

Sexta Parte: A Bíblia, Livro de Deus, livro dos homens

- | | |
|--|--|
| 60 — Que é a Bíblia? | 67 — Bíblia, Livro de Deus, livro dos homens |
| 61 — A terra da Promissão (Geografia da Terra Santa) | 68 — Breve vida de Nosso Senhor |
| 62 — Arqueologia bíblica | 69 — Qual é a Boa Nova? |
| 63 — O crítico em face da Bíblia | 70 — São Paulo e sua mensagem |
| 64 — Breve história do Povo de Deus | 71 — O que não diz o Antigo Testamento (apócrifos, manuscritos do Mar Morto) |
| 65 — A alma de Israel no Livro (teologia, poesia, mística) | 72 — O que não diz o Evangelho (apócrifos e lendas). |
| 66 — Velhos esperam um filho (o profetismo na Bíblia) | |

Sétima Parte: A Igreja e sua história

- | | |
|--|--|
| 73 — A revolução da Cruz (até Constantino) | 76 — A insurreição protestante e o renascimento católico |
| 74 — Cristãos no caos da barbaria (até cerca do ano 1000) | 77 — A Igreja na época clássica |
| 75 — A cristandade, sua grandeza e ruína (até cerca de 1450) | 78 — A Igreja em face das Revoluções. |

Oitava Parte: A Igreja em sua organização

- | | |
|--|--|
| 79 — A Igreja em suas leis (o direito canônico) | 83 — Aquêles que chamais "curas" (os sacerdotes) |
| 80 — Vigários de Cristo (o Papa, os Papas, o Papado) | 84 — Ordens religiosas Masculinas |
| 81 — Ministros e Príncipes da Igreja (Cúria, Conclave, etc.) | 85 — Ordens religiosas Femininas |
| 82 — Os Sucessores dos Apóstolos (os Bispos) | 86 — Os leigos são também da Igreja |
| | 87 — Catolicidade (extensão, Igreja unida, estado de espírito "católico"). |

Nona Parte: Problemas do Mundo e da Igreja

- | | |
|---|---|
| 88 — A Igreja e o Estado (Problemas permanentes) | 97 — A Igreja age por intermédio de seus Santos |
| 89 — A Igreja e as estruturas econômicas do mundo | 98 — As Missões e sua história |
| 90 — É verdade que Deus tenha morrido? (Ensaio sobre o ateísmo contemporâneo) | 99 — As Missões: quadro atual |
| 91 — A ciência destrói a Religião? | 100 — Uma ciência nova. A Sociologia religiosa |
| 92 — Cristianismo e Psiquiatria | 101 — A Igreja quer viver como missão |
| 93 — A técnica contra a Fé (civilização da máquina) | 102 — Ação Católica |
| 94 — Planctarização do Mundo e Cristianismo | 103 — O Trabalho, os Trabalhadores e a Igreja |
| 95 — Cristianismo e Comunismo | 104 — A caridade de Cristo em ação |
| 96 — Cristianismo e Colonialismo | 105 — A educação cristã |
| | 106 — Sentido e virtude da Apologética. |

Décima Parte: A Igreja em sua liturgia e seus ritos

- | | |
|---|-----------------------------------|
| 107 — O Espírito de Deus na santa liturgia | 110 — O renascimento litúrgico |
| 108 — Os livros litúrgicos (dos sacramentos ao breviário) | 111 — Liturgias do Oriente |
| 109 — A Missa e sua História | 112 — Calendário Cristão |
| | 113 — Vestes e objetos litúrgicos |

Décima primeira parte: Letras Cristãs

- | | |
|----------------------------------|--|
| 114 — A pena a serviço de Deus | 118 — Humanismo cristão |
| 115 — As línguas Sagradas | 119 — Cristianismo e pensamento moderno |
| 116 — Origens das letras cristãs | 120 — A literatura do pecado e da graça. |
| 117 — Letras da Idade Média | |

Décima segunda parte: Artes Cristãs

- | | |
|---|--|
| 121 — Valor cristão da arte | 126 — Breve história da escultura cristã |
| 122 — Nascimento da arte cristã | 127 — Os Vitrais |
| 123 — Abadias e Catedrais (arquitetura romana e gótica) | 128 — Arte sacra do século XX |
| 124 — Os palácios em que Deus habita (a partir da Renascença) | 129 — O Teatro Cristão |
| 125 — Breve história da pintura cristã | 130 — História da música cristã |
| | 131 — O cinema e a fé cristã |
| | 132 — Rádio, televisão e cristianismo |
| | 133 — A imprensa Católica. |

Décima terceira parte: Irmãos Separados

- | | |
|-----------------------------------|--|
| 134 — Os Judeus (Veteranos da Fé) | 137 — Protestantismo e Protestantismos |
| 135 — A Ortodoxia grega e russa | 138 — O Anglicanismo |
| 136 — Breve história das heresias | 139 — O Fenômeno das Seitas no século XX |

Décima quarta parte: Religiões não cristãs e investigações sobre Deus

- | | |
|---|--|
| 140 — Religiões pré-históricas e primitivas | 146 — A Gnose eterna (hermetismo, resurgimento do Ganges, gnomismo, etc. |
| 141 — Religiões do Oriente Antigo | 147 — Superstição, "ersatz" da fé |
| 142 — A religião greco-romana | 148 — A Franco-Maçonaria, seita racionalista. |
| 143 — Conhecer o Islã | |
| 144 — O Hinduísmo ou Satana Dharma | |
| 145 — O Budismo e as Religiões do Extremo Oriente (Confucionismo, taoísmo, xintoísmo) | |

CONCLUSÃO

- | | |
|--------------------------|----------------------------|
| 149 — Porque sou cristão | 150 — Tábua Enciclopédica. |
|--------------------------|----------------------------|

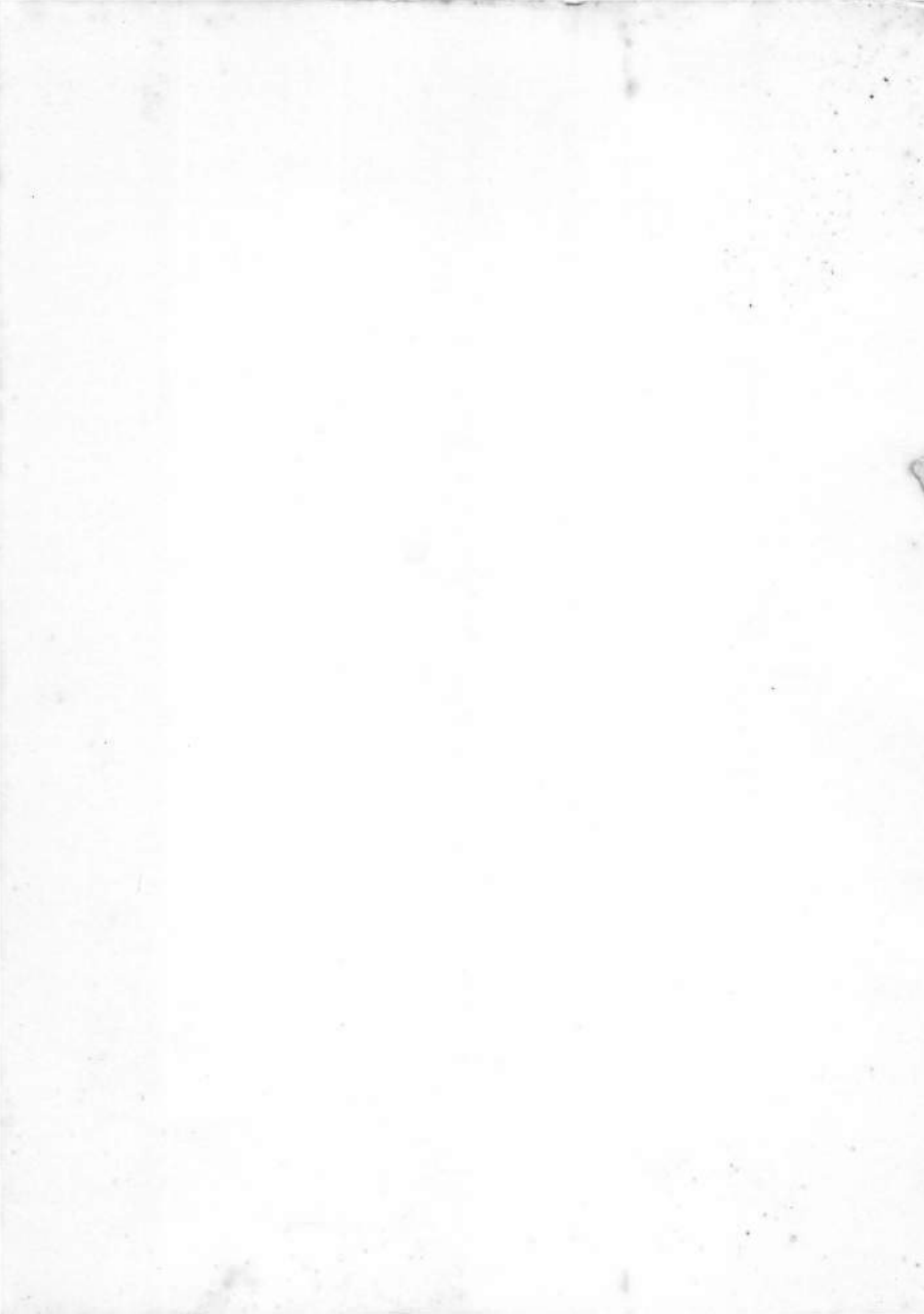
NIHIL OBSTAT

RIO DE JANEIRO, 7 DE ABRIL DE 1958
FREI DAMIÃO BERGE O. F. M.

IMPRIMATUR

RIO DE JANEIRO, 9 DE ABRIL DE 1958
MONS. FCO. DE A. CARUSO, VIGARIO GERAL

ACABOU-SE DE IMPRIMIR NO MÊS DE NOVEMBRO
DE 1958, NAS OFICINAS DA GRÁFICA SARAIVA
S. A., RUA SAMPSON, 265, S. PAULO, BRASIL.



sei e creio

ENCICLOPÉDIA DO CATÓLICO NO SÉCULO XX

MARIA, ADVOGADA NOSSA

ENSAIO DE SÍNTESE MARIAL

S. E. MONS. SUENENS

Bispo auxiliar de Malines



O centenário prestigioso de Lourdes, em 1958, vai atrair para a cidade pireneia multidões ainda mais consideráveis que de costume; em meio às inquietudes cotidianas e às grandes preocupações de nosso tempo, os cristãos vão voltar os olhos para aquela que se chamou: a Imaculada Conceição.

A "ENCICLOPÉDIA DO CATÓLICO NO SÉCULO XX", cujo designio se coloca na intersecção do temporal e do eterno, da atualidade e do dogma, não podia deixar de se preparar para esse acontecimento; por isso ela nos oferecerá nos próximos meses vários livros mariais.

Mas, para a preparação deste ano marial, uma obra maior nos é apresentada no quadro da coleção "SEI E CREIO", pois que se trata de um "ensaio de síntese marial", logo, uma autêntica mariologia, devida à pena do grande especialista internacional Monsenhor Suenens, bispo auxiliar de Malines.

A obra segue a vida histórica e mística da Virgem Maria; depois de um capítulo introdutório consagrado à aproximação do mistério, vemos Maria, antes de seu nascimento, "nos desígnios de Deus"; depois em seu nascimento, ligada ao mistério da Imaculada Conceição; a seguir sua entrada visível no plano da Salvação, com a Anunciação, e seu papel na Encarnação e na Redenção. Com o desaparecimento do Cristo, começa a missão de Maria na Igreja (em Pentecostes), seguindo-se o mistério da Assunção (recentemente definido) que, conduzindo a Virgem para a direita de seu Filho, faz dela a medianeira humana junto do divino e único Medianeiro. O último capítulo, finalmente, de extrema atualidade e rico de aplicações apostólicas e pessoais imediatas, descreve a missão de Maria em nossos tempos.

Livro simples, mas alimentado de teologia e de exegese; livro de meditação que estará em lugar de destaque nos lares e nos movimentos cristãos.



LIVRARIA EDITORA
FLAMBOYANT



sei e creio

ENCICLOPÉDIA DO CATÓLICO NO SÉCULO XX

A coleção "SEI E CREIO" apresenta-se como a mais completa e mais simples entre todas as enciclopédias destinadas ao público cristão. Em cento e cinquenta volumes, tudo quanto se pode desejar conhecer sobre o plano da fé católica, acha-se exposto com firmeza, e de uma maneira acessível a todos. A relação dos assuntos nela tratados (tal qual figura nas últimas páginas da presente obra) mostram bem a amplitude deste empreendimento, ao qual nada se encontra de equivalente. Cada assunto é apresentado por um dos melhores especialistas, escolhido tanto pela qualidade de exposição, como pela solidez de conhecimento de sua ciência.

FLAMBOYANT

Ilustração da capa por
JACQUES DOUCHEZ

